



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA**

ALBERT DA CRUZ RIBEIRO

**A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRÉ-VERBAL EM ORAÇÕES NÃO
FINITAS NO ESPANHOL CARIBENHO**

Salvador

2019

ALBERT DA CRUZ RIBEIRO

**A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRÉ-VERBAL EM ORAÇÕES NÃO
FINITAS NO ESPANHOL CARIBENHO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Felipe da Conceição Pinto
Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Samara de Souza Almeida
Ruas

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RIBEIRO, ALBERT DA CRUZ
A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRÉ-VERBAL EM ORAÇÕES NÃO
FINITAS NO ESPANHOL CARIBENHO / ALBERT DA CRUZ
RIBEIRO. -- SALVADOR, 2019.
131 f. : il

Orientador: CARLOS FELIPE DA CONCEIÇÃO PINTO.
Coorientador: SAMARA DE SOUZA ALMEIDA RUAS.
Dissertação (Mestrado - LÍNGUA E CULTURA) --
Universidade Federal da Bahia, PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA, 2019.

1. ESPANHOL CARIBENHO. 2. SUJEITO DE INFINITIVO.
3. CASO DEFAULT. 4. GRAMÁTICA GERATIVA. I. PINTO,
CARLOS FELIPE DA CONCEIÇÃO. II. RUAS, SAMARA DE
SOUZA ALMEIDA. III. Título.

Aos meus pais, Rozenilda e Alberto (in memoriam), por torcerem por mim.

AGRADECIMENTOS

Sou grato, primeiramente, a Deus por tudo.

Ao meu querido orientador, Prof. Dr. Carlos Felipe, por ter me apresentado a *Linguística Gerativa* e por ter me ensinado a dar os primeiros passos nela. Assim como o ato de andar requer maturação, tempo e autonomia, eu, como aprendiz dessa ciência, passei e continuo passando por esses estágios. Percebo que tenho mais dúvidas sobre diferentes questões linguísticas, e, conseqüentemente, me questiono sobre as possíveis explicações. Ao fazer isso, percebo que estou amadurecendo, que estou compreendendo mais que ontem. Percebo isso porque no começo (antes de dar os primeiros passos) eu não tinha dúvidas e tampouco tinha questionamentos. Portanto, sou muito grato ao meu orientador por tudo, principalmente por cumprir um EXCELENTE papel em minha vida acadêmica.

À minha co-orientadora, Prof^a. Dr^a. Samara Ruas, pelos comentários construtivos ao presente trabalho e pelos ensinamentos.

Ao Prof. Dr. Gutiérrez Maté, pelo diálogo e pelas sugestões feitas ao presente trabalho.

À minha mãe, pela torcida, pelo incentivo e por me querer bem.

À minha irmã, Ândrea, pela torcida.

Aos professores da Pós-Graduação (Alícia Duhá, Célia Telles, Carlos Felipe, Samara Ruas, Américo Venâncio), pelas proveitosas aulas.

Aos colegas da UFBA (Sinval Mendeiros Jr., Kellen Hawena, Cybele Teixeira, Cemary Correia, Layz Cruz, Cristiane d'Eça, Maridalva Souza, Aline Andrade, Gerlon Magalhães), pelo apoio.

Ao colegiado da Pós-Graduação, pelo apoio técnico quando necessário.

A todos que participaram da jornada, minha imensa gratidão!

Construímos com facilidade sentenças novas, e utilizamo-las em ocasiões apropriadas, da mesma forma como compreendemos as novas sentenças que ouvimos em circunstâncias novas, e ao executar esses atos utilizamos muito mais do nosso conhecimento.

(Noam Chomsky, 1986)

RESUMO

Assume-se na Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1995) que os verbos finitos licenciam sujeitos léxicos por disporem de traços [+T, +Agr], que são responsáveis por checar o Caso nominativo. Em algumas línguas, como o português brasileiro, o infinitivo, por possuir traço de concordância [+Agr], como em *É importante eles assinarem a declaração* (RAPOSO, 1992), licencia o Caso nominativo para o sujeito de infinitivo. O espanhol é uma língua que não possui infinitivo flexionado, postulando-se que, na posição de sujeito de infinitivo, está a categoria vazia PRO. No entanto, encontramos no espanhol caribenho (EC) construções de infinitivos com sujeitos pré-verbais, como em *Ven acá para nosotros verte* (TORIBIO, 2000). O objetivo da presente dissertação é de explicitar como se dá a realização dos sujeitos antepostos às orações não finitas no EC, já que esta variedade do espanhol tampouco possui infinitivo flexionado. Este trabalho toma como referencial teórico o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) e parte dele para lançar luz sobre a variação paramétrica no espanhol, a fim de descrever e explicar, sob a luz da Teoria do Caso, a realização dos sujeitos pré-verbais de infinitivos no EC. A hipótese inicial é que o Caso do sujeito pré-verbal da oração não finita é realizado por um Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), uma vez que o infinitivo no espanhol não tem flexão para licenciar nominativo e que o sujeito não é marcado com caso oblíquo, que seria atribuído pela preposição subordinante. No entanto, negamos esta hipótese e assumimos a proposta de subespecificação de traços de Caso (CARVALHO, 2008) para os sujeitos pré-verbais de orações infinitivas no EC.

Palavras-chave: Espanhol caribenho; Sujeito de infinitivo; Caso *default*; Gramática Gerativa.

RESUMEN

Se asume en la Gramática Generativa (CHOMSKY, 1995) que los verbos finitos licencian sujetos léxicos por disponer de rasgos [+T, +Agr], que son responsables por chequear el Caso nominativo. En algunas lenguas, como el portugués brasileño, el infinitivo, por poseer rasgo de concordancia [+Agr], como en *É importante eles assinarem a declaração* (RAPOSO, 1992), licencia el Caso nominativo para el sujeto de infinitivo. El español es una lengua que no posee infinitivo flexionado, postulándose que, en la posición de sujeto de infinitivo, está la categoría vacía PRO. Sin embargo, encontramos en el español caribeño (EC) cláusulas de infinitivos con sujetos preverbiales, como en *Ven acá para nosotros verte* (TORIBIO, 2000). La meta de la presente disertación es la de explicitar como se da la realización de los sujetos antepuestos a las oraciones no finitas en el EC, ya que esta variedad del español tampoco posee infinitivo flexionado. Este trabajo toma como referencial teórico el Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) y se basa en él para lanzar luz sobre la variación paramétrica en el español, a fin de describir y explicar, bajo la luz de la Teoría del Caso, la realización de los sujetos preverbiales de infinitivos en el EC. La hipótesis primaria es que el Caso del sujeto preverbal de la oración no finita es realizado por un Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), una vez que el infinitivo en el español no tiene flexión para asignar nominativo y que el sujeto no es marcado con caso oblicuo, que sería atribuido por la preposición subordinante. Sin embargo, negamos esta hipótesis y asumimos la propuesta de subespecificación de rasgos de Caso (CARVALHO, 2008) para los sujetos preverbiales de oraciones infinitivas en el EC.

Palabras-clave: Español caribeño; Sujeto de infinitivo; *Caso default*; Gramática Generativa.

ABSTRACT

It is assumed in Generative Grammar (CHOMSKY, 1995) that finite verbs license lexical subjects because they have the features [+ T, + Agr], which are responsible for checking the Nominative Case. In some languages, like Brazilian Portuguese, the infinitive can have an agreement [+ Agr], like in *É importante eles assinarem a declaração* (RAPOSO, 1992), which licenses the Nominative Case for the overt subject of infinitive. Spanish is a language that does not have inflected infinitive, thus in the subject position of infinitive is the empty category PRO. However, we can find in Caribbean Spanish constructions of infinitives with overt pre-verbal subjects, like in *Ven acá para nosotros verte* (TORIBIO, 2000). The aim of this work is to explain how the pre-verbal subjects perform in the non-finite clauses in the Caribbean Spanish, since this variety of Spanish, like the others, does not have inflected infinitives. This work takes the framework of the Minimalist Program (CHOMSKY, 1995) and part of it to shed light on the parametric variation of Spanish, in order to describe and explain, in the light of Case Theory, the overt pre-verbal subjects of infinitives in the Caribbean Spanish. The main hypothesis is that the Case of the subject of non-infinite sentences is accomplished by a *default* Case (SCHÜTZE, 2001), once the infinitive in Spanish does not have inflection to attribute nominative and that the subject is not marked with oblique case, which would be attributed by the subordinate preposition. However, we deny this hypothesis and assume the proposal of underspecification Case features (CARVALHO, 2008) for the pre-verbal subjects of infinitives in the Caribbean Spanish.

Keywords: Caribbean Spanish; Infinitive subject; Case *default*; Generative Grammar.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Classificação das línguas indígenas	91
Tabela 2. Cômputo geral das orações	102
Tabela 3. Classificação das orações do grupo 1	102
Tabela 4. Classificação das orações do grupo 2	103
Tabela 5. Classificação dos sujeitos de infinitivo	105

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abrev.	Por extenso em inglês	Por extenso em português
π	Pi	Categoria <i>pessoa</i>
#	Number	Categoria <i>número</i>
θ	Thematic role	Papel temático
Agr	Agreement	Concordância
AgrP	Agreement phrase	Sintagma de Concordância
CP	Complementizer Phrase	Sintagma de Complementizador
DP	Determiner Phrase	Sintagma Determinante
EC	Caribbean Spanish	Espanhol Caribenho
ECM	Exceptional Case-marking	Marcação Excepcional de Caso
ENC	Non-Caribbean Spanish	Espanhol não Caribenho
ECP	Empty Category Principle	Princípio da Categoria Vazia
EPP	Extended Projection Principle	Princípio da Projeção Estendido
GB	Government and Binding [Theory]	Teoria da Regência e Ligação
GU	Universal Grammar (UG)	Gramática Universal
I(nfl)	Inflection	Flexão
IP	Inflection phrase	Sintagma Flexional
LF	Logical Form	Forma Lógica
PB	Brazilian Portuguese	Português Brasileiro
PF	Phonetic Form	Forma Fonética
SN/NP	Noun Phrase	Sintagma Nominal
Spec	Specifier	Especificador
VP	Verbal Phrase	Sintagma Verbal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1 HIPÓTESE	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.3 JUSTIFICATIVA	16
1.4 METODOLOGIA	16
1.5 DIVISÃO DA DISSERTAÇÃO	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 A LINGUAGEM COMO UM ÓRGÃO MENTAL	18
2.1.1 A hipótese inatista	19
2.1.2 A Gramática Universal	21
2.1.3 Língua-E e Língua-I	23
2.2 PRINCÍPIOS E PARÂMETROS	27
2.2.1 A sintaxe	33
2.3 O PROGRAMA MINIMALISTA	35
2.4 CONCLUINDO A SEÇÃO	37
3 A TEORIA DO CASO	38
3.1 SOBRE A TEORIA DO CASO	38
3.1.1 O Filtro do Caso	39
3.1.2 A atribuição de Caso sob a GB	41
3.1.3 Sobre a Marcação Excepcional de Caso (ECM)	43
3.1.4 O verbo ECM	44
3.1.5 Sobre a Legibilidade e Interpretabilidade	46
3.2 A NOÇÃO DE CASO SOB O MINIMALISMO	47
3.3 O CASO <i>DEFAULT</i>	48
3.3.1 Uma breve apresentação do Caso <i>default</i>	52
3.3.2 O Caso <i>default</i> no português brasileiro (PB)	54
3.3.3 O Caso <i>default</i> no inglês	56
3.4 CONTEXTOS DE CASO <i>DEFAULT</i>	58
3.4.1 Contexto de elipse no PB	58
3.4.2 Contexto de <i>Gapping</i>	59
3.4.3 Contexto de Coordenação	60
3.4.4 Contexto de pronomes modificados e <i>small clause</i>	61
3.4.5 Sintetizando os contextos de Caso <i>default</i>	61
3.5 O CASO NO ESPANHOL	62
3.6 CONCLUINDO A SEÇÃO	63
4 INFINITIVO, SUJEITO REALIZADO E CATEGORIAS VAZIAS: UMA BREVE APRESENTAÇÃO	65
4.1 O INFINITIVO	65
4.1.1 Sobre as características do infinitivo	66
4.2 AS ORAÇÕES SUBORDINADAS DE INFINITIVO	68
4.2.1 Orações completivas de infinitivo	69
4.2.2 Orações subordinadas adverbiais de infinitivo	69
4.2.3 Sobre o caráter regido e não regido do infinitivo	70

4.2.4 Contextos de infinitivo regido e não regido	71
4.3 O INFINITIVO NO ESPANHOL SOB A PERSPECTIVA GERATIVISTA	72
4.4 AS CATEGORIAS VAZIAS	74
4.4.1 A motivação da existência de <i>pro</i> e <i>PRO</i>	77
4.5 DISCUTINDO PRO	78
4.5.1 O Teorema de PRO	78
4.5.2 PRO arbitrário	82
4.5.3 PRO controlado	83
4.6 PRINCÍPIO DA PROJEÇÃO EXTENDIDA (EPP)	84
4.7 O SUJEITO DE INFINITIVO NO EC	87
4.8 CONCLUINDO A SEÇÃO	88
5 ESPANHOL DE AMÉRICA, ESPANHOL CARIBENHO E DESCRIÇÃO DOS DADOS	90
5.1 SOBRE O ESPANHOL DE AMÉRICA	90
5.2 SOBRE O ESPANHOL CARIBENHO	92
5.2.1 Sobre alguns dos fenômenos linguísticos do EC	94
5.3 SOBRE O CONTATO ENTRE LÍNGUAS	97
5.4 O <i>CORPUS</i>	99
5.4.1 Sobre o método	101
5.5 SOBRE OS DADOS ANALISADOS	101
5.5.1 Tipo de oração	102
5.5.2 Sobre o tipo do sujeito de infinitivo	104
5.6 O SUJEITO DE ORAÇÃO NÃO FINITA NO EC	106
5.6.1 Preposição + Sujeito + Infinitivo	107
5.6.2 Sobre a função discursiva dos sujeitos	112
5.6.3 Uma prévia análise dos dados	116
5.6.4 Sujeito + Infinitivo (SI)	120
5.6.5 Sobre a representação do sujeito de infinitivo	121
5.6.6 Sobre o Caso do sujeito de infinitivo	121
5.7 CONCLUINDO A SEÇÃO	123
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	125
REFERÊNCIAS	127

1 INTRODUÇÃO

As desinências de número e pessoa são marcas que estabelecem relação de concordância entre o verbo e seu sujeito. O verbo em forma infinitiva, ao estar desprovido dessas desinências, não pode identificar (ao contrário das formas finitas), em línguas como o espanhol, um DP¹ como nominativo ou sujeito, visto que para checagem de Caso necessitaria a presença de traço [+T, +Agr] tempo e concordância. Vejamos os seguintes exemplos, em (1), abaixo:

- (1) a. *Juan bailar.
b. Juan baila.

Em (1a), vemos que, embora satisfaça o requisito da predicação, a sentença é agramatical por não haver no verbo *bailar* nenhuma marca de tempo/concordância que identifique o DP *Juan*. Por outro lado, vemos em (1b) uma sentença gramatical por cumprir estes requisitos, isto é, por identificarmos no verbo marca de tempo e concordância que identifica e se relaciona com o sujeito da oração.

O português brasileiro (PB), por exemplo, é uma língua que possui infinitivo flexionado, logo permitindo sentenças como em (2):

- (2) a. Paula viu **os amigos rirem**.
b. Paula viu **o amigo rir**.

As sentenças, em (2), são possíveis no PB justamente porque esta língua dispõe de infinitivo pessoal, isto é, de traços de concordância que possibilitam a checagem do Caso nominativo ao DP *os amigos* em (2a) e *o amigo* em (2b)². Outras línguas não são capazes de atribuir Caso nominativo, por possuir infinitivo impessoal, isto é, sem traços de concordância.

O espanhol, por exemplo, é uma língua que não possui infinitivo flexionado. Logo, a oração em (3) é agramatical em muitas variedades do espanhol:

- (3) *Compré leche para *mi mamá* hacer el pastel.

¹ Neste trabalho, mantenho as siglas dos constituintes sintáticos correspondentes a seus rótulos em inglês: DP para sintagmas introduzidos por um determinante (ou não); VP para sintagmas verbais, TP para o sintagma de flexão de tempo, e assim por diante.

² Na primeira e na terceira pessoas do singular, é o morfema zero que caracteriza a flexão verbal do infinitivo pessoal.

As orações não finitas no espanhol não caribenho (ENC) só admitem sujeitos em posição pós-verbal, como nos exemplos, em (4), abaixo:

- (4) a. [De ganar **ellos**] los felicitaremos.
 b. *[De **ellos** ganar] los felicitaremos.
 (ZAGONA, 2006, p. 42)

No entanto, há uma variação relativa no que tange aos sujeitos de infinitivos no espanhol caribenho (EC). Um dos fenômenos mais comuns é a existência de sujeito pré-verbal antes de uma oração não finita, sobretudo em contextos infinitivos finais, exemplificado, em (5), abaixo:

- (5) a. Antes de **yo** venir a Caracas.
 (Venezuela; LIPSKI, 1996, p. 384)
 b. Ven acá para **nosotros** verte.
 (República Dominicana; TORIBIO, 2000, p. 323)

Essa ocorrência e recorrência, apresentada em (5), é comumente encontrada no EC, que se configura por si como uma variedade linguística do espanhol distintas das demais.

O EC possui uma rica variação dialetal nos diferentes níveis linguísticos (LIPSKI, 1996). Na sintaxe, nível linguístico que nos interessa aqui, os fenômenos mais frequentes encontrados³ estão relacionados com a ordem de palavras (SVO quase fixa e obrigatória), perguntas WH com sujeitos pré-verbais e sujeitos pré-verbais em orações não finitas (objeto de estudo deste trabalho).

Henríquez Ureña (1940) observou esse fenômeno linguístico no espanhol caribenho, especificamente em Santo Domingos. Posteriormente, Lipsk (1996) apresentou um rico trabalho sobre a variação dialetal do espanhol de América. Toribio (2000) trouxe um estudo sincrônico sobre a variação dialetal do espanhol da República Dominicana, evidenciando também a presença do sujeito pré-verbal em oração não finitas. Vandermeulen (2011) apresentou um estudo sobre o sujeito no espanhol caribenho, especificamente em Porto Rico e Venezuela. Gutiérrez Maté (2013) observou a presença do sujeito pré-verbal nas orações não finitas do EC. Civitello (2014), estudando a ordem de palavras no espanhol de Cuba, também evidenciou a presença do sujeito pré-verbal de infinitivo.

Todos esses trabalhos evidenciam a presença do sujeito (nominal/pronominal) anteposto às orações não finitas no EC. No entanto, em nenhum deles o foco de estudo recai para este

³ Na seção 5, discutiremos sobre o tema.

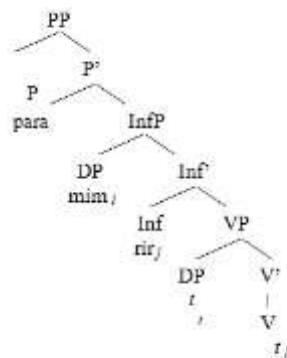
fenômeno. Os autores observam que existe tal fenômeno, porém não trazem uma explicação linguística sobre ele. Não respondem e tampouco formulam, por exemplo, a seguinte pergunta: Como é possível a presença do sujeito anteposto a uma oração não finita no EC, uma vez que o espanhol não possui infinitivo flexionado?

1.1 HIPÓTESE

A hipótese primária é de que o Caso do sujeito da oração não finita é realizado por um Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), uma vez que o infinitivo no espanhol não tem flexão para licenciar nominativo e que o sujeito não é marcado com Caso oblíquo, que seria atribuído pela preposição subordinante, através de uma marcação excepcional de Caso (ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*), como acontece no PB⁴. No PB, um Caso pode ser atribuído excepcionalmente pela preposição *para* como, em (6), abaixo:

(6) a. O João fez palhaçada [para [infP mim rir]].

b.



Em (6), vemos uma marcação que não é canônica, porque a marcação não decorre da relação entre núcleo-complemento e/ou especificador-núcleo (como nos contextos de marcação canônica). Observa-se que não é exatamente o complemento que está recebendo Caso da preposição, já que o complemento da preposição não é o pronome oblíquo (*mim*), mas uma oração não finita (*mim rir*). Na representação, em (6b), o verbo não finito, *rir*, deve ser analisado como infinitivo não flexionado (sem traço de concordância). Se, por outro lado, se tratasse de um infinitivo pessoal, mesmo com a realização de morfema zero do verbo (que é licenciado pelos pronomes de 1^a a 3^a), a projeção AgrP estaria presente e o pronome teria que ter a forma nominativa *eu* (O João fez palhaçada para *eu* rir), por exemplo.

⁴ Vale ressaltar que a marcação excepcional de Caso (ECM) também pode acontecer em outras línguas.

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral da presente dissertação é explicitar como se dá a realização dos sujeitos antepostos às orações não finitas no EC, já que esta língua não possui infinitivo flexionado.

Sendo os seguintes os objetivos específicos:

- a. identificar os sujeitos pré-verbais em orações não finitas;
- b. identificar e classificar as orações não finitas com sujeitos realizados;
- c. identificar em que contextos oracionais estão inseridos esses fenômenos;
- d. explicar a possibilidade de sujeitos pré-verbais explícitos em orações não finitas.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse por este trabalho justifica-se por discutir um tema ainda pouco conhecido ou estudado da sintaxe do EC, que se configura por si só como uma variedade distinta às demais variedades do espanhol. Para além das repercussões no âmbito da descrição e análise linguística, o trabalho ampliará o conhecimento no Brasil sobre o funcionamento da variação do espanhol, permitindo um processo de ensino da língua descentralizado da Europa, o que vai de acordo com as políticas nacionais para o ensino de língua espanhola em perspectiva intercultural.

1.4 METODOLOGIA

O trabalho se caracteriza metodologicamente a partir de duas perspectivas: hipotético-dedutiva e indutiva. É hipotético-dedutivo, por um lado, porque parte de uma hipótese prévia e pretende validar esta hipótese. É indutivo, por outro lado, porque fará descrição e análise de um *corpus* específico e a partir dessa análise fará a discussão teórica pertinente.

Assim, este trabalho toma como referencial teórico o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) e parte dele para lançar luz sobre a variação sintática do espanhol em perspectiva paramétrica, a fim de descrever e explicar, sob a luz da Teoria do Caso, a realização dos sujeitos pré-verbais de infinitivos no EC.

1.5. DIVISÃO DA DISSERTAÇÃO

O texto é organizado em quatro seções como se segue. A primeira seção se destina ao marco teórico em que faremos uma breve revisão dos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1965), dando ênfase à Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY,

1981) e ao Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), marcos teóricos em que se centra a presente dissertação.

A segunda seção se destina à Teoria do Caso, em que faremos uma revisão sobre a Teoria do Caso, explicitando, sobretudo, a marcação canônica e não canônica de Caso. Além disso, discutiremos sobre a noção de Caso *default* (SCHÜTZE, 2001). E, por último, apresentaremos o Caso nas línguas românticas, trazendo uma breve discussão sobre o sujeito das orações não finitas no espanhol antigo e atual, a fim de fomentar a discussão para o atual objeto de estudo deste trabalho: os sujeitos antepostos às orações não finitas no espanhol caribenho.

A terceira seção se destina à discussão sobre o infinitivo, o sujeito realizado de infinitivo e as categorias vazias, dando ênfase a categoria vazia *PRO* que preenche o espaço do sujeito não realizado de uma oração não finita. Além disso, traremos para discussão a noção do Princípio da Projeção Extendida (EPP), a fim de relacioná-lo com os sujeitos (realizado e não realizado) de infinitivo.

A quarta seção se destina à discussão sobre o espanhol de América e o espanhol do Caribe, especificamente sobre a diversidade linguística dessas duas variedades. Por consequência, faremos uma breve discussão sobre o contato linguístico entre povos, a fim de melhor compreender os fatores extralinguísticos que puderam ser os causantes da mudança na estrutura da língua no EC. Por fim, apresentaremos o *corpus* utilizado para este trabalho e faremos as pertinentes descrições linguísticas sobre os dados, a fim de explicitar o fenômeno linguístico do sujeito pré-verbal das orações não finitas no EC.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção, faremos uma breve revisão dos pressupostos teóricos da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1965), dando ênfase à Teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981) e ao Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), marcos teóricos em que se centra a presente dissertação. Em seguida, apresentaremos a noção de regência à luz da *Government and Binding Theory* (GB, em português, *Teoria da Regência e Ligação*), a fim de servir de suporte para posterior discussão de Caso na seção subsequente.

2.1 A LINGUAGEM COMO UM ÓRGÃO MENTAL

Até a primeira metade do século XX, prevalece a ideia de que a linguagem humana era algo socialmente constituído, adquirido e compartilhado. A partir da década de 1950, com os trabalhos do linguista norte-americano Noam Chomsky (1957, 1965) há uma nova perspectiva para o estudo da linguagem. A linguagem é também considerada com uma parte do mundo natural. E, por consequência, a capacidade linguística é encarada como como um *órgão mental* na base teórica da Gramática Gerativa⁵.

Atualmente, o conceito de *base biológica* está bem mais que afirmado, com hipóteses bem fundamentadas que podem ser submetidas a testes empíricos. Ao adotar, então, esse ponto de vista, encarou-se a capacidade linguística como um órgão físico do corpo. Adquirir, por conseguinte, uma língua é mais uma questão de maturação e desenvolvimento de um “órgão” mental biológico do que uma questão de aprendizagem. Portanto, essa visão que a corrente gerativista assume é voltada ao cognitivo/mente, por isso denomina-se *mentalista*.

Chomsky (1997) ainda ressalta que:

A faculdade de linguagem pode razoavelmente ser considerada como “um órgão lingüístico” no mesmo sentido em que na ciência se fala, como órgão do corpo, em sistema visual ou sistema imunológico ou sistema circulatório. Compreendido deste modo, um órgão não é alguma coisa que possa ser removida do corpo deixando intacto todo o resto. Um órgão é um subsistema que é a parte de uma estrutura mais complexa. (CHOMSKY, 1997, p. 2)

É com esse sentido que o autor postula que a criança, ao nascer, tem consigo um *órgão biológico*, que amadurece como qualquer outro órgão. E o resultado dessa maturação é a gramática final, que caracteriza os conhecimentos linguísticos do falante adulto.

⁵ Por uma gramática gerativa entende-se um sistema de regras que, de um modo explícito e bem definido, atribui descrições estruturais a sentenças (CHOMSKY, 1965, p. 89).

Na próxima subseção, veremos que Chomsky (1986a) postula a hipótese inatista como resposta à predisposição do ser humano para a linguagem.

2.1.1 A hipótese inatista

A hipótese inatista é formulada, no âmbito da linguística gerativa, para dar conta do famoso Problema de Platão. O inatismo sustenta a tese de que a predisposição para a linguagem é uma característica biológica do *Homo Sapiens*. Segundo esta hipótese, os seres humanos são prodigiosos no que tange à linguagem, devido ao fato de serem geneticamente pré-programados para adquirir e fazer uso de uma língua natural. Assim, a hipótese inatista é conhecida como a hipótese de que o curso da aquisição da linguagem é determinado por uma Faculdade da Linguagem:

Seja qual for a evidência que tenhamos, parece-me apoiar a visão de que a capacidade de adquirir e usar a linguagem é uma capacidade humana específica da espécie, que existem princípios muito profundos e restritivos que determinam a natureza da linguagem humana e estão enraizados no caráter específico da mente humana. (Chomsky, 1972, p. 102)

Chomsky (1972) também afirma que a aquisição da linguagem é uma habilidade que todos os seres humanos possuem, independentemente de sua inteligência geral. O autor ainda problematiza que a aparente uniformidade nos tipos de gramática desenvolvidos por diferentes falantes da mesma língua sugere que as crianças têm orientação genética na tarefa de construir uma gramática de sua língua nativa.

Outro fator que, para Chomsky (1972), corrobora com a hipótese inatista é a rapidez da aquisição, já que a criança com pouco menos de 3 anos de idade apresenta a aquisição da maioria das flexões verbais e construções gramaticais básicas, sendo capaz de produzir frases, como “O que a mamãe está fazendo?”. No entanto, para o autor, o que torna a uniformidade e a rapidez da aquisição ainda mais notável é o fato de que a experiência linguística da criança é muitas vezes imperfeita, uma vez que é baseada no desempenho linguístico dos falantes adultos. Assim, a grande parte do *input* que a criança recebe é degenerada, contudo, ainda assim, ela consegue desenvolver uma gramática que especifica como formar sentenças gramaticais.

Além disso, Chomsky (1972) ainda ressalta que a aquisição da linguagem é uma atividade interiormente subconsciente e involuntária, ou seja, a criança não pode escolher se quer ou não adquirir sua língua nativa. É algo que acontece, que é involuntário e inato, sendo essa capacidade de aquisição parte de nossa herança genética.

Na Gramática Gerativa (GG), utiliza-se o termo *Faculdade da Linguagem* para fazer referência à dotação biológica que a espécie humana possui para a aquisição da linguagem. É essa faculdade assumida como inata que possibilitará à criança analisar os estímulos da língua do ambiente (o *input*/a língua-E) de forma a construir uma competência linguística (a língua-I)⁶. Nesse contexto, afirma-se que a capacidade para a linguagem que é inata, e não a língua (a competência), que é o resultado de um processo. A hipótese é que a criança (dotada dessa capacidade inata para a linguagem) adquira uma língua entre os 4 e 5 anos de sua infância, ainda que esteja diante de um *input* repleto de frases não concluídas, enunciados truncados ou mal articulados.

Como dito anteriormente, a hipótese inatista é uma das respostas científicas ao chamado problema de Platão, que consiste em questionar a capacidade humana de adquirir conhecimento, seja ele qual for. No caso do conhecimento linguístico, o que se questiona é: como pode uma criança, após poucos anos de contato com a língua do seu ambiente, ser capaz de adquirir um conhecimento linguístico sem ser submetida a um treinamento intensivo explícito e possuindo um sistema neurológico ainda em formação? Por que, aparentemente, só humanos conseguem adquirir competência linguística? Por que outros animais não conseguem? Chomsky (1986a), por conseguinte, formulou dois argumentos para a pergunta de como se adquire o conhecimento linguístico: o argumento da pobreza de estímulo e o problema lógico da aquisição da linguagem, considerando que somente ter contato com os estímulos linguísticos em interações socioculturais é insuficiente para o desenvolvimento de um conhecimento linguístico sobre sintaxe, semântica, pragmática, léxico ou morfologia de uma língua natural.

O problema lógico da aquisição da linguagem questiona, então, a capacidade da criança de ser exposta a estímulos finitos, ainda que ricos e diversificados, por um período finito, e poder produzir sentenças infinitas para além dos padrões ofertados nos exemplos finitos. Já o argumento da pobreza de estímulo sustenta que o conhecimento elaborado, que a criança compõe sobre a estrutura da sua língua, não pode ser deduzido unicamente das informações contidas nos estímulos linguísticos do ambiente, ainda que sejam ricas. Desde essa ótica, os estímulos são considerados pobres por não possuírem todas as informações necessárias para a aquisição do conhecimento linguístico, tendo a criança que deduzir por conta própria uma quantidade enorme de informações.

⁶ Chomsky (1986a), a fim de deixar claro essas duas noções, propôs o termo “língua-E” para referir-se à língua como fenômeno sociocultural. E “língua-I”, por conseguinte, para referir-se à língua em sua aceção cognitiva. Mais abaixo, em 2.2.3, discutiremos essas aceções com mais profundidade.

Portanto, de acordo com Chomsky (1986a), a criança nasce com a capacidade para a aquisição da linguagem e esta acontece de forma progressiva em interação com os *Dados Linguísticos Primários* (PLD, do inglês, *Primary Language Data*). Ou seja, a capacidade nasce com o indivíduo, sendo a aquisição da língua materna o amadurecimento dessa capacidade em relação à língua. Então, adquirir uma língua é mais uma questão de maturação e desenvolvimento de um órgão mental biológico (uma Faculdade da Linguagem) do que uma questão de aprendizagem.

2.1.2 A Gramática Universal

A Gramática Universal (GU) deve ser vista e entendida como o estado inicial da Faculdade da Linguagem (FL) geneticamente determinado. Vimos que podemos encarar esta capacidade como “mecanismo de aquisição da linguagem”, já que é uma componente inata da mente humana que origina uma língua particular pela interação com a experiência vivida (CHOMSKY, 1986a). A colocação, por outro lado, do adjetivo “universal” decorre do fato de Chomsky (1981) considerar universais as propriedades e o funcionamento das línguas naturais, ou seja, observadas nos dados de todos os falantes de todas as línguas humanas.

Assim, postula-se que a aquisição de uma determinada língua é feita pela interação da GU com os PLDs (o *input*), gerando uma gramática particular. Em termos mais técnicos, diz-se que o estado inicial da faculdade da linguagem (FL_o) desenvolve-se até atingir um estado final (FL_i), mais ou menos estável, não sujeito a modificações posteriores exceto no que respeita a ganhos e perdas de itens lexicais. O esquema em (1) ilustra:

$$(1) \text{ Língua X (input)} \rightarrow FL_o \text{ GU} \rightarrow \text{Gramática da língua X}$$

Observa-se, em (1), que a criança ao estar exposta a uma determinada língua X, irá filtrar os dados aos quais está exposta, gerando, assim, uma gramática semelhante à gramática da comunidade com a qual teve contato.

A teoria de uma língua particular é a sua *gramática* (a língua-I), isto é, a descrição teórica do conhecimento internalizado que um falante tem de sua língua. Por sua vez, a teoria das línguas e das expressões que essas línguas geram é a *Gramática Universal*, a descrição teórica do que torna possível esse conhecimento ser adquirido, desenvolvido e usado efetivamente.

Segundo Chomsky (1981), cada língua será discernida e concretizada através de parâmetros correspondentes a sua estrutura, podendo estes variar entre línguas, e com princípios

invariáveis. As várias fases de um componente linguístico durante o desenvolvimento chamam-se de *Língua-I* (língua interna e individual do sujeito). A GU, em seu estado final, incorpora uma língua-I final, como em (1), que permite que o indivíduo possa compreender, ter intuições, produzir um número infinito de expressões e, sobretudo, usá-las para várias finalidades.

A GU, então, é compreendida como o estado inicial que constitui um aparato inerente à espécie que permite qualquer ser humano reconhecer e adquirir uma língua. Assim, está constituída por um sistema fixo de princípios e uma série finita de parâmetros com valores finitos que devem ser fixados mediante a experiência em um ambiente linguístico. De acordo com Chomsky (1995), a GU em FL₀ (fase inicial) contém dois tipos de princípios: os princípios rígidos que são invariáveis e os princípios abertos (parâmetros) que possuem variação. Ambos contêm dois valores possíveis e apenas são “acionados” (como interruptor elétrico)⁷ no decurso da FL₀ (CHOMSKY, 1995).

Assim, a “escolha” de uma posição particular é determinada “de fora”, pelos PLDs que a criança é exposta⁸. Por princípio entende-se um fator linguístico universal (presente em todas as línguas naturais) e inviolável. Por sua vez, por parâmetros entende-se um fator linguístico particular e restritivo para algumas línguas. Assim, dentro da teoria de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), um exemplo de princípio é o Princípio da Projeção Extendida (EPP) que diz que [Spec, IP] é obrigatório, possivelmente devido a uma propriedade morfológica de I. Ou seja, conforme tal Princípio, é esperado que todas as línguas humanas componham suas frases com sujeitos. No entanto, somente em algumas línguas naturais acontece o estabelecido no referido princípio, já que existe entre as tantas línguas do mundo a possibilidade de o sujeito ser omitido, o conhecido sujeito nulo. E a essa possibilidade de expressão do sujeito é que se conhece como exemplo de parâmetro do sujeito nulo (*pro-drop*), que distingue entre dois tipos de línguas conforme permitam ou não a omissão dos sujeitos pronominais. O espanhol, por exemplo, que é caracterizada por ser uma língua *pro-drop*, possui orações como, em (2), em que os sujeitos podem ou não estar expressos.

- (2) a. **(Yo/pro)** voy a la playa.
 b. **(*Ello/pro)** llueve.

⁷ Alusão que Chomsky faz para explicar parâmetros. Ver Chomsky (1981; 1995).

⁸ Conforme Chomsky (1981), a GU possui os Princípios da linguagem, enquanto os Parâmetros devem ser ativados no curso da aquisição da linguagem, de acordo com a experiência da criança com a língua de seu ambiente. Assim, os Parâmetros podem ser marcados ou não marcados de acordo com o ambiente em que se encontram. Por sua vez, a marcação dar-se-á de acordo com os estímulos de uma dada língua-E, é dizer: se uma criança, na aquisição da linguagem, está em um ambiente em que se fala o português (que é caracterizada por ser [+ sujeito nulo]) ela provavelmente fixará o parâmetro de sujeito nulo, o que seria diferente se a língua do ambiente da criança fosse o inglês ou o francês. Ou seja, a criança fixa o parâmetro conforme os dados que escuta, e ao marcá-lo acaba ganhando um conjunto de propriedades referentes ao parâmetro da língua de seu ambiente.

Em (2a), observamos uma estrutura que permite a realização da sentença sem a realização do sujeito (representado por *pro*), e outra estrutura que permite a realização do sujeito de forma explícita (marcado pelo pronome tónico **Yo**). Já em (2b) vemos que não é possível a realização expletiva de um sujeito quando trata-se de verbo meteorológico, uma vez que em espanhol (e também em português) não há marcação expletiva de sujeito nesse contexto, assim sendo marcado por uma categoria vazia **pro**⁹.

Entretanto, em línguas como inglês e francês, que são línguas *não pro-drop* (de sujeito não nulo), a realização do sujeito é obrigatória, inclusive em contextos de verbos meteorológicos, sendo, assim, marcado, em (3), por um pronome expletivo neutro:

- (3) a. (***pro/I**) go to the beach.
 b. (***pro/Je**) vais à la plage.
 c. (***pro/It**) rains.
 d. (***pro/il**) pleut.

Em (3a-b), **pro go to the beach*/**pro vais à la plage* são construções agramaticais no inglês e no francês (aqui, representadas pela presença dos asteriscos). O mesmo acontece em (3c-d) **pro rains*/**pro pleut*, que em línguas como português e espanhol são gramaticais, mas que em inglês e em francês, devido à ausência do pronome expletivo, a sentença é agramatical.

Portanto, esses exemplos sobre princípios e parâmetros mostram um pouco acerca da configuração da GU e sua interação com as línguas humanas naturais. A GU é, portanto, um sistema de condições sobre a gama de gramáticas possíveis para as línguas humanas naturais. Assim, é entendida como a soma dos princípios linguísticos geneticamente determinados, específicos à espécie humana.

Na próxima subseção, apresentamos o conceito de língua-E e língua-I, a fim de estabelecer um diálogo com os conceitos que até então foram discutidos e também explicitar o conceito de língua que utilizamos neste trabalho.

2.1.3 Língua-E e Língua-I

O conceito de “língua” vem sendo uma das questões mais debatidas na linguística. De um lado situam-se os estruturalistas que acreditam que o conceito de *língua* está voltado para o social e que, por conseguinte, a linguagem é algo socialmente constituído, adquirido e

⁹ Falarei sobre isso mais tarde, na seção 4.4, quando discutirei sobre as categorias vazias.

compartilhado. De outro lado, situam-se os racionalistas que acreditam que o conceito de *língua* está voltado para a mente. E é este conceito que seguimos.

Os racionalistas concebem a aquisição da linguagem mais como uma questão de maturação e desenvolvimento de um órgão mental biológico para adquirir uma língua, e só parcialmente determinada por fatores externos como o ambiente de interação e a língua que serve como fonte inicial de dados (*input*) para a criança. Nesse contexto, a concepção externalista (sociocultural) da *Linguística Estruturalista* se vê diante da concepção internalista¹⁰ (cognitiva) da *Linguística Gerativa*¹¹, na qual o foco está menos nos aspectos sociais, culturais, comunicativos e interacionais das línguas humanas, e mais nos aspectos formais, relativos à compreensão e à produção de enunciados linguísticos pelos falantes.

Como vimos, têm-se, nos estudos linguísticos, ao menos duas noções sobre *língua*: a primeira voltada para uma noção de língua externa e a segunda voltada para uma noção de língua interna. Chomsky (1986a), a fim de deixar claro essas duas noções, propôs o termo “língua-E” para a primeira noção. A língua-E, então, é vista como fenômeno sociocultural. E para a segunda noção de língua, o autor propôs o termo “língua-I”, assim tomando a língua em sua acepção cognitiva.

Por conseguinte, ao usarmos esses conceitos, poderemos distinguir a dimensão objetiva das línguas e a sua dimensão subjetiva, evitando, então, as confusões que o termo genérico “língua” pode provocar. Por dimensão objetiva entende-se a dimensão sociocultural, denominada *língua-E*, em que “E” refere-se a externa e extensional, que se define como sentenças possíveis de serem determinadas pela língua-I. E por dimensão subjetiva entende-se a dimensão cognitiva, denominada *língua-I*, em que “I” significa interna, individual e intensional (escrita com “s”). Diz-se que é *intensional* porque remete a tudo que é interior e próprio a um dado significado, e no sentido técnico de a língua-I ser uma função especificada intensionalmente, não extensionalmente, sendo a sua extensão o conjunto de descrições estruturais (DEs) que se refere à estrutura da língua-I.

A língua-I é, portanto, entendida como o sistema cognitivo do estado final da GU, consistindo em um repositório de conhecimento sobre sons, significados e organização estrutural. Nesse contexto, o termo *língua* refere-se a um determinado sistema de conhecimento

¹⁰ A visão *internalista* é também conhecida como *mentalista*, uma vez que acredita-se que esses aspectos ligados à produção e à compreensão residem, em última análise, na mente dos falantes.

¹¹ O termo “gerativo” alude ao fato de que a linguagem pode ser concebida, na perspectiva internalista, como uma capacidade ou conhecimento que geram expressões linguísticas (DEs), ou seja, que constrói objetos abstratos que se constituem como instruções aos sistemas físicos de produção e compreensão de sentenças.

linguísticos radicados na mente, e não mais somente aos objetos materiais (as sentenças e expressões) geradas por esse sistema. A esses, o termo indicado, por ser mais adequado, é língua-E. Assim, fica bem marcada a distinção entre a intensão (o sistema) e a sua extensão (os produtos gerados por esse sistema).

Na GG, uma língua-E é simplesmente um código linguístico, um léxico com seus inúmeros componentes. No entanto, a noção de “Léxico”, aqui, não compreende um simples vocabulário de uma língua-E, mas a maior fonte de informação linguística que é necessária para a aquisição de uma língua-I. Assim, o Léxico não contém somente palavras, mas sim um repositório de informações linguísticas, por meio de objetos simbólicos, chamados de descrições estruturais (DEs), que dão origem às representações linguísticas (π, λ). E cada DE, por sua vez, especifica a série completa de propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas de uma expressão linguística particular (CHOMSKY, 1995).

Nesse sentido, pode-se também afirmar que, no gerativismo, a língua-E é a perspectiva de estudo da linguagem humana subjacente nas ciências sociais, dentre as quais figuram várias áreas da linguística, como o estruturalismo, a sociolinguística, por exemplo. Entretanto, o interesse do linguista gerativista será o de identificar, ao descrever uma língua-E, os traços linguísticos que estão codificados em seu léxico e são usados na formação de representações mentais. E esses traços podem variar de língua para língua, já que uma língua é um produto sociocultural sujeito às contingências da experiência cultural humana.

De acordo com Chomsky (1986a), o foco de interesse do linguista gerativista deve ser a descrição da língua-I (competência), servindo-se, para isso, dos dados da língua-E (desempenho)¹². Metaforicamente, seria considerar a língua-E como o “espelho” da mente (a língua-I), como propõe Chomsky (1995) ao postular que as línguas são o melhor espelho da mente humana. E com o que o linguista gerativista de fato se preocupa é com o fato de a mente humana ser capaz de adquirir essas informações (sejam quais forem), e, a partir delas, produzir e compreender expressões linguísticas no uso cotidiano da língua-I.

De acordo com Chomsky (1986a), dois problemas fundamentais consistem em determinar, para cada indivíduo, as propriedades do estado estável (FL_1) que sua faculdade da linguagem atinge, e as propriedades do estado inicial (FL_0), que é um dom natural comum aos

¹² Esse conhecimento, ao longo do gerativismo, inicialmente chamou-se *competência linguística*, referindo-se ao conhecimento tácito que o falante possui sobre a sua própria língua. Posteriormente, o termo *competência* foi definido em contraste com o termo *desempenho* (performance), designando tanto o uso ou os produtos desse conhecimento em situações efetivas de comunicações linguísticas, quanto mecanismo de percepção e processamento de linguagem que subjaz à competência (CHOMSKY, 1986a).

humanos. O autor então distingue a *competência* do indivíduo (o seu conhecimento e compreensão) da sua *performance/desempenho* (o uso concreto que ele faz com o seu conhecimento e compreensão). O estado final, por fim, constitui a competência linguística madura do indivíduo, a *língua-I*. Conforme o autor, uma propriedade proeminente do estado final consiste em permitir um “uso infinito” de “meio finitos”. O primeiro estaria relacionado à competência. Já o segundo estaria relacionado à performance.

No primeiro sentido, o de uso infinito, uma língua especifica um domínio infinito de objetos simbólicos, as DEs. Assim, a língua é um procedimento gerativo finitamente especificado que enumera um conjunto infinito de DEs. E, por conseguinte, cada DE especifica a série completa de propriedades fonéticas, semânticas e sintáticas de uma expressão linguística particular. Por sua vez, o segundo sentido, o de meio finitos, tem a ver com a performance do indivíduo, o seu uso concreto de sua competência para exprimir os seus pensamentos, referir, produzir sinais, interpretar aquilo que ouve, etc.

Assim, ao questionar-se sobre o conhecimento da linguagem, especificamente sobre sua natureza, origem e uso, Chomsky (1986a, p.17) problematiza as seguintes questões:

- (4) a. O que constitui o conhecimento linguístico?
- b. Como se adquire o conhecimento da linguagem?
- c. Como se utiliza o conhecimento da linguagem?

No âmbito de (4a), a GU é a resposta, por ser uma teoria que trata do estado da mente/cérebro do indivíduo que conhece uma língua particular. Por sua vez, a resposta para (4b) se encontra na Faculdade da Linguagem, especificação da GU, em interação com o ambiente linguístico. Por fim, a resposta para (4c) consistiria em uma teoria de como o conhecimento da língua em questão entra na expressão do pensamento e na compreensão de expressões linguísticas e, em segunda instância, na comunicação e em outros usos da linguagem.

Mais tarde, Chomsky e Lasnik (1993) ressaltam que:

A teoria correta do estado inicial tem de ser suficientemente rica para dar conta do fato de um indivíduo alcançar uma língua específica com base na evidência à sua posição enquanto criança, mas essa teoria não pode ser tão rica que exclua línguas alcançáveis. Podemos seguidamente perguntar também como é que os fatores ambientais e os processos de maturação entram em interação com o estado inicial descrito pela UG. (CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 57)

Para Chomsky e Lasnik (1993, p. 58), uma teoria da GU é verdadeira se (ou na medida em que) descrever corretamente o estado inicial da faculdade da linguagem. Nesse sentido, “produz uma gramática descritivamente adequada para cada língua atingível”. Assim, uma teoria da GU verdadeira satisfaz a condição de *adequação explicativa*. Por outro lado, conforme o autor:

A gramática de uma língua satisfaz a condição de adequação descritiva na medida em que oferece uma descrição completa e minuciosa das propriedades da língua, ou seja, daquilo que o falante dessa língua sabe. Para satisfazer as condições de adequação explicativa, uma teoria de língua deve mostrar como cada língua particular pode ser derivada de um estado inicial uniforme sob as “condições-limite” impostas pela experiência. Deste modo, ela fornece explicação para as propriedades das línguas em um nível mais profundo. (CHOMSKY, 1997, p. 4-5)

Assim, espera-se que uma teoria genuína da linguagem humana precisa satisfazer duas condições *adequação descritiva* e *adequação explicativa*.

Chomsky (1997) discute sobre as controvérsias sobre a compreensão de uma língua no estudo da linguagem. Para o autor, não existe uma compreensão sobre língua, mas sim várias perspectivas de entendimento sobre ela. Assim, no estudo da linguagem, há uma investigação com base na perspectiva de um ponto de vista biológico, do sócio-linguístico, o de língua e cultura, o histórico etc. E cada uma dessa abordagem define o objeto de sua investigação sob a luz de seus próprios interesses. Logo, sigo, neste trabalho, a perspectiva de *língua* sob a luz da linguística gerativa. Dessa forma, fazendo uso de dados da língua-E, de uma língua particular, para explicitar fenômenos linguísticos presentes no cotidiano da língua-I de determinados indivíduos.

Na próxima subseção, veremos que um dos modelos teóricos que se funda na Gramática Gerativa (GG) é a de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981, 1995), que vem sendo reformulada ao longo dos anos. Esta teoria tem sido uma abordagem particular de problemas clássicos do estudo da linguagem, guiada por determinadas ideias chaves que vêm tomando forma desde as origens da GG.

2.2 PRINCÍPIOS E PARÂMETROS

Conforme Chomsky (1981), a Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P) não é um sistema teórico articulado de modo preciso, mas sim uma abordagem particular de problemas clássicos do estudo da linguagem. A GU, o estado inicial, estável e uniforme por natureza, pois constitui um aparato inerente à espécie que permite qualquer ser humano reconhecer e adquirir uma língua, providencia um sistema fixo de princípios e uma série finita de parâmetros com

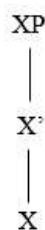
valores finitos que devem ser fixados mediante a experiência em um ambiente linguístico. Nesse sentido, a “escolha” de uma posição particular é determinada “de fora”, pelos PLDs particulares a que a criança é exposta (dos dados primários), gerando um modelo de Gramática¹³.

No modelo de P&P, na GB, a boa formação sintática de uma oração baseia-se na satisfação de um número limitado de princípios (Teoria X-barras, Teoria da Regência, Teoria do Caso etc.) aplicados em três níveis de representação: Estrutura Profunda, Estrutura Superficial e Forma Lógica, e um nível de representação fonética, Forma Fonética.

A Teoria X-barras define as configurações básicas e as configurações estruturais para a boa formação sintática. A Teoria X-barras configura-se, também, por seu caráter universal capaz de captar a estrutura interna dos sintagmas de qualquer língua, mas também prestando-se a dar conta da variação paramétrica nas diferentes línguas. Sabe-se que existem diferenças entre as línguas naturais, sobretudo no que tange à ordem de palavras (SVO/VSO). O português, no que tange a esse parâmetro, é definido como uma língua de ordem fixa de palavras SVO (Sujeito-Verbo-Objeto), na qual o núcleo precede os complementos e a posição básica do sujeito é obrigatória. O espanhol, entretanto, admite uma língua de ordem de palavras VSO (Verbo-Sujeito-Objeto), na qual o núcleo precede o complemento, mas a posição do sujeito é intermediária (ZUBIZARRETA, 1999).

Considera-se que a Teoria X-barras é o módulo da gramática que permite representar um constituinte. Ela deve ser universal a ponto de configurar-se como um esquema geral, a fim de captar a estrutura interna dos sintagmas de qualquer língua, mas também deve dar conta da variação nas diferentes línguas. Assim, para representá-los recorre-se a uma variável X que vai tomar seu valor dependendo da categoria do núcleo do constituinte. Se a categoria for um verbo, o valor de X será V; se for um nome, será N; se for uma preposição, será P etc. O núcleo X determinará as relações internas ao constituinte que são marcadas em dois níveis: o nível X' e o nível XP (em que P abrevia *Phrase* do inglês), assim como representado em (5):

(5)



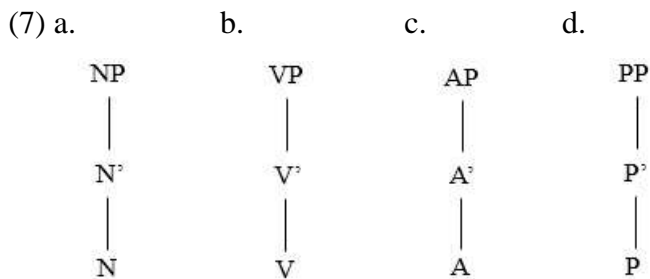
¹³ O termo *gramática* é empregado no sentido de língua-I, com base na GU (CHOMSKY, 1981, 1986a)

A variável X do esquema em (5) é usada para representar qualquer núcleo. Todas as relações no constituinte são estabelecidas direta ou indiretamente. Assim, para reconhecer um constituinte, é fundamental identificar o núcleo e a partir dele as relações que se estabelecem.

Pode ser feita uma distinção entre categorias lexicais (palavras que possuem valor referencial, como os substantivos, adjetivos, verbos e algumas preposições) e categorias funcionais (palavras de conteúdo gramatical, que dão funcionamento ao sistema linguístico, como os artigos, conjunções, certas preposições, flexões). A representação, por conseguinte, de um núcleo lexical dar-se-á da representação de uma variável X que vai tomar seu valor dependendo da categoria do núcleo do constituinte e pela postulação de dois traços distintivos fundamentais: [+N] e [+V]. Abaixo, em (6), segue esquema:

- (6) a. [+N, +V] define a categoria Adjetivo (A)
 b. [+N, -V] define a categoria Nome (N)
 c. [-N, +V] define a categoria Verbo (V)
 d. [-N, -V] define a categoria Preposição (P)

Por conseguinte, os núcleos lexicais que são da categoria N, V, A e P poderão ser projeção de categorias sintagmática NP, VP, AP, VP, conforme segue (7) em representação:



Como foi dito antes, além das categorias lexicais, existem as categorias funcionais (complementizador (COMP/CP) e Flexão (Flex)). O símbolo COMP designa a posição na qual são realizados os elementos interrogativos e relativos. Já a categoria não-lexical Flex é constituída dos elementos Tempo (TP/IP) e Concordância (AGR) que se ajustam ao mesmo esquema da Teoria X-barras. Nas línguas humanas, encontramos sintagmas funcionais como CP e IP estabelecendo uma complementação entre as orações e conferindo flexão de tempo e concordância, como, por exemplo, em (8):

- (8) [Maria disse [CP que [IP vai [VP ler um livro]]]].

Nessa representação, em (8), vemos que o CP estabelece a complementação entre a oração subordinada e a oração principal. Logo após esse sintagma, observamos o IP, com a flexão “vai”, que marca o tempo futuro do presente, modo indicativo, 3ª pessoa do singular do VP [ler [um livro]].

De acordo com Chomsky e Lasnik (1993), as duas relações básicas de um indicador sintagmático são a dominância e a linearidade. No indicador sintagmático (9), diz-se que B domina D e E, C domina F e G, e A domina todas as outras categorias (os nós). Observa-se, também, que B precede C, F e G; D precede E, C, F e G.

(9)



(CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 75)

Por conseguinte, se X for um núcleo, o seu nó (irmão) é o seu *complemento*; assim, de D e F são núcleos, E e G são seus complementos. Assume-se que as relações de ordenação são determinadas por um pequeno número de ligações paramétricas. Assim, em inglês, língua de ramificação à direita, todos os núcleos precedem os seus complementos, ao passo que em japonês, língua de ramificação à esquerda, todos os núcleos seguem os seus complementos. A ordem, portanto, é determinada por uma ligação do parâmetro do núcleo (do inglês, *head parameter*).

Portanto, a Teoria da Regência e Ligação trata da relação estrutural entre o núcleo de uma construção e as categorias complementos. Essa Teoria especifica condições sobre a classe de elementos que podem agir como regentes e que podem ser regidos, além de estabelecer a condição estrutural de c-comando para haver regência. Diz-se que há c-comando quando um constituinte c-comandante (α) ramifica-se imediatamente de um nó na árvore sintática do qual o constituinte c-comandado (β) também se ramifica, seja direta ou indiretamente.

Na relação de c-comando, haverá sempre um ponto de referência, que será um nóculo sintático NP, N', SV, V', por exemplo. Esse nóculo de referência, por conseguinte, deve dominar α imediatamente, ou seja, deve se posicionar acima de α . Por sua vez, tal nóculo deve ser também a origem da ramificação sintática de β , seja de maneira imediata (não separada por

algum material intervenientes) ou de maneira não imediata (com outros pontos sintáticos intervenientes até β). Assim, diz-se que α c-comanda β quando o nó sintático (γ) superior a β também está ligado, direta ou indiretamente, a β .

Conforme Chomsky (1981), de maneira mais formal, teremos a seguinte definição, em (10), para c-comando:

- (10) C-comando
 (i) α c-comanda β se não domina β ; e
 (ii) todo γ que domina α domina β .

De acordo com o autor, quando γ se restringe a projeções máximas, diz-se que α m-comanda β . Ele, então, refere-se à noção de regência como uma variedade mais local de comando.

Como foi precocemente apresentado, a noção de configuração canônica de regência envolve irmandade, isto é, *c-comando* mútuo como em (11):

- (11) Regência
 α rege β se e somente se...
 (i) α c-comanda β e
 (ii) β c-comanda α

Assim, os verbos e preposições tipicamente atribuem Caso aos DPs de que são irmãos, conforme (12):

- (12)
- a. [VP V DP]
 └─┬─┘
 ACC
- b. [PP P DP]
 └─┬─┘
 OBL

A Teoria do Caso, por sua vez, é uma categoria gramatical que se faz presente e necessária para todas as línguas humanas. Todo DP deve receber uma marca abstrata de Caso. Em algumas línguas (o latim, o sânscrito, o russo) o Caso manifesta-se morfologicamente, ao passo que em outras tem pouca realização visível (o português, o espanhol, o inglês). Nessas línguas, o Caso é manifestado apenas nos pronomes¹⁴. Numa sentença, por exemplo, o DP marcado por *nominativo* pode ser o Agente, o marcado por *acusativo* pode ser o Tema. As

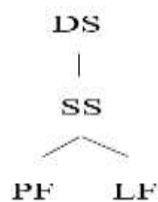
¹⁴ Na próxima seção me aprofundarei mais neste tema.

ideias básicas da teoria do Caso nasceram a partir da investigação sobre a distribuição dos DPs visíveis, com um conteúdo morfológico. Chomsky e Lasnik (1977) foram quem propuseram um conjunto de filtros de superfície para captar essa distribuição. Há um princípio que garante que um DP pronunciado tenha Caso, o Filtro do Caso: todo DP pronunciado deve receber um Caso.

No modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), a perspectiva que se tem sobre Caso é voltada para atribuição, isto é, do núcleo como mediador para atribuição de Caso, sob regência.

Chomsky (1981) postula que a faculdade da linguagem esteja constituída de níveis de representação, que são: a Estrutura Profunda (DS, do inglês *Deep Structure*) e a Estrutura Superficial (SS, do inglês *Surface Structure*). Em (13), apresenta-se um modelo linguístico no qual a primeira estrutura é a representação abstrata em que léxico de uma língua se encontra em primeiro momento, o dicionário mental do indivíduo que deve ser recorrida para construção da sentença. Esse nível de representação é postulado para dar conta de casos como em (14), observados mais adiante. Logo após a DS, está a SS, a estrutura superficial:

(13)



Na passagem de DS para SS é possível movimentar constituintes de tal maneira que se pode ter o objeto direto do verbo na posição inicial da sentença, como em (14b).

(14) a. Paula comeu o quê?

b. O que Paula comeu?

Em ambas as sentenças, o que é interrogado é o objeto do verbo *comer* (postulando que *o que* no nível de representação DS está à direita do verbo para as duas sentenças). No entanto, a expressão interrogativa aparece à direita do verbo em (14a) e no início da sentença em (14b). No nível SS ele pode permanecer em seu “lugar de objeto de verbo”, fazendo com que PF pronuncie a SS como (14a); ou pode ser movido para o início da sentença e, neste caso, PF vai

pronunciar a SS como (14b). Esta é uma das características das línguas naturais: é possível pronunciar determinados elementos em um lugar da sentença e interpretá-los em outro.

Esta versão da teoria assume que SS é a estrutura mediadora da relação entre PF e LF, que não se daria de maneira direta. A representação da sentença em SS é enviada para a PF, a fim de ser interpretada fonologicamente, interpretando como a estrutura será pronunciada. Essa mesma representação também é enviada para LF para ser interpretada semanticamente e dar um sentido à estrutura.

2.2.1 A Sintaxe

Diante desses princípios, a noção de “Sintaxe” para a GG não é a mesma da que é compreendida pelos linguistas estruturalistas, em que por “sintaxe” sempre compreende “análise sintática”. Radford (2004) explicita que a Sintaxe, do ponto de vista da Gramática Tradicional (GT), é descrita em termos de uma taxonomia (ou seja, uma lista classificatória) da gama de diferentes tipos de estruturas encontradas na linguagem¹⁵:

The central assumption underpinning syntactic analysis in traditional grammar is that phrases and sentences are built up of a series of **constituents** (i.e. syntactic units), each of which belongs to a specific **grammatical category** and serves a specific **grammatical function**. (RADFORD, 2004, p. 7) [grifo do autor]

Assim, na GT, as palavras são atribuídas às categorias gramaticais com base em suas propriedades semânticas, propriedades morfológicas e propriedades sintáticas. Conforme Radford (2004), uma gramática tradicional, por exemplo do inglês, incluirá capítulos sobre a sintaxe construções negativas, interrogativas, exclamativas e assim por diante. E, em um desses capítulos, como o das construções interrogativas, o linguista estruturalista notará que no inglês, por exemplo, em construções de cláusula principal como “Is he winning?” (“Ele está ganhando?”), o verbo auxiliar de tempo presente antepõe o sujeito, mas não em construções de cláusula complementar a “if”, como em “I wonder if he *is* winning” (“Eu me pergunto se ele está ganhando”), e normalmente não se preocupa em tentar explicar por que a inversão se aplica a cláusulas principais mas não em cláusulas complementares. Isso, conforme o autor, reflete o fato de que o objetivo primário da GT é a descrição, e não a explicação.

¹⁵ O pressuposto central que sustenta a análise sintática na gramática tradicional é que frases e sentenças são construídas de uma série de constituintes (isto é, unidades sintáticas), cada um dos quais pertence a uma categoria gramatical específica e serve uma função gramatical específica. (RADFORD, 2004, p. 7) (tradução nossa)

Na GG, o entendimento de Sintaxe é voltado para a identificação da Sintaxe no Sistema Computacional da linguagem humana, como conjunto de operações cognitivas que geram representações sintáticas complexas, como sintagmas. Assim, a sintaxe é algo inerente da língua-I, presente na cognição de cada indivíduo particular.

Chomsky (1957) já reconhecia a sintaxe como o estudo dos princípios e dos processos por meio dos quais as sentenças são construídas em línguas particulares. Ele previa a necessidade de se ter uma teoria linguística em que os recursos descritivos utilizados em gramáticas particulares pudessem ser apresentados e estudados abstratamente, sem que se fizesse referência a língua particulares. Para o autor, a noção central em teoria linguística é a de nível linguístico (como a fonologia, a morfologia ou a estrutura frasal). A *língua*, segundo ele, é um conjunto (finito ou infinito) de sentenças, cada sentença sendo finita em extensão e construída a partir de um conjunto de elementos. Assim, o objetivo fundamental na análise linguística de uma determinada língua L é separar as sentenças gramaticais desta língua das sentenças agramaticais que não são da língua L. Conforme Chomsky:

A gramática de L será, portanto, um mecanismo que gera todas as sequências gramaticais de L e nenhuma das sequências agramaticais. Uma maneira de testar a adequação de uma gramática proposta para L é determinar se as sequências que ela gera são realmente gramaticais ou não, isto é, aceitáveis a um falante nativo etc. (CHOMSKY, 1957, p. 15)

A noção, por conseguinte, de gramaticalidade é entendida como sentenças aceitável ou não para o falante nativo, ou seja, por meio da intuição do falante perante a sua língua materna.

Neste trabalho, Chomsky (1957) discute sobre a autonomia da sintaxe como fundamental para descrição de sentenças, por meio de nível transformacional. Segundo Chomsky, para compreender uma sentença se faz necessário conhecer as sentenças nucleares das quais ela se originou e a estrutura sintagmática de cada uma delas. Ou seja, as formas geram a leitura (significado), e não o inverso.

Kenedy (2013), em conformidade com Chomsky (1995), ressalta que alguns fenômenos sintáticos são universais e outros são variáveis (como os exemplos anteriores de princípios e parâmetros que apresentamos). Na Sintaxe, existem relações computacionais que se estabelecem entre um determinado núcleo lexical e seu respectivo complemento (argumento interno). Por conseguinte, a seleção de um complemento por dado núcleo é uma outra boa ilustração de uma propriedade sintática universal. Entende-se, por sua vez, que a unidade mínima que importa à Sintaxe é a palavra, já que os outros tipos de informações linguísticas inferiores à palavra (tais como o fone, o fonema, a sílaba, o morfema) não são acessados pelo

Sistema Computacional. Portanto isso significa que a entidade mínima capaz de desencadear operações sintáticas é a palavra, o item lexical que carrega um conjunto de traços (KENEDY, 2013).

2.3 O PROGRAMA MINIMALISTA

O Programa Minimalista (doravante PM) não é um novo quadro teórico da Gramática Gerativa (GG), não substitui o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), pelo contrário, o PM assenta no modelo de Princípios e Parâmetros (doravante P&P), e parte dele para propor algumas questões novas sobre a língua. Diz-se, portanto, que o PM é o P&P reformulado. O PM propõe a eliminação das estruturas DS e SS, a fim de tornar a teoria mais explicativa e com uma menor quantidade de recursos disponíveis, através de um modelo econômico, simples e elegante.

A forma tradicional de uma expressão linguística é uma cadeia sonora e o conteúdo dessas expressões, por sua vez, é o seu valor informativo, o significado. Assim, é possível assumir que as línguas naturais são sistemas que produzem o par *som* (π) e *significado* (λ) presentes em cada expressão linguística¹⁶.

Supõe-se, então, que a GU possui apenas dois níveis de representação: a Forma Fonética (FF), formando a interface do sistema articulatório-perceptual (A-P); e Forma Lógica (FL), na interface do sistema conceitual-intencional (C-I). Estes dois níveis de interface se constroem a partir da inserção do léxico em um sistema computacional por aplicações simples, sem que haja necessidade de postular os níveis intermediários de DS e SS da versão anterior. O léxico especifica os itens que entram na computação, com suas propriedades, comportando toda a informação paramétrica peculiar de uma determinada língua. E o Sistema Computacional, por sua vez, é sensível a esse tipo de informação.

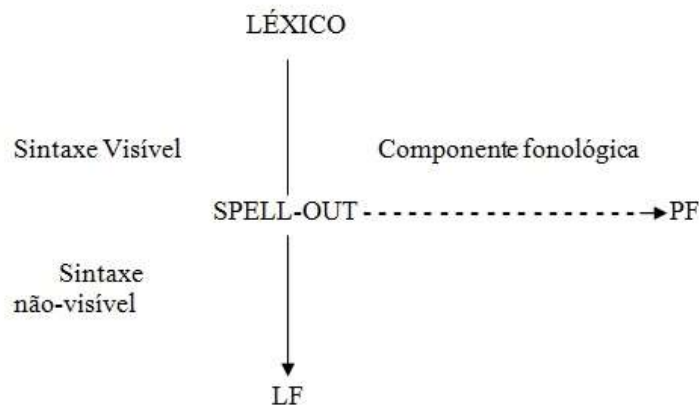
No Programa Minimalista, consta da Faculdade da Linguagem (FL) aquilo que é conceitualmente necessário: o léxico, a numeração, o sistema computacional e dois níveis de representação PF e LF. O léxico compreende a componente da linguagem em que todas as informações sobre o som e significado de itens lexicais isolados estão depositadas. A FL é constituída de um léxico e um sistema computacional. Essa codificação paramétrica é possibilitada pela concepção de que os itens lexicais constituem conjuntos de traços que

¹⁶ Vale ressaltar que o que está em jogo não é o som, as imagens acústicas, como bem definiu Saussure, mas seu valor informativo. Na língua de sinais, por exemplo, a forma de expressão linguística é desempenhada por gestos visuais.

retratam tanto propriedades fonéticas e semânticas, como também propriedades gramaticais, representadas por traços formais do tipo: gênero, número, pessoa, Caso, QU, etc. A numeração, por sua vez, é entendida como o conjunto de itens retirados do léxico que devem alimentar o Sistema Computacional de uma representação linguística específica. O sistema computacional (a sintaxe) é o componente da linguagem que compõe expressões complexas (sintagmas e frases) a partir da combinação recursiva de itens retirados do léxico. O nível de representação PF é a componente da linguagem que converte as representações advindas em instruções cognitivas a serem enviadas para a interface sensório-motora. E, por último, o nível de representação LF é a componente da linguagem que converte as representações advindas da Sintaxe em instruções cognitivas a serem enviadas para as interfaces conceitual-intencional. O *Spell-Out* é um determinado momento da derivação sintática, a partir do qual nenhum item lexical é inserido. Nesse estágio, a derivação é dividida em duas partes: a informação que segue para a PF e a que segue para LF.

A representação segue em (15):

(15)



Dentro deste modelo, cada língua determina um conjunto de pares pertencendo aos níveis A-P e C-I.

A organização dos itens acontece de maneira a formar um par (π, λ) , em que π é um objeto da PF, e λ é um objeto da LF. O par (π, λ) está sujeito ao *Princípio de Interpretação Plena*, segundo o qual todos os traços desse par devem ser legíveis nas interfaces. Se π ou λ não satisfaz o Princípio de *Interpretação Plena*, a derivação não converge. Por sua vez, a derivação ou sistema computacional é composto por uma série de operações: Selecionar (*Select*), Concatenar (*Merge*) e Mover (*Move*), que atuam sobre o conjunto de itens lexicais

selecionados. Após a seleção dos itens lexicais, a estrutura sintática é formada pelas operações Concatenar e Mover.

O Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), portanto, pode ser entendido como uma reformulação de GB (CHOMSKY, 1981), porém tratando de eliminar tudo que for redundante ou desnecessário.

2.4 CONCLUINDO A SEÇÃO

Fizemos, nesta seção, uma breve revisão sobre as bases teóricas da Gramática Gerativa, sobretudo no que tange à aquisição da linguagem e as teorias que a torneiam. Logo, apresentamos uma breve discussão sobre alguns dos princípios teóricos presentes na Teoria de Princípios e Parâmetros (Teoria X-barra, Teoria da Regência, Teoria do Caso), na GB, com o objetivo de melhor compreender a Teoria do Caso (tema da próxima seção).

Por último, discorreremos sobre o novo quadro teórico da Gramática Gerativa, o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995). Vimos que esse novo modelo teórico não substitui o modelo de Princípios e Parâmetros (CHOMSKY, 1981), pelo contrário, o PM assenta no modelo da GB e parte dele para propor algumas questões novas sobre a língua, a fim de tornar a teoria mais explicativa e com uma menor quantidade de recursos disponíveis, através de um modelo econômico, simples e elegante.

Na próxima seção, seguiremos com a discussão sobre um dos temas apresentados nesta seção, a Teoria do Caso. Assim, discutiremos como o Caso é visto nos dois modelos teóricos (GB e PM). Além disso, veremos, também, que há outro tipo de marcação casual, o Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), que é usado para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de verificação de Caso, ou seja, que não estão determinados por mecanismos sintáticos.

3 A TEORIA DO CASO

Apresentaremos, nesta seção, uma breve revisão sobre a Teoria do Caso, explicitando, sobretudo, a marcação canônica e não canônica de Caso. Veremos que a noção de Caso foi reformulada, com os avanços das pesquisas na Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1995). Observaremos, também, que há outro tipo de marcação casual, o Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), que é usado para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de verificação de Caso, ou seja, que não estão determinados por mecanismos sintáticos. Por último, apresentaremos o Caso nas línguas românticas, trazendo uma breve discussão sobre o sujeito das orações não finitas no espanhol antigo e atual, a fim de fomentar a discussão para o atual objeto de estudo deste trabalho: os sujeitos antepostos às orações não finitas no espanhol caribenho.

3.1 SOBRE A TEORIA DO CASO

Caso é uma categoria gramatical que se faz presente e necessário para todas as línguas humanas. Em algumas línguas (o latim, o sânscrito, o russo), o Caso manifesta-se morfologicamente, ao passo que em outras tem pouca realização visível como o português, o espanhol, o inglês. Nessas línguas, o Caso encontra-se presente abstratamente (CHOMSKY, 1995).

Como dito anteriormente, há dois tipos de caso: caso morfológico e Caso abstrato¹⁷. O primeiro, supõe a existência de um paradigma rico de morfemas associados aos diferentes casos, indicando a função gramatical de cada componente linguístico. O latim, por exemplo, em (1), é uma língua que possui o caso morfológico:

(1)	Domin-us	puell-am	amat.	(latim)
	Senhor-NOM	menina-ACU	ama	
	O senhor ama a menina.			

Em (1), observa-se que o caso NOMINATIVO é identificado pelo morfema [-us] no DP *domin-us*; o caso ACUSATIVO é identificado pelo morfema [-am] no DP *puell-am*; o verbo finito é encontrado no fim da sentença (como costuma ser no latim).

Por sua vez, o segundo tipo, o Caso abstrato, supõe línguas que não possuem um paradigma rico de morfemas (como no latim), em que a indicação da função gramatical de cada componente dar-se-ia por meio de outros recursos tais como a ordem dos DPs em relação aos

¹⁷ Escrevo “Caso” com maiúscula para fazer alusão ao Caso Abstrato.

núcleos que os selecionam¹⁸. Assim, línguas como o português, espanhol, inglês são configuradas pelo Caso abstrato.

Em línguas nominativas/acusativas, como o espanhol e o português, o sujeito de uma oração finita recebe Caso *nominativo*; o objeto de um verbo transitivo recebe Caso *acusativo*; e o objeto de uma preposição recebe Caso *oblíquo*. A categoria de Caso é necessária para qualquer língua na medida em que permite que os DPs sejam interpretados semanticamente. Portanto, numa sentença, o DP marcado por *nominativo* pode ser o Agente, o marcado por *acusativo* pode ser o Tema.

Veremos, por conseguinte, na próxima subseção que a organização desses DPs em uma sentença se dá por meio de um princípio, o *Filtro de Caso*.

3.1.1 O Filtro do Caso

A Teoria do Caso adotada por Chomsky (1981), baseada em Rouveret e Vergnaud (1980), nasce a partir da investigação sobre a distribuição dos DPs visíveis, com um conteúdo morfológico. Chomsky e Lasnik (1977) foram quem propuseram um conjunto de filtros de superfície para captar essa distribuição. Há um princípio que garante que um DP pronunciado tenha Caso, o *Filtro do Caso*. Dele advém a ideia, em (2), que todo DP pronunciado deve receber um Caso:

(2) Todo o DP foneticamente realizado tem de receber um Caso

(CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 173)

O filtro de Chomsky e Lasnik (1977, 1993) diz, sobretudo, à respeito da posição de sujeito das orações não finitas. Na maioria dos contextos de orações de infinitivo, um DP lexical é proibido nessa posição por não haver elemento sintático (como traço de concordância) que o licencie.

Observa-se, em línguas como o inglês, que não possui infinitivo flexionado, agramaticalidade em sentenças como em (3) e (4):

(3) *it seems [*Carol* to be here]
 (**expl* parece [*a Carol* estar aqui])

(4) *I am proud [*Jonh* to be here]

¹⁸ López (2012, p. 152) acrescenta que “los componentes de la oración pueden encontrarse en varios tipos de dependencias sintácticas visibles a veces mediante la covaloración (covaluation) de rasgos: la concordancia”. Conforme o autor, quando o DP está em dependência sintática com um certo tipo de núcleo, este núcleo acaba atribuindo Caso ao DP.

(*Eu estou orgulhoso [*o João* estar aqui])

No entanto, a contraparte finita em (5) e (6) destas construções é possível:

(5) it seems [that *Carol* is here]
(*expl* parece [que a *Carol* está aqui])

(6) I am proud [that *Jonh* is here]
(Eu estou orgulhoso [que o *Jonh* esteja aqui])

As construções em (5) e (6) são gramaticais, dado que os DPs em itálico recebem Caso nominativo, ao passo que nenhum Caso é atribuído aos DPs correspondentes em (3) e (4).

Ribeiro (1988, p. 74), em conformidade com Raposo (1987a), afirma que sentença completiva infinitiva com sujeito lexical como (3) só pode ocorrer, especificamente no português brasileiro (PB), em posição que seja Caso-marcado: “Só uma Flex [+ Caso] pode permitir a realização de uma expressão nominal (evidente ou nula) que requer uma marca de Caso, na posição-sujeito do infinitivo flexionado”. De acordo com a autora, a atribuição do Caso nominativo dar-se-ia, então, da relação entre o DP e o Núcleo I, ou seja, da relação entre o sintagma nominal e o infinitivo flexionado na posição de *spec-head*.

Dando continuidade, o Filtro do Caso nada tem a dizer sobre os DPs fonologicamente vazios, mas sim sobre os pronunciados. Conforme Chomsky (1981), a atribuição de Caso ocorre numa classe limitada de contextos e obedece à condição estrutural de regência entre a categoria atribuidora de Caso [-N], o núcleo funcional I finito, e a categoria [+N] que será marcada para Caso. Em (7), apresentamos os contextos de atribuição de Caso:

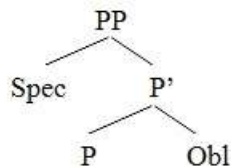
- (7) a) DP é ACUSATIVO se regido pelo núcleo lexical [-N, +V], o verbo.
b) DP é OBLÍQUO se regido pelo núcleo lexical [-N, -V], a preposição.
c) DP é NOMINATIVO se regido pelo núcleo funcional I, tempo e/ou concordância.

Os atribuidores de Caso, portanto, são os dois núcleos lexicais [-N] e o núcleo funcional I finito, que atribuem Caso ACUSATIVO, OBLÍQUO e NOMINATIVO.

3.1.2 A atribuição de Caso sob a GB

Conforme Chomsky (1981, 1986a), os Casos são atribuídos em configuração normal e excepcional sob regência¹⁹. Em situações normais, a preposição (lexical ou funcional) atribui Caso OBLÍQUO ao seu complemento, que é regido por ela. Em (8), segue representação:

(8)



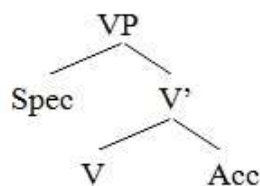
Assim, numa sentença, o DP marcado por OBLÍQUO aparece à direita da preposição. Em (9), seguem exemplos:

- (9) a. A menina olhou para *o menino*.
 b. A menina olhou para *mim*.

Em (9b), *mim* recebe Caso oblíquo da preposição *para* e isso pode ser atestado pela forma pronome pessoal, exclusiva para o caso oblíquo. Em (9a), *o menino* recebe Caso oblíquo da preposição *para*, e, como não se tem nenhuma marca específica (morfológica e/ou pronome exclusivo de caso), se deduz o Caso oblíquo dessa configuração a mesma de (9b): o DP é o complemento da preposição (MIOTO; FIGUEIREDO; LOPES, 2007).

O verbo, como se sabe, é outro núcleo lexical que atribui Caso. Como a preposição, ele deve ser do tipo que rege um complemento ao qual atribui Caso. Em (10), segue representação de sua configuração de ACUSATIVO:

(10)



¹⁹ Como apresento a distribuição do Caso sob a GB (CHOMSKY, 1981; 1986), farei uso dos termos (receber/atribuir) referente a esse quadro teórico.

Em uma sentença, o DP marcado por ACUSATIVO aparece, em (11), à direita do verbo, assim como ocorre com o Caso *oblíquo*:

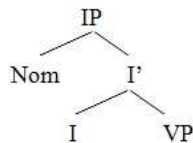
(11) Paula viu *o Pedro* no mercado.

O DP, *o Pedro*, em (11), recebe Caso do verbo. E, uma vez que aqui também não se observa marcas explícitas deste processo, se deduz, então, o Caso acusativo ao DP: o DP é complemento do verbo. Existe, entretanto, uma situação em que a marcação de Acusativo é explícita. Quando, por exemplo, o complemento do verbo é um pronome, como *o* em (12):

(12) Paula *o* viu no cinema.

No entanto, há ainda outra diferença entre os Casos. Na grande maioria das situações, o NOMINATIVO, mas não o ACUSATIVO e OBLÍQUO, pressupõe movimento, isto é, o DP marcado por nominativo é movido para Spec IP, a fim de receber o Caso. Assim, diz-se que o núcleo I é responsável pela atribuição do Caso nominativo. Em (13), segue representação:

(13)



Em (13), o Caso NOMINATIVO é atribuído à esquerda, ao contrário do OBLÍQUO e do ACUSATIVO que são atribuídos à direita. Além disso, nota-se que a configuração de atribuição deste Caso é diferente, uma vez que o Caso NOMINATIVO é atribuído na relação *Spec-Núcleo*, enquanto o Caso ACUSATIVO e o Caso OBLÍQUO são atribuídos na relação *Núcleo-Complemento*.

No entanto, veremos, ao longo da discussão, que Hornstein, Nunes, Grohmann (2005) discutem sobre as relações locais em *head-complement* (núcleo-complemento) e *Spec-head* (especificador-complemento), questionando-se sobre o Caso estrutural, especificamente se cada tipo de Caso estrutural é verificado da mesma maneira que o Caso nominativo. De acordo com os autores, a configuração de atribuição do Caso por relações locais entre núcleo-complemento não é satisfatória, uma vez que existe outro contexto de marcação casual em que

o licenciamento do Caso não se dá por relações locais, como nos casos de Marcação Excepcional de Caso (ECM).

3.1.3 Sobre a Marcação Excepcional de Caso (ECM)

As situações de marcação casual, até então apresentadas, são canônicas em virtude de os núcleos marcarem seu complemento ou especificador. A marcação excepcional de Caso (ECM) se difere da canônica porque a marcação não decorre da relação entre núcleo-complemento e/ou especificador-núcleo (como nos contextos de marcação canônica). Em contexto de ECM, um núcleo atribui Caso aos argumentos de outro núcleo, ao contrário do que ocorre na marcação canônica. Observemos as seguintes sentenças, em (14), abaixo²⁰:

- (14) a. Bill believes [John to be a foo].
 b. It is illegal [_{CP} for [_{IP} the president to pass that law]].

Em (14a), vemos *John* como sujeito da oração subordinada não finita *to be* (ser). Em (14b), a forma *for* (para) é um complementador preposicional na posição C, e *the presidente* é o sujeito da oração não finita. A gramaticalidade destas sentenças implica que nenhum dos seus DPs é excluído pelo *Filtro de Caso*, sendo, portanto, necessário concluir que recebe Caso (RAPOSO, 1992). Este Caso é o *acusativo* em (14a) e o Caso oblíquo em (14b). Em (15), isso se comprova com o teste de substituição pronominal²¹:

- (15) a. Bill believes [him to be a fool].
 b. It is illegal [_{CP} for [_{IP} him to pass that law]].

Observa-se, então, que em (14a) o sujeito da oração subordinada não finita recebe Caso acusativo do verbo da oração principal *believes*, e que em (14b) o sujeito da oração subordinada recebe Caso oblíquo da preposição *for* na posição C. Nas construções em (14), a fonte Casual encontra-se fora da oração não finita, por relações não locais. Assim, devido à sua excepcionalidade na Gramática Universal e devido também ao pequeno número de verbos que são considerados excepcionais nas línguas em que existem, Chomsky (1981) dá-lhe o nome de *Construção de Marcação de Caso Excepcional* (construções ECM, do inglês *Exceptional Case Marking*) para essas orações.

²⁰ (15) a. Bill acredita [John ser um tolo].
 É ilegal [_{CP} para [_{IP} o presidente aprovar essa lei]]. (tradução nossa)

²¹ No inglês, o Caso oblíquo não se diferencia morfologicamente do acusativo.

Portanto, ao verbo *believes*, que admite a construção em (14a), denomina-se verbo ECM. Em inglês, a classe dos verbos ECM inclui *believes*, *prove*, *consider*. Em português, os verbos ECM são os causativos *deixar*, *mandar* e *fazer*, e os verbos de percepção *ver* e *ouvir* (RAPOSO, 1992).

3.1.4 O verbo ECM

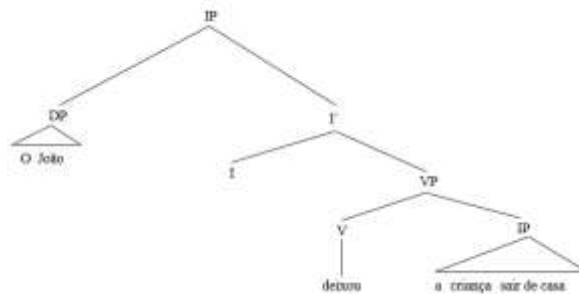
Chomsky (1981) propõe que o complemento oracional dos verbos ECM pode ser excepcionalmente um IP, e não um CP. Conforme essa proposta, esses verbos possuem a propriedade lexical excepcional de subcategorizarem diretamente um IP e não um CP, contrariamente ao que é canônico para um complemento de um núcleo.

Assim, os verbos ECM subcategorizam um CP quando a oração complemento é finita, como, em (16), abaixo²²:

- (16) a. Bill believes [that [Jonh is a fool]].
 b. O João deixou [que [as crianças saíssem de casa]].
 (RAPOSO, 1992, p. 376)

Por conseguinte, a opção IP para o complemento manifesta-se quando o complemento é uma oração não finita, como em (17a), representado em (17b):

- (17) a. O João deixou [a criança sair]²³.
 b.



A assimetria entre (14) e (16) se dá em contexto de oração não finita e oração finita. Nas sentenças encabeçadas por uma oração não finita, por exemplo, em (14a) e (17) o DP *John* e o DP *a criança* aparecem de forma explícita (pronunciada) porque não há um CP (pronunciado).

²² (16) a. Bill acredita [que [Jonh seja um tolo]]. (tradução nossa)

²³ Em português, a terceira pessoa do singular é marcada com morfema zero em orações não finitas.

Nas sentenças encabeçadas por uma oração finita, os verbos ECM *believes/deixou*, em (16), subcategorizam inequivocamente um CP, e, por conseguinte, um verbo finito em modo de subjuntivo *seja (is)*²⁴/*saíssem*.

Picallo (2016) apresenta alguns exemplos de sujeito de oração não finita, em contraste com o sujeito de oração finita no espanhol, fazendo alusão ao valor referencial e a elisão do sujeito. Observemos (18):

- (18) a. Juan te prometió [subir al autobús].
 b. Juan te obligó a [subir al autobús].
 (PICALLO, 2016, p. 469)

Em (18a), o DP que atribui valor referência ao sujeito subordinado tácito é o sujeito da oração principal *Juan*, porém em (18b) é o pronome átono *te*²⁵.

De acordo com Picallo (2012), esse tipo de construções recebem o nome de *Estructuras de controle*, porque a denotação do sujeito da oração não finita está controlada por (ou depende de) um argumento explícito da oração da qual se legitima a oração subordinada. Em contraste, observemos a sentença em (19):

- (19) a. *Juan* no podía imaginarse que *él* ganaría la carrera.
 b. *Juan* no podía imaginarse que *pro* ganaría la carrera.
 (PICALLO, 2016, p. 463)

Nos exemplos em (19), o pronome *él*, em (19a), pode indicar um caráter enfático ou contrastivo à interpretação correferencial. No entanto, quando, no espanhol, não se tenta expressar tal caráter, pode-se recorrer ao uso de um pronome tácito como em (19b). Além disso, estas sentenças mostram a principal diferença entre os elementos de uma oração finita e uma oração não finita: o CP pronunciado nas orações subordinadas encabeçadas por um verbo finito.

Kayne (1984) discute que a relação de regência verbal deve ser definida de modo a poder transpassar uma fronteira oracional, mas não duas fronteiras (CP e IP, nesse contexto). Assim, as orações subordinadas encabeçadas por verbos não finitos não podem ter CP

²⁴ Neste contexto, o uso do verbo *is* do inglês funciona como o verbo *seja* do português.

²⁵ Picallo (2012, p. 469) observa que essas construções são interpretadas como as entidades implicadas no movimento direcional do predicado *subir al autobús*, porém, conforme a autora, tal sujeito deve ser fonologicamente vazio nessas construções “*Juan te prometió [*él* subir al autobús], *Juan te obligó a [*tú* subir al autobús], *Es necesario [*alguien/nosotros/ella* subir al autobús]”. De acordo com Picallo, o valor referencial de tal sujeito tácito parece depender das características léxicas do predicado principal neste tipo de construções.

pronunciado, por violar duas fronteiras CP e IP. Já em contexto de orações subordinadas encabeçadas por verbo finito, é requerido um CP pronunciado como em (19).

Posteriormente, Chomsky (1986b) apresenta a noção de *barreiras*, salientando que quanto menos barreiras um constituinte atravessar, melhor é o resultado da operação de movimento. Para o autor, o cruzamento de uma só barreira seria suficiente para induzir um desvio de gramaticalidade, sendo o cruzamento de duas ou mais barreiras a produção de violações de gramaticalidade²⁶.

3.1.5 Sobre a Legibilidade e Interpretabilidade

Segundo Chomsky e Lasnik (1993), as interfaces (PF e LF) não devem possuir elementos que não possam ser interpretados aos sistemas de performance respectivos. Conforme os autores, a este requisito tem-se chamado o Princípio da Interpretação Plena (FI, do inglês, Full Interpretation Principle). Assim, a interface PF, interpretada pelo sistema A-P, é exaustivamente constituída por arranjos de traços fonéticos; e a interface LF, interpretada pelo sistema C-I, é exaustivamente constituída por entidades semânticas. O **Princípio da Interpretação Plena**, então, é visto como uma das condições de legibilidade estritas impostas pelos sistemas de performance C-I e A-P sobre as interfaces bem formadas. Por conseguinte, conforme Chomsky e Lasnik (1993), uma interface particular pode ou não satisfazer o **princípio FI**. Se o satisfaz, dizem que a derivação que a gera converge (nessa interface); caso contrário, a derivação fracassa (nessa interface).

De acordo Chomsky e Lasnik (1993), a *legibilidade* das interfaces relativamente aos sistemas de performance não é sinônimo de *interpretabilidade*. De acordo com estes autores, os sistemas de *performance* “tentam” atribuir uma interpretação a qualquer interface (bem ou mal formada), de acordo com modos de funcionamento próprio. Assim, os outros sistemas precisam ser capazes de “ler” as expressões da língua e delas fazer uso para o pensamento e a ação. Então, uma interface que fracassa pode ser interpretada pelos sistemas de *performance*. Consideremos as seguintes sentenças em (20):

(20) a. Eu esperava *os estudantes* ter chegado a tempo.

b. Eu esperava que *os estudantes* tivessem chegado a tempo.

(CHOMSKY; LASNIK, 1993, p.28)

²⁶ Para maiores aprofundamentos sobre a noção de barreiras, ver Chomsky (1986b).

A derivação de (20a) fracassa em LF, porque o DP *os estudantes* não pode checar o Caso, uma vez que o traço [+nominativo] não pode ser checado no núcleo I, onde se checa o Caso nominativo, pela ausência dos traços de tempo e concordância no verbo não finito *ter*. Conforme os autores, a oração é degradada e deveria ser precedida de um asterisco. No entanto, a expressão é semanticamente interpretada, com significação de (20b). Chomsky e Lasnik (1993), então, concluem que a satisfação das condições de legibilidade não é propriamente uma condição absoluta para interpretação, mas sim a melhor maneira de satisfazer os princípios particulares de funcionamento dos sistemas de *performance*.

Veremos, na próxima subseção, que a noção de Caso vai muito além dos conceitos e das perspectivas até então mencionados aqui. Na literatura, há alguns trabalhos recentes sobre o Caso que podem explicar, por exemplo, a marcação de Caso que não se dá em algumas línguas pelo licenciamento sintático.

3.2 A NOÇÃO DE CASO SOB O MINIMALISMO

Vimos que na GB (CHOMSKY, 1981) o Caso é concebido sob regência. Nesse contexto, costuma-se usar a palavra “atribuição” quando um DP recebe Caso NOMINATIVO, ACUSATIVO, OBLÍQUO, por exemplo. No entanto, a visão de Caso por atribuição é reformulada por Chomsky (1995) ao implementar uma nova alternativa sobre o Caso. O modelo anterior assumia a existência de uma *Estrutura Profunda* e uma *Estrutura Superficial*. Os DPs, então, adquiriam especificação de Caso após a DS (já que neste nível poderia ter DPs sem Caso), na SS. No minimalismo, há uma ruptura desse modelo. A perspectiva que se tem do léxico está voltada para os traços, como discutido na seção 2.3.

No PM, o núcleo lexical já vem com todos os traços (+humano/-humano; +verbo/-verbo; nominativo etc.) de sua configuração, e, por conseguinte, especifica os itens que entram na computação. Assim, não se diz que há uma atribuição de Caso, mas sim uma checagem de Caso, a fim de saber qual é o traço que um determinado léxico tem e testar a sua compatibilidade com o Caso.

A proposta, então, é que os itens lexicais entram na derivação com os traços já especificados, e o sistema determina se uma determinada expressão X é lícita em uma determinada variação, verificando as características de X contra os traços de um núcleo apropriado. Nessa perspectiva, o pronome *ele*, por exemplo, entra na derivação especificado como Caso Nominativo e se move para [Spec, IP] para ser verificado contra o I finito, que, por teste empírico, só pode verificar o Caso Nominativo. Se o sujeito fosse o pronome genitivo

dele, por exemplo, o Caso não poderia ser verificado por I finito e, por consequência, um resultado não gramatical seria obtido.

Hornstein, Nunes, Grohmann (2005) analisam os pressupostos configuráveis referentes a classificação/verificação de Casos. Os autores discutem sobre as relações locais em *head-complement* e *Spec-head*, questionando-se sobre o Caso estrutural, especificamente se cada tipo de Caso estrutural é verificado da mesma maneira que o Caso nominativo. Esses autores, em conformidade com Chomsky e Lasnik (1993), assumem que os itens lexicais já são influenciados ao entrar na derivação e que a verificação de características deve ocorrer pela Forma Lógica (LF). E que, por conseguinte, o Caso é verificado sempre na relação *Spec-head*, uma vez que há problemas empíricos com a relação *head-complement* já que existe contexto de ECM (em que um núcleo atribui Caso a argumentos de outro núcleo). Assim, de acordo com os autores, cada tipo de Caso estrutural é verificado da mesma maneira que o Caso nominativo.

Veremos, também, na próxima subseção, que há outro tipo de marcação casual, o Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), que é usado para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de verificação de Caso, ou seja, que não estão determinados por mecanismos sintáticos.

3.3 O CASO *DEFAULT*

A noção de Caso *default* veio ser defendida por Schütze (2001), como parte da Gramática Universal (GU), a fim de explorar suas consequências para o sistema de caso morfológico e sua relação com o Caso abstrato. Contrariamente da versão que é assumida no modelo da GB (CHOMSKY, 1981), de que é necessário tratar licenciamento sintático de Caso e marcação morfológica de Caso separadamente, a noção de Caso *default* trata-se de processos diversos associados a sistemas diferentes.

Schütze (2001) argumenta que esta versão, que envolve descrição pós-sintática (*pós-spell-out*) de DPs licenciados, independentemente da sintaxe, fornece uma explicação parcimoniosa de inúmeros fatos sobre a distribuição da marcação morfológica de Casos que de outra forma poderia ser tratado apenas de forma *ad hoc*²⁷:

²⁷ A forma do argumento é a clássica para os padrões em geral: encontramos um conjunto de elementos se comportando da mesma forma, em que os membros desse conjunto *não* têm nada em comum além do fato de não pertencerem a nenhuma classe natural dentro de seu paradigma. No presente caso, os elementos são nominais que, por uma variedade de razões, não tiveram sua flexão de Caso determinada pela sintaxe e, portanto, são enviadas para *spell-out* sem qualquer indicação qual forma de Caso eles devem ser verificados. Sob esta visão, o Caso *default* não desempenha nenhum papel no licenciamento destas expressões nominais, uma vez que o licenciamento estrutural (também, Caso abstrato) é uma exigência sintática. (SCHÜTZE, 2001, p. 205) (Tradução nossa)

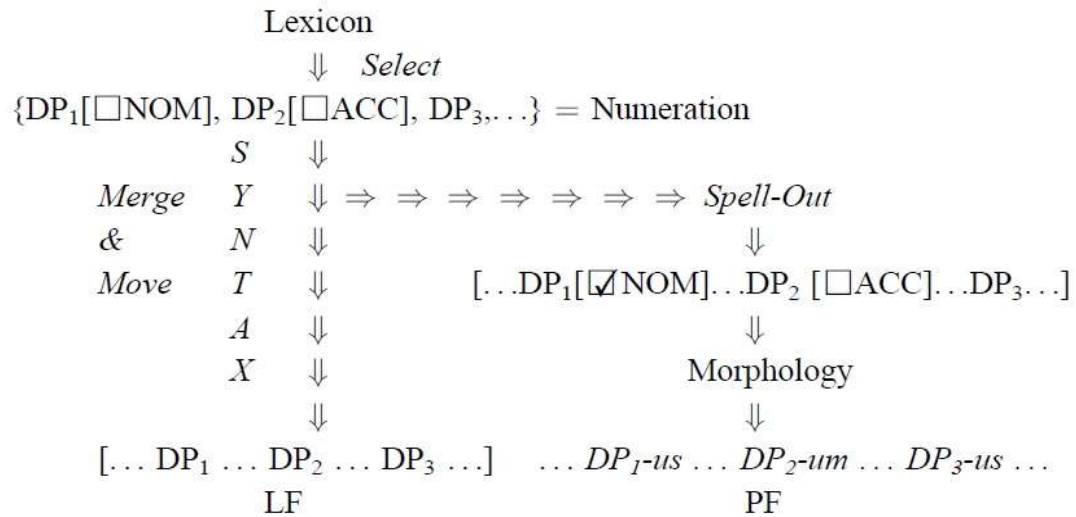
The form of the argument is the classic one for defaults in general: we find a set of elements behaving alike, where the members of that set have nothing in common other than the fact that they do *not* belong to any natural classes within their paradigm. In the present instance, the elements are nominals that, for a variety of reasons, have not had their case inflection determined by the syntax and are therefore sent to the morphological spell-out procedures without any indication of which case form they should be realized with. (SCHÜTZE, 2001, p. 205)

Para Schütze (2001), a marcação morfológica de Caso sempre se dá no componente morfológico. Ele explica que há flexão de Caso determinada pela sintaxe em alguns sintagmas nominais, e que em outros não. E estes últimos sintagmas nominais chegam ao componente morfológico sem nenhuma indicação sobre a forma de Caso com a qual devem ser foneticamente realizados. Nesse caso, o autor afirma que a morfologia lhes atribui a forma do Caso *default*.

Assim, as formas de Caso *default* são usadas para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de atribuição de Caso ou, de outra forma, determinados por mecanismos sintáticos. Isto, por conseguinte, pressupõe a existência de um módulo *pós-spell-out* e o postulado de que toda inserção de vocabulário faz parte desse componente (“inserção tardia”). Conforme Schütze (2001), o Caso *default* não tem nenhum papel no licenciamento sintático de Caso. As formas de Caso *default* de uma língua são usadas para a realização de DPs que não são associados a nenhum traço de Caso a eles checado por mecanismos sintáticos. No entanto, o autor ressalta que o Caso *default* não deve ser entendido como o Caso que é atribuído quando outros Casos falham, mas a falta real de Caso. Isso, portanto, significa que o Caso *default* é a falta de um marcador de Caso evidente.

De acordo com Schütze (2001, p. 207), a representação em (21) corresponde a esse modelo de gramática:

(21)



Em (21), há a esquematização de três DPs através de uma derivação: um com característica (não interpretável) nominativa (NOM), um com um acusativo (ACC) com traço não interpretável (a ser verificado posteriormente), e um sem traço de Caso em tudo. Um traço não verificado é anotado com um quadrado vazio, um traço marcado é anotado com quadrado marcado. Assim, quando esses DPs são enviados a *Spell-Out*, o traço de Caso NOM já foi verificado, enquanto o traço ACC está aguardando para verificar secretamente. Mas o DP sem traço também sobrevive a LF e PF, uma vez que nunca teve traços não interpretáveis que precisassem ser verificados.

Conforme Schütze (2001), a morfologia insere afixos de caso em resposta às características desses DPs. Com base no latim, tem-se: -us como morfema de caso NOM, -um como ACC, sendo o NOM o Caso *default* nessa língua. Por conseguinte, o sufixo NOM também é adicionado ao DP₃. Observa-se que o Caso *default* nunca é atribuído por nada a nada; em vez disso, ele é usado para *Spell-Out* em um nó terminal da árvore sintática. O autor afirma que a presença do Caso *default* é, por *design*, invisível à sintaxe. Em outras palavras: ele não é atribuído por um constituinte a outro, mas usado exclusivamente para realizar morfofonologicamente um nó terminal de uma árvore sintática, sendo, por consequência, totalmente invisível para a sintaxe.

McFadden (2007), em conformidade com Schütze (2001), apresenta algumas questões teóricas e empíricas ao discutir sobre as categorias morfológicas do alemão. Ele discute sobre os quatro Casos presentes no alemão (nominativo, acusativo, genitivo, dativo), apresentando

uma análise, com base em Bierwisch (1967), sobre a decomposição desses Casos. Conforme o autor, (22) representa as desagregações para os quatro Casos no alemão:

(22):

Case	Features
nominative	[-oblique, -governed]
accusative	[-oblique, +governed]
genitive	[+oblique, -governed]
dative	[+oblique, +governed]

(BIERWISCH, 1967 apud MCFADDEN, 2007, p. 1)

De acordo com McFadden, há duas motivações distintas para uma explicação de decomposição de traços do sincretismo. Uma que permite uma descrição mais simples de padrões específicos de sincretismo em línguas específicas. E outra que pode potencialmente ser usada para explicar, de maneira mais geral, por que certos tipos de sincretismo realmente ocorrem e outros não dentro e entre idiomas.

Assim, como em (22), o fato de o alemão ter sincretismos nominativos/acusativos, mas não nominativos/dativos, é tratado por uma decomposição em que nominativo e acusativo são ambos [-oblíquo], não tendo o nominativo e o dativo traços em comum (CARVALHO. 2008). No entanto, não há, em princípio, nada que impeça uma decomposição diferente, segundo o qual nominativo e dativo pertencem juntos. Em outras palavras: pode haver contextos em que nominativo e dativo ocupem a mesma posição. Por conseguinte, em (23), McFadden (2007, p. 3) propõe a seguinte restrição²⁸:

(23) RESTRIÇÃO DE CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS (MFC)

Cada um dos traços propostos para definir as categorias morfológicas deve ter motivação independente das formas morfológicas que pretende descrever.

McFadden (2007) fundamenta-se em trabalhos anteriores, como o de Halle e Vaux (1997), para discutir sobre a motivação dos traços²⁹:

²⁸ (23) Do inglês *Morphological feature constraint* (MFC)

²⁹ A especificação de traço [-oblíquo] é atribuída a nominais que são argumentos do verbo; [+oblíquo] é atribuído a nomes que não são argumentos do verbo. O traço [-estrutural] é atribuído aos nominais em fundamentos semânticos não estruturais; [+estrutural] é atribuído aos nominais com base em sua posição na estrutura sintática, exclusivamente. O traço [-superior] é atribuído a nominais em posições regidas na estrutura sintática; [+ superior] é atribuído a nominais em posições não controladas. [-free] é atribuído a nominais com um papel consistente na

The feature specification [-oblique] is assigned to nominals that are arguments of the verb; [+oblique] is assigned to nominals that are not arguments of the verb. The feature [-structural] is assigned to nominals on non-structural, semantic grounds; [+structural] is assigned to nominals on the basis of their position in the syntactic structure, exclusively. The feature [-superior] is assigned to nominals in governed positions in the syntactic structure; [+superior] is assigned to nominals in non-governed positions. [-free] is assigned to nominals with a consistent role in argument structure; [+free] is assigned to nominals whose role in argument structure varies. (HALLE; VAUX, 1997, p. 5)

Conclui-se, então, que os traços de Caso não são estipulados como categorias puramente morfológicas, havendo, pelo menos, uma tentativa de relacioná-los aos ambientes sintático-semântico nos quais eles aparecem.

No entanto, McFadden (2007) argumenta que há muitos fatores que ainda não estão claros, como o que significaria para um DP ser “argumento do verbo” ou estar em uma “posição regida”; sobre como tais traços são atribuídos ou determinados para um DP e de como isso pode relacionar-se com outras partes da derivação. O autor, então, propõe (24) como restrição final:

(24) Restrição de característica morfológica (versão final)

A postulação de um traço particular para lidar com padrões de forma morfológica deve ser acompanhada por uma teoria explícita de sua distribuição em termos sintáticos/semânticos.

Conforme McFadden (2007), ao postular-se um traço [-oblíquo] para explicar os sincretismos nominativos/acusativos, deve-se formular as regras para sua designação. Pode ser, por exemplo, que um DP dativo não seja apenas marcado como [+oblíquo, +regido] de uma só vez, mas obtenha seu [+oblíquo] da aplicação de uma regra, e seu [+regido] da aplicação de uma segunda regra.

3.3.1 Uma breve apresentação do Caso *default*

Conforme McFadden (2007), em línguas com sistemas de Casos morfológicos há, normalmente, um Caso que opera como *default*, aparecendo onde nenhum Caso pode ser checado. O autor, então, afirma que a chave para entender o Caso *default* é reconhecer sua relação com o sistema de Casos estruturais de uma determinada língua.

estrutura de argumentos; [+ livre] é atribuído a nomes cujo papel na estrutura do argumento varia. (HALLE; VAUX, 1997, p. 5) (Tradução nossa)

O Caso nominativo e o acusativo estão, na maioria das línguas, em uma espécie de relação de dependência sintática. O Caso acusativo é checado apenas na presença do tipo certo de argumento estrutural mais elevado, já o Caso nominativo não tem restrição correspondente. Burzio (1986) fomenta que alguns verbos inacusativos, como *arrivare* (chegar), não são capazes de atribuir Caso ao seu argumento interno, em virtude de não selecionar um argumento externo³⁰. O que resultou na seguinte generalização, que na literatura ficou conhecida como Generalização de Burzio: “only the verbs that can assign 0-role to the subject can assign (accusative) Case to an object³¹” (BURZIO, 1986, p. 178).

McFadden (2007), por conseguinte, postula que há dois tipos de nominativo: o estrutural e o *default*. Entende-se como nominativo estrutural aquele que dispõe de relação sintática para verificação casual, ou seja, a presença de um DP em posição de Spec IP/TP. Por sua vez, o Caso *default* é a falta de elementos sintáticos para sua marcação.

Em particular, categorias como nominativas, acusativas e dativas não têm nenhuma realidade substantiva, mas emergem das combinações de traços primitivos³²:

These more primitive features are what are assigned to a DP – each independent of the other – on the basis of the syntactic structure. Now, if the relevant features are strictly binary, we can make the further assumption that there is essentially a single rule for each. Such a rule states syntactic (and potentially lexical) conditions under which a DP will be assigned (the marked value of) the feature in question. (MCFADDEN, 2007, p. 8)

Assim, caso essas condições não sejam atendidas, o traço permanece indefinido. Dessa forma, a marcação relativa dos valores de traço é derivada, em vez de estipulada. O valor marcado para um traço é aquele atribuído quando o DP atende as condições específicas. O valor não marcado é o que resulta quando isso não acontece (MCFADDEN, 2007).

Portanto, nos termos de Schütze (2001) e McFadden (2007), o Caso *default* não tem nenhum papel no licenciamento de DPs na sintaxe, tampouco é consequência de algum tipo de licenciamento sintático de Caso.

³⁰ Ver Burzio (1986) para maior aprofundamento no tema.

³¹ Apenas os verbos que podem atribuir papel temático ao sujeito podem atribuir Caso (Acusativo) a um objeto. (Tradução nossa)

³² Esses traços mais primitivos são aqueles atribuídos a um DP – cada um independente do outro – com base na estrutura sintática. Agora, se os traços relevantes são estritamente binários, podemos supor que existe essencialmente uma única regra para cada uma. Essa regra estabelece condições sintáticas (e potencialmente lexicais) sob as quais um DP será atribuído (o valor marcado de) o traço em questão. (MCFADDEN, 2007, p. 8) (tradução nossa)

Viotti (2005) elenca, seguindo o modelo de Schütze (2001), os seguintes processos sintáticos que autorizam o componente morfológico a verificar uma determinada marca de Caso a um DP:

- (i) a verificação de Caso a um DP por um núcleo, como I ou um verbo;
- (ii) a correspondência entre um DP e um outro constituinte a ele semanticamente relacionado (um DP deslocado à esquerda pode ter as mesmas marcas de Caso do argumento que lhe corresponde);
- (iii) o espelhamento do Caso de um núcleo para outros constituintes dentro de uma projeção (em latim, por exemplo, existe concordância nas marcas de Caso entre um nome e os adjetivos que aparecem dentro do mesmo sintagma nominal);
- (iv) o Caso semântico (em várias línguas, que têm um sistema rico de marcação de Caso, DPs podem ter funções adverbiais, cujo sentido particular depende da escolha do Caso – por exemplo, dativo para duração, ablativo para instrumento, e assim por diante).

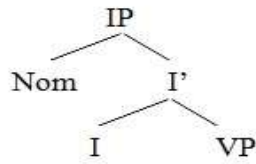
Assim, uma vez que o DP tenha tido o seu Caso licenciado na sintaxe por um desses mecanismos, a morfologia vai saber qual a flexão de Caso que a ele deve ser marcado. As marcas de Caso *default* só vão ser checadas a um DP se nenhum dos mecanismos elencados entre (i) e (iv) tiver sido aplicado. Portanto, para identificar os DPs com o Caso *default* faz-se necessário encontrar os contextos em que nenhum dos mecanismos sintáticos se aplicam (VIOTTI, 2005).

3.3.2 O Caso *default* no português brasileiro (PB)

No PB, de maneira geral, os DPs não recebem marcas morfológicas de Caso, como em línguas como o latim. A única exceção fica por conta do paradigma pronominal, que diferencia as formas do Caso nominativo, do Caso acusativo e do Caso oblíquo. Os traços, por exemplo, de pronome de 1ª pessoa do singular ao serem chegados em Spec IP, a sua realização morfo-fonológica do conjunto de traços corresponderá à forma nominativa *eu*; se, por outro lado, esses traços forem checados em VP, a realização morfo-fonológica do conjunto de traços pronominais corresponderá à forma acusativa *me*; e assim por diante (VIOTTI, 2005).

Todas as línguas humanas dispõem do princípio de Caso, a exemplo, o Caso NOMINATIVO que é verificado na relação entre o núcleo finito I e a posição do DP à esquerda dele, em Spec IP. Em (25), abaixo, segue representação:

(25)



Esta relação, em (25), de Especificador-Núcleo (Spec IP) é a que se solicita para checagem do Caso nominativo.

No entanto, em alguns contextos do PB alguns DPs aparecem inesperadamente na forma nominativa, mesmo não estando em posição Spec IP, nem associados a um outro DP da sentença marcado com Caso nominativo. Isso, conforme Viotti (2005), indica que a marca de Caso nominativo que esses DPs apresentam deve ser uma instância do Caso *default* do PB.

Viotti (2005, p. 58) apresenta alguns exemplos desses contextos em que se pode verificar o Caso *default* no PB. Vejamos (26) e (27):

(26) **Eu**, o João gosta de me encontrar.

(27) O jornalista entrevistou a única professora, **eu**.

Conforme a autora, as sentenças em (26) e (27) são construções que apresentam marcas de deslocamento à esquerda e à direita, respectivamente. Os pronomes nominativos assinalados em negrito estão em uma posição não-argumental, na qual eles foram gerados. Assim sendo, eles não estão em uma posição em que há licenciamento sintática de Caso. E como acredita-se que eles tenham sido gerados nessa posição e não movidos até ela. Eles, então, não devem ter passado por uma posição sintática em que o Caso pudesse ter sido licenciado. Além disso, os pronomes marcados com a forma nominativa, nas duas sentenças, estão semanticamente e referencialmente associado a um outro DP da mesma sentença, marcado com Caso acusativo: o clítico *me*, em (26), e o DP *a única professora disponível*, em (27). A autora também argumenta que mesmo não apresentando marcas morfológicas de Caso acusativo, sabe-se que o DP em (27), sendo complemento do verbo, precisa checar seus traços de Caso contra os traços do verbo. Logo, esse tipo de checagem é associado ao Caso acusativo. A prova é que se o DP, *a única professora disponível*, for substituído por um pronome, esse pronome vai aparecer na forma acusativa: *O jornalista **me** entrevistou*. Portanto, ela afirma que devemos estar diante de um DP com Caso *default*, e postula que o Caso *default* no PB é nominativo, assim como o no alemão (MCFADDEN, 2007).

Viotti (2005, p. 59), também explicita que o pronome acusativo em PB é um clítico e, como tal, jamais poderia aparecer em uma posição em que não estivesse cliticizado ao verbo. Vejamos (28) e (29):

(28) *Me, o João gosta de me encontrar.

(29) *O jornalista entrevistou a única professora disponível, me.

Entretanto, observa-se em (30) e (31) pronomes marcados com o Caso oblíquo que não são clíticos. Logo, evidencia-se que eles tampouco podem substituir os pronomes nominativos das sentenças:

(30) *Mim, o João gosta de me encontrar.

(31) *O jornalista entrevistou a única professora disponível, mim.

Isso, conforme Viotti (2005), nos dá outra forte indicação de que o Caso *default* do PB é o Caso nominativo.

Veremos na próxima subseção que em línguas como o inglês o Caso *default* não é nominativo, mas acusativo.

3.3.3 O Caso *default* no inglês

Conforme Schütze (2001, p. 210), diferentemente do PB o Caso *default* no inglês é indicado pelo Caso acusativo. Vejamos os exemplos em (32)³³:

(32) a. Me/*I, I like beans.

b. The best athlete, her/*she, should win.

Segundo o autor, esses DPs não são argumentos e não há designadores visíveis para eles, portanto, sendo bons candidatos para o Caso *default*. Observa-se em (32a) que o pronome pessoal *I* não pode ocupar a posição à esquadada, como no PB; e que o clítico *me*, ao contrário do PB, é que ocupa a posição à esquerda e que também é marcado por Caso *default*. Essa restrição observa-se em (32b) com o pronome pessoal *she* em posição final, não podendo também ocupar essa posição, mas sim o clítico *her*.

Schütze (2001, p. 211) também aponta outros contextos de Caso *default*, como os de elipse. Os pronomes em enunciados elípticos que não contêm verbo (flexível) ou Infl são ACC,

³³ (32) a. Me/*Eu gosto de feijões.

b. A melhor atleta, ela / * ela, deve ganhar.

mesmo quando seu significado corresponde a um sujeito sintático. Os enunciados em (34) e (35) representam respostas possíveis e seguem em referência a (33), e que se contrasta com (36). Conforme o autor, em todos os casos, o pronome ACC tem a função gramatical do sujeito³⁴:

(33) Q: Who wants to try this game?

(34) A: a. Me/*I.

b. Just me/*I.

c. Me/*I too.

d. And me/*I!

e. Me/*I next!

(35) A: a. Not us/*we.

b. Me/*I neither.

(36) A: I/*Me do (too).

Essas construções elípticas envolvem criticamente a omissão superficial de Infl (assim como um VP antecedente). A relevância de Infl é mostrada pelo contraste de (34a, c) e (36). Assim, Infl em (34) e (35) não é meramente algo silencioso; deve ser ausente ou caracteristicamente distinto do de uma cláusula finita.

Conforme Schütze (2001), pode-se, nesses exemplos, postular um Infl especial que atribui ACC ao sujeito, mas não há como verificar ou falsificar sua existência. O autor sugere que a hipótese nula pode ser decorrente dos recursos de atribuição de Caso ausente de Infl e que o ACC é o Caso *default*. Isto, por conseguinte, deve se estender à cláusula elíptica como a de (37)³⁵:

(37) Who's to take care of him if not us/*we?

De acordo com autor, essa alegação não compromete com a visão de que os DPs em (34), (35) e (36) não possuem licenciamento estrutural, particularmente sob uma versão do *Filtro de*

³⁴ (33) Q: Quem quer experimentar este jogo?

(34) A: a. Me / *Eu.

b. Apenas me / *eu.

c. Me/*eu também.

d. E me / *eu!

e. Me/*eu vou em seguida!

(35) A: a. Não nos / * nós.

b. Me/*Eu também não.

(36) A: Eu / *me faço (também).

³⁵ (15) Quem vai cuidar dele, se não nos / * nós?

Casos orientada para visibilidade, em que o licenciamento estrutural seria necessário para a interpretabilidade de um DP (argumental/referencial).

3.4 CONTEXTOS DE CASO DEFAULT

Como contraste e a fim de explicitar os contextos de Caso default, veremos nas subseções 3.4.1 a 3.4.4 esses contextos no PB e no espanhol.

3.4.1 Contexto de elipse no PB

Conforme Viotti (2005), no PB os pronomes são marcados com a forma nominativa, em contextos que não há nenhum núcleo atribuidor de Caso (infl ou verbo), mesmo quando eles correspondem aos complementos de um verbo que, em geral, recebe marcas de Caso acusativo. Por conseguinte, a uma pergunta como *Quem o João gosta de encontrar?*, poderíamos ter em (38) as seguintes respostas³⁶:

- (38) a. **Eu**.
 b. Só **eu**.
 c. **Eu** não

(VIOTTI, 2005, p. 60)

De outra maneira, a autora mostra que poderíamos ter os seguintes enunciados em (39), para complementar uma sentença como *O médico vai examinar a Paula*:

- (39) a. E **eu** também.
 b. E **eu** a seguir.

Isso, conforme Viotti (2005), é também verificado em outros casos de elipses, como em (40):

- (40) Quem o jornalista pode entrevistar, senão **eu**?

(VIOTTI, 2005, p. 60)

De acordo com a autora, em todos esses exemplos, o pronome nominativo *eu* corresponde ao complemento de um verbo, que deveria ter marcas de Caso acusativo, na condição de seu licenciamento tivesse ocorrido na sintaxe.

³⁶ Conforme Shtütze (2001), diferentemente do PB, o Caso *default* no inglês é indicado pelo Caso acusativo. Assim, em perguntas como em (38), em inglês *Who does Jhon like to meet?* teríamos as seguintes respostas:

- a. Me
 b. Just me
 c. Not me

Esses fatos, portanto, são mais evidências de que o Caso desses DPs não se deu por meio de licenciamento sintático. E é justamente nesses contextos que o Caso *default* se aplica (SCHTÜZE, 2001).

3.4.2 Contexto de *Gapping*

Viotti (2005), com base nas postulações de Schütze (2001) sobre o contexto de “Gapping” para verificação do Caso default no inglês, apresenta uma análise semelhante em (41a-d) ao PB:

- (41) a. Eu não suporto o João e ele **eu**.
 b. Por que o Pedro não pode levar a Ana na festa e o Ricardo **eu**?
 c. Quem os meninos encontraram? O João a Maria, o Pedro a Ana, e o Rui **eu**.
 d. O Pedro conheceu a Ana no Rio, **eu** em Salvador.

(VIOTTI, 2005, p. 60)

De acordo com Viotti (2005), nessas sentenças, o pronome objeto direto marcado com nominativo aparece em contexto em que o verbo (natural atribuidor de Caso acusativo) não aparece. A autora reforça que independentemente de qualquer hipótese sobre a elisão do verbo (quer ela decorrente do fato de o verbo não ser um constituinte da segunda oração, quer ela decorrente da possibilidade de o verbo não ter sido pronunciado), não existe uma explicação para que o pronome apareça na forma nominativa (como aparece), a não ser que se postule o Caso *default*.

Em contrapartida, observa-se que a forma tônica oblíqua não é possível nos contextos de Caso *default*, sem que ela esteja no contexto (42a-d) de uma verificação de Caso, como uma preposição:

- (42) a. Eu não suporto o João e ele a **mim**.
 b. Por que o Pedro não pode levar a Ana na festa e o Ricardo a **mim**?
 c. Quem os meninos encontraram? O João a Maria, o Pedro a Ana, e o Rui a **mim**.
 d. O Pedro encontrou a Ana no Rio, a **mim** em Salvador.

(VIOTTI, 2005, p. 61)

Observamos em (42a-d), contrariamente a (41a-d), a presença de um atribuidor de Caso, a preposição *a* atribuindo Caso oblíquo aos pronomes. Assim, havendo licenciamento sintático de Caso.

3.4.3 Contexto de Coordenação

Conforme Schütze (2001), a coordenação é outro contexto de ocorrência de Caso *default*. E, de acordo com Viotti (2005), temos no PB as seguintes ocorrências, em (43) e (44), abaixo:

- (43) a. O jornalista entrevistou uma professore de História e **eu**.
 b. O jornalista entrevistou **eu** e uma professora de História.

- (44) a. *O jornalista entrevistou-me e uma professora de História.
 b. *O jornalista me entrevistou e uma professora de história.

(VIOTTI, 2005, p. 61)

Observa-se em (43a-b) que o constituinte coordenado está em contexto em que a atribuição de Caso acusativo pelo verbo deveria acontecer. No entanto, vemos a presença explícita do pronome *eu* como nominativo em um local que, sintaticamente, não verifica Caso. Schütze (2001) afirma que a coordenação parece ser um contexto de Caso *default* em muitas línguas.

Viotti (2005) apresenta outras ocorrências em (45a-d) e (46a-d) de Caso *default* em contexto de coordenação no PB, em casos de constituintes coordenados sob uma preposição em que deveria ter o Caso oblíquo, assim como prescreve a gramática normativa, mas há ocorrências do Caso nominativo:

- (45) a. A discussão é entre ele e **eu**.
 b. A discussão é entre **eu** e ele.
 c. A discussão é entre mim e ele.
 d. *A discussão é entre ele e mim.

- (46) a. A discussão é entre tu e **eu**³⁷.
 b. A discussão é entre **eu** e tu.
 c. *A discussão é entre mim e ti.
 d. *A discussão é entre ti e mim.

(VIOTTI, 2005, p. 62)

Observa-se, nessas sentenças, o sincretismo entre nominativo e dativo postulado por McFadden (2007, p.3) “uma decomposição diferente, segundo o qual nominativo e dativo pertencem juntos”. Mas especificamente, (45b) em que o pronome *eu* (que não é marcado pelo tempo finito

³⁷ Segundo Viotti (2005), (46) trata-se do dialeto gaúcho. E (46c-d) são aceitas por falantes que tem alto nível de escolarização e que fazem questão de seguir a gramática normativa.

T e, tampouco, pela preposição *entre*, mas por um Caso *default*) ocupa o lugar de *mim* (pronome com traço [+oblíquo] e marcado pela preposição) isto fica mais visível.

Essa ocorrência também se verifica em (47) no espanhol. Conforme Viotti (2005), pronomes coordenados complementos de algumas preposições aparecem na forma nominativa, ao contrário de pronomes complementos de preposição não-coordenados, que aparecem na forma oblíqua:

- (47) a. Hicimos el trabajo entre **tú** y **yo**.
 b. *Hicimos el trabajo entre ti y mí.
 c. Hicimos el trabajo para ti.
 e. *Hicimos el trabajo para tu.
- (VIOTTI, 2005, p. 62)

Diante desses exemplos, é possível identificar (também) nas orações coordenadas que seu interior se torna um contexto de Caso *default* (VIOTTI, 2005).

3.4.4 Contexto de pronomes modificados e *small clause*

Observemos as seguintes sentenças, em (48), (49) e (50), abaixo:

- (48) O João conhece o meu verdadeiro eu.
 (49) O Rui não suporta eu linguista.
 (50) O Pedro encontrou nós três ontem.

Nessas sentenças, estamos diante de exemplos em que o constituinte, que se encontra o pronome na forma nominativa, está em contexto de atribuição de acusativo. Conforme Viotti (2005), estes pronomes no PB sempre aparecem na forma nominativa, mesmo quando se encontram em posição de complemento de um verbo transitivo direto, como os de (48), (49) e (50). Em (48), o núcleo D^0 , *o*, é que deve receber o Caso acusativo; em (49), o Caso acusativo deve ser atribuído ao núcleo da *small clause*, *linguista*; e, em (50), o quantificador *três* é que deve receber o Caso acusativo.

3.4.5 Sintetizando os contextos de Caso *default*

Por fim, de acordo com Viotti (2005) e com base no que foi discutido aqui, vimos que são quatro os contextos em que sintagmas nominais não têm Caso licenciado na sintaxe, e, por isso, são marcados com o Caso nominativo *default*:

- a) sintagmas nominais e posição de deslocamento à esquerda ou à direita;
- b) sintagmas nominais em contextos em que um possível atribuidor de Caso está elidido;
- c) sintagmas nominais em posição de especificador ou complemento de uma projeção de coordenação;
- d) pronomes modificados e contextos de *small clause*.

3.5 O CASO NO ESPANHOL

No espanhol, o sistema de Caso é do tipo Nominativo/Acusativo, e não se manifesta morfologicamente nos nomes ou determinantes (ZAGONA, 2006). Assim, somente os pronomes pessoais e alguns pronomes relativos exibem vestígios das distinções do caso do latim.

O Caso Nominativo é o caso dos sujeitos das orações finitas, tanto do indicativo como do subjuntivo, dos predicados nominais que se referem ao sujeito da oração, e dos sujeitos das cláusulas adjuntas de participípio e de gerúndio. Em (51), observa-se que tanto o sujeito pronominal do indicativo como o do subjuntivo recebem Caso Nominativo:

(51) Insisto *yo* en que lo hagas *tú*.

(ZAGONA, 2006, p. 22)

Em (52), observa-se que os predicados nominais também aparecem em Caso Nominativo:

(52) a. El campeón eres *tú*.

b. Lo que encontraron era *yo*.

(ZAGONA, 2006, p. 23)

Observa-se, em (52), que o verbo concorda em pessoa e número com o pronome predicativo.

Nos exemplos em (53), observam-se mostras de sentenças adjuntas com sujeito Nominativo:

(53) a. [Llegada ella] empezó la fiesta.

b. [Habiendo llegado ella], empezó la fiesta.

c. [Al cantarlo tú], empezó la fiesta.

d. [De ganar ellos] los felicitaremos.

(ZAGONA, 2006, p. 22)

Nessas construções, o sujeito tende a preceder ao infinitivo no espanhol caribenho. Observa-se que em (53a) o particípio concorda em gênero e número com o sujeito; já o particípio de (53b) e os infinitivos (53c, 53d) são invariáveis.

No entanto, sabemos que no EC existem sentenças, como em (54), em que o sujeito aparece realizado anteposto a uma oração não finita:

(54) Ven acá para *nosotros* verte.

(República Dominicana; TORIBIO, 2000, p. 323)

Assim, o que problematizamos aqui é: como se dá a marcação de Caso do sujeito *nosotros*, já que o espanhol é uma língua que não tem infinitivo flexionado?

A hipótese primária é de que o Caso do sujeito da oração não finita é realizado por um Caso *default*, uma vez que o infinitivo no espanhol não tem flexão para atribuir nominativo e que o sujeito não é marcado com Caso oblíquo, que seria atribuído pela preposição subordinante. Sobre a posição pré-verbal dos sujeitos no espanhol, Alexiadou e Anagnostopoulou (1998) ressalta que ocupam uma posição não argumental. Por sua vez, o *Princípio da Projeção Extendida* (EPP) nas línguas românicas é satisfeito através do movimento do verbo como consequência do traço nominal que tem sua morfologia de concordância³⁸.

Discutiremos, na próxima seção, sobre a variação dialetal no espanhol de América, sobretudo, no Espanhol do Caribe e sobre o infinitivo.

3.6 CONCLUINDO A SEÇÃO

Fizemos uma breve revisão sobre a Teoria do Caso, explicitando, sobretudo, a marcação canônica e não canônica de Caso.

Vimos, também, que há outro tipo de marcação casual, o Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), que é usado para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de verificação de Caso, ou seja, que não estão determinados por mecanismos sintáticos.

Por último, discutimos sobre o Caso nas línguas românticas, sobretudo fazendo menção ao sujeito das orações não finitas no espanhol antigo e atual, a fim de fomentar a discussão para o atual objeto de estudo deste trabalho: os sujeitos antepostos às orações não finitas no espanhol caribenho.

³⁸ Ver Alexiadou e Anagnostopoulou (1998).

De forma geral, vimos que o Caso nominativo é verificado nas línguas naturais na relação especificador-núcleo. Vimos que no português brasileiro, que é uma língua que possui infinitivo flexionado, a presença de um DP (nominal/pronominal) anteposto a uma oração não finita é licenciada pelo núcleo I finito. E no espanhol, língua que não possui infinitivo flexionado, a presença de um DP anteposto a oração não finita não é possível, por falta da flexão que é responsável pela checagem do Caso Nominativo. Entretanto, observamos que há ocorrências de sujeitos antepostos às orações não finitas no espanhol caribenho. Portanto, nesta seção, fizemos uma revisão teórica sobre o Caso, com o objetivo de responder a seguinte pergunta: o que licencia os sujeitos antepostos às orações não finitas no EC, já que o espanhol é uma língua de infinito não flexionado?

4 INFINITIVO, SUJEITO REALIZADO E CATEGORIAS VAZIAS: UMA BREVE APRESENTAÇÃO

Nesta seção, apresentaremos uma breve discussão sobre o infinitivo, o sujeito realizado de infinitivo e as categorias vazias (ECs), dando ênfase a PRO, que preenche o espaço do sujeito não realizado de uma oração não finita. Além disso, traremos para discussão a noção do Princípio da Projeção Extendida (EPP), a fim de relacioná-lo com os sujeitos (realizado e não realizado) de infinitivo.

4.1 O INFINITIVO

O infinitivo é conhecido como a forma não flexiva ou nominal do verbo. Assim, se opõe às formas conjugadas do paradigma verbal por ser desprovido de morfemas de pessoa e tempo. Isso, por conseguinte, o inabilita no plano sintático: por um lado, não pode estabelecer relações de concordância com o sujeito (em línguas que não possuem flexão de infinitivo); por outro, é incapaz de expressar para si mesmo uma referência temporal (HERNANZ, 1999).

As desinências de número e pessoa são marcas que estabelecem relação de concordância entre o verbo e seu sujeito. O infinitivo, ao estar desprovido dessas desinências, não pode identificar (ao contrário das formas finitas), um DP como nominativo ou sujeito, visto que para checagem de Caso necessitaria a presença de traço de tempo e concordância como discutimos na seção anterior. Vejamos os seguintes exemplos, em (1), abaixo:

- (1) a. *Juan bailar.
b. Juan baila.

Em (1a), vemos que, embora satisfaça o requisito da predicação, a sentença é agramatical por não haver no verbo *bailar* nenhuma marca de tempo/concordância que identifique o DP *Juan*. Por outro lado, vemos em (1b) uma sentença gramatical por cumprir com estes requisitos, isto é, por identificarmos no verbo marca de tempo e concordância que identifica e se relaciona com o sujeito da oração.

Em contraste, vejamos (2), abaixo:

- (2) a. *Bailar.
b. (Él) baila.

Em (2a), observamos que a ausência de traços de tempo e concordância do infinitivo reflete na agramaticalidade da sentença, não dando espaço nem para um sujeito implícito como *pro*. Por

outro lado, em (2b) vemos que a presença desses traços é o resultado da gramaticalidade da sentença e da possibilidade de um sujeito explícito como *Él* e implícito como *pro*.

4.1.1 Sobre as características do infinitivo

Como dito antes, os infinitivos, no espanhol, se caracterizam por sua forma não pessoal, isto é, não flexiva. São considerados formas nominais dos verbos e são desprovidos de morfemas de número, pessoa e tempo (que são característicos das formas finitas). Conforme Llorach (1999, p. 143): “sus funciones coinciden con las del sustantivo: *Necesito descansar*, igual que *Necesito descanso*; *Le gusta comer*, igual que *Le gusta la comida*”.

As orações não finitas no espanhol não caribenho (ENC) só admitem sujeitos em posição pós-verbal³⁹, como nos exemplos abaixo:

- (3) a. [De ganar **ellos**] los felicitaremos.
 b. *[De **ellos** ganar] los felicitaremos.
 (ZAGONA, 2006, p. 42)

Outro contexto de sujeito de infinitivo é o dos verbos de percepção, como *ver* e *oír*, que admitem infinitivos com sujeito em acusativo. Conforme Hernanz (1999), há dois grupos de sujeitos com infinitivo: os infinitivos dependentes de um verbo de percepção sensível e os que adotam uma interpretação causativa. Em (4), ilustra-se o primeiro contexto e, em (3), ilustra-se o segundo contexto:

- (4) a. Julia ha visto desfilar a **los soldados**.
 b. Oigo sonar **las campanas**.
 (5) a. Este abono hace crecer **las plantas**.
 b. El payaso hizo reír a **los niños**.
 (HERNANZ, 1999, p. 2236)

De acordo com a autora, a assimetria que os elementos destacados em (4) e (5) manifestam, em quanto a sua função sintática e seu estatuto interpretativo, é corroborado em (6) e (7), com os testes de pronominalização e com a substituição de uma oração não finita por finita:

³⁹ Muito se discute na literatura sobre o valor argumental desses sujeitos. Alguns autores postulam que são sujeitos enfáticos, como Piera (1987), outros postulam que são sujeitos argumentais, como Ortega-Santos (2003).

- (6) a. Julia **los** ha visto a desfilan.
 b. **Las** oigo sonar.
 c. Este abono **las** hace crecer.
- (7) a. Julia ha visto que **los soldados** desfilaban.
 b. Oigo que **las campanas** suenan.
 c. Este abono hace que **las plantas** crezcan.

Vemos que, em (6), a pronominalização mostra que estes sujeitos se correspondem com acusativos, enquanto que, em (7), a substituição do infinitivo por um correspondente flexionado permite recuperar um sujeito nominativo.

Dando continuidade, como vimos nos exemplos de (7), os infinitivos dependentes de verbos de percepção podem alternar com verbos em forma flexionada. No entanto, a seleção entre uma e outra opção não é livre, mas condicionada por fatores semânticos (HERNANZ, 1999). Em contextos semânticos de aceção percepção intelectual, os verbos de percepção são incompatíveis com o infinitivo, como pode-se comprovar, em (8) e (9), abaixo:

- (8) a. Vimos que **Julia** tenía mucho trabajo.
 b. Observaron que **Pedro** dominaba el alemán.
- (9) a. *Vimos a **Julia** tener mucho trabajo.
 b. *Observaron a **Pedro** dominar el alemán.
- (HERNANZ, 1999, p. 2241)

Por outro lado, quando esses verbos se referem a uma percepção sensível, admitem, indistintamente, tanto subordinadas em infinitivo como com verbo finito, como, em (10):

- (10) a. María vio que **Juan** tocaba el piano.
 b. María observó que **los niños** se mordían las uñas.
- (HERNANZ, 1999, p. 2241)

Em (10), um fator a se observar é a ambiguidade presente nessas sentenças, que aceitam mais de uma interpretação, quer seja como “fatos” ao que o sujeito tem acesso intelectivamente, quer seja como ações percebidas de forma direta pelo sujeito. No entanto, tal ambiguidade desaparece com a presença do infinitivo, como em (11), que só toma como interpretação a segunda opção:

- (11) a. María vio a **Juan** tocar el piano.
 b. María observó a **los niños** morderse las uñas.
- (HERNANZ, 1999, p. 2242)

De acordo com Hernanz (1999), os exemplos de (11) são possíveis unicamente no caso de que *María* houvesse sido afetada diretamente por uma determinada sensação visual (a imagem de *Juan* tocando o piano ou de *los niños* mordendo as unhas), enquanto que os exemplos de (10) admitem uma interpretação na que o sujeito não tenha uma percepção direta de tais sensações (*María* pode, por exemplo, ter deduzido que *Juan* toca o piano ou que *los niños* mordiam as unhas depois de observar as características de suas mãos).

Até o presente momento vimos contextos de realização de sujeitos aceitáveis pelos falantes hispânicos, e que também são regularizados pela *Real Academia Española* (RAE). No entanto, há uma variação relativa no que tange aos sujeitos de infinitivos no espanhol caribenho (EC). Um dos fenômenos mais comuns é a existência de sujeito pré-verbal com uma oração não finita, sobretudo em contextos infinitivos finais, ilustrado, em (12), abaixo:

(12) a. para **yo** hacer eso...

(Puerto Rico; LIPSKI, 1996, p. 335)

b. Ven acá para **nosotros** verte.

(República Dominicana; TORIBIO, 2000, p. 323)

Essa ocorrência e recorrência, apresentada em (12), é comumente encontrada no EC, que se configura por si como uma variedade linguística do espanhol distintas das demais. No entanto, veremos na seção 5, outros contextos em que os sujeitos pré-verbais de infinitivos aparecem no EC. Mas, por hora, faz-se necessário explicitar, de forma breve, o funcionamento das orações subordinadas com infinitivo (em que os sujeitos de infinitivo aparecem) para que possamos melhor compreendê-las.

4.2 AS ORAÇÕES SUBORDINADAS DE INFINITIVO

De acordo com Hernanz (1999) e Zagona (2006) são dois os contextos em que se encontram oração de infinitivo com sujeito realizado: orações completivas e orações subordinadas adverbiais. A primeira é caracterizada pelo caráter regido do verbo não finito; a segunda, por outro lado, é caracterizada pelo caráter não regido⁴⁰ do verbo não finito. Vejamos nas próximas subseções estes dois contextos.

⁴⁰ Abaixo, apresentamos uma breve noção sobre o infinitivo regido e não regido.

4.2.1 Orações completivas de infinitivo

Hernanz (1999) aponta que as orações completivas de infinitivo possuem um estatuto comparado ao de um argumento nominal. E que, por conseguinte, podem desempenhar as mesmas funções que correspondem a constituinte (podem atuar como sujeito, complemento do verbo, do nome e do adjetivo). Vejamos as seguintes orações, em (13), abaixo:

- (13) a. No le gusta madrugar. / Esto es pedir demasiado.
 b. Julia desea estudiar medicina. / Eleuterio aspira a ganar el premio Nadal.
 c. El presidente es partidario de rebajar los impuestos. / La decisión de importar coches suecos ha sido muy bien acogida.

(HERNANZ, 1999. P. 2272)

Assim, em (13a), vemos um sujeito e um eventual atributo; em (13b), um complemento verbal (direto); em (13c), um complemento de um elemento nominal (adjetivo ou substantivo). Além disso, observamos que estas construções de completivas de infinitivo, contrariamente ao que ocorre nas construções subordinadas adverbiais de infinitivo, não possuem nenhum complemento subordinante explícito⁴¹.

4.2.2 Orações subordinadas adverbiais de infinitivo

As orações subordinadas de infinitivo são conhecidas por seu caráter não regido e por levar sujeito expreso, seja em forma nominal ou pronominal, como se observa, em (14), abaixo:

- (14) a. Al salir **el sol**, se pusieron en camino.
 b. De seguir **las cosas** así, nos arruinaremos.
 c. Antes de instalarte **tú** en casa, no discutíamos tanto.

(HERNANZ, 1999, p. 2305)

De acordo com Hernanz (1999), nos contextos em que o sujeito de infinitivo aparece expreso, ele situa-se em posição pós-verbal, como em (14). No entanto, a autora salienta que a anteposição, sobretudo quando o sujeito adota uma forma pronominal, é também possível especialmente com a preposição *sin* e/ou com algum outro nexos: “aun cuando su uso queda normalmente restringido, en los dialectos peninsulares, al registro hablado: Se fueron *sin tú*

⁴¹ Nas orações completivas com verbos finitos, vemos o complemento explícito “que”. No entanto, nas de infinitivo sua presença acaba sendo incompatível (ZAGONA, 2006, p. 68):

- i. a. Quieren [*(que) Sandra Vaya pronto].
 b. Quieren [*(que) ir pronto].

enterarte, Para él hablar así, tenía que estar borracho, Por yo no saber nada, me sorprendieron” (HERNANZ, 1999, p. 2305).

Hernanz (1999) ainda ressalta que, especialmente no espanhol do Caribe, essas construções costumam vir inclusive com sujeitos não pronominais como nas sentenças, em (15a, c), abaixo:

- (15) a. Al **ella** hablar, el silencio crecía.
 b. Antes de **Juan** conocerte a ti, se la pasaba vagando.
 c. Este salón es para **la gente** bailar.

(HERNANZ, 1999, p. 2306)

Nesse sentido, conforme Hernanz (1999), os infinitivos adverbiais costumam ir precedidos por uma preposição (*para, por, después de, sin, antes de, a pesar de, etc.*), compatível habitualmente com um verbo em forma pessoal. De acordo com a autora, a essa relação se pode listar um conjunto de preposições que, em conjunto com o infinitivo, adotam diferentes valores: *de* (causal ou condicional), *al* (temporal ou causal), *con* (concessivo ou condicional), *sin* (modo), *para* (finalidade ou intenção) etc. Assim, em função de interpretação, se distingue entre adverbiais com valor temporal (*Al salir el sol, se pusieron en camino*), condicional (*De seguir así las cosas...*), concessivo (*A pesar de haber llegado...*), finalidade (*Ven acá para nosotros verte*), além de outras possíveis leituras.

4.2.3 Sobre o carácter regido e não regido do infinitivo

Conforme a perspectiva da Gramática Tradicional Espanhola (RAE, 2010), os infinitivos são formas híbridas que mostram propriedades verbais e nominais, isto é, podem ser regidos ou não regidos:

Así, el segmento subrayado en *Ángela deseaba comprar una casa* es categorialmente un verbo porque se construye con complemento directo. El segmento comprar una casa es, en efecto, una oración subordinada sustantiva, sin sujeto expreso, que desempeña una función sintáctica típicamente nominal: la de complemento directo. En la actualidad se suele aceptar que, desde el punto de vista de la forma en que se construyen, los infinitivos tienen carácter VERBAL en unos contextos (como el que se acaba de citar) y carácter NOMINAL en otros. Así, en *el lento caminar de la gente*, el infinitivo aparece acompañado de un adjetivo y un complemento preposicional, ambos modificadores característicos de los grupos nominales. (RAE, 2010, p. 493) (grifo do autor)

Diz-se, portanto, que o infinitivo é regido quando faz parte de um grupo oracional (como nas perífrases verbais *María puede estar enferma*) e quando ele é regido por um verbo finito (como em *Esperamos ganar*). Assim, desempenhando funções sintáticas e semânticas numa oração.

Por sua vez, o infinitivo não regido não formaria nenhum grupo oracional e tampouco desempenharia funções sintáticas e semânticas (por si só) como o infinitivo regido. Ele, em uma oração, tem o caráter de sujeito (numa oração com verbo finito) como em *El apoyar tú la propuesta me satisface*. Conforme Llorach (1999), o substantivo pessoal *tú* seria sujeito explícito no enunciado *Tú apoyas la propuesta y ello me satisface*. E, nas orações de infinitivo, como em “El apoyar tú”, por o infinitivo não dispor de morfemas de concordância entre o sujeito e o morfema pessoal do verbo -ar, é preferível chamar substantivo “tú” de adjacente temático, e não sujeito do infinitivo.

4.2.4 Contextos de infinitivo regido e não regido

Lagunilla (1987) y Hernanz (1999) apresentam a seguinte classificação das orações de infinitivos não regidos, em (16), abaixo:

(16) a. *cláusulas preposicionales*

Al entrar yo por la puerta, todos se callaron.

b. *cláusulas de infinitivo en función de sujeto*
[Presentarse Julia] a las elecciones fue un error.

c. *cláusulas exclamativas*
¡Ir yo a su casa!

d. *Cláusulas interrogativas*
¿Regalarles yo mi coche?

Em (16), vemos que todas estas orações têm em comum seu caráter não regido. Em contraste, os infinitivos em cláusulas regidas, como em (17), não aceitariam sujeitos léxicos:

(17) Pedro quiere [Ø ir].

(ORTEGA, 2003, p. 17)

Ortega (2003) apresenta um estudo sobre os sujeitos explícitos em orações de infinitivos não argumentais e argumentais no ENC, investigando o seu licenciamento nesses contextos de orações. Ortega (2003) conclui que apenas em orações de infinitivo não regido (*[De venir*

Pedro], habrá problemas) há sujeito expreso, por considerar em sentenças como “*Quiere ir Pedro*” o sujeito “Pedro” concorda com o verbo finito, não sendo argumento do verbo não finito “ir”, e que sua posição pós-verbal seria por conta de um movimento.

Na próxima subseção, discutiremos o caráter do infinitivo sob a perspectiva da gramática gerativa, a fim de problematizar a questão da ausência de morfemas de tempo e concordância que o inabilita ter um sujeito léxico.

4.3 O INFINITIVO NO ESPANHOL SOB A PERSPECTIVA GERATIVISTA

Sabe-se que o infinitivo, no espanhol, não possui flexão de tempo e concordância (explícita) em sua morfologia. Assim, assume-se no marco da sintaxe da gerativa que tal forma verbal não pode licenciar Caso nominativo, ou seja, que não licenciará sujeito léxico. E que, por conseguinte, estes não poderão aparecer em orações não finitas. Entretanto, vimos em (16) que os infinitivos não regidos aceitam sujeitos léxicos conforme Lagunilla (1987) e Hernanz (1999), que se encontram em cláusulas interrogativas, exclamativas e preposicionais.

Conforme Ortega (2003), esse comportamento do infinitivo não regido é explicado por meio do vínculo entre a existência de concordância no verbo e a capacidade de atribuir Caso nominativo, o que sugeriria que os infinitivos não regidos do espanhol têm concordância abstrata. Ele, então, postula que nos casos de infinitivos não regidos a concordância abstrata é absorvida por um núcleo regente. E que, por sua vez, os infinitivos regidos careceriam desse núcleo. O autor argumenta que a concordância da forma verbal “hacer” em diferentes dialetos traz evidência empírica de que os infinitivos têm concordância e que os verbos principais acabam sendo afetados por ela. Para isso, Ortega (2003) apresenta os seguintes dados do PB, em (18), abaixo:

- (18) a. Será difícil [*eles* *aprovar* a proposta]
 Será difícil ellos aprobar-3PPl la propuesta.
 ‘Será difícil que ellos aprueben la propuesta’
 b. *Será difícil [*eles* *aprovar*- \emptyset a proposta].

(ORTEGA, 2003, p.54)

De acordo com o autor, nesses exemplos podemos ver como o sujeito léxico, *eles*, acaba sendo gramatical em contextos em que o infinitivo mostra concordância, *aprovar*. No entanto, ainda que o pronome não mostre concordância com o verbo não finito no PB, ainda sim é completamente gramatical para o falante nativo que produz/interpreta (18b) como (18a). Assim, tomando em conta esses contextos, Ortega (2003) propõe que os infinitivos em espanhol têm

em determinados contextos concordância abstrata, enquanto no PB essa concordância é realizada morfológicamente.

No entanto, Chomsky e Lasnik (1993), sobre o Princípio da Interpretação Plena, discutem que mesmo que a sentença como (18b) seja degradada por não verificar Caso (e deva ser precedida por um asterisco, na prática usual da gramática gerativista), ela é gramatical para o falante que a produz e tem a interpretação da oração “Será difícil que eles aproveem a proposta”. E como temos no PB a Marcação Excepcional de Caso, a sentença em (18b) acaba sendo gramatical para quem fala “para mim aprovar a proposta”. Além disso, a hipótese de Ortega (2003) só toma como referência a forma verbal “hacer” e esta sem marca alguma de concordância em sua morfologia⁴².

O PB, como se sabe, é uma língua que possui infinitivo flexionado, logo permitindo sentenças como em (19):

- (19) a. Paula viu **os amigos** rirem.
b. Paula viu **o amigo** rir.

As sentenças, em (19), são possíveis no PB justamente porque esta língua dispõe de infinitivo pessoal, isto é, de traços de concordância que possibilitam a checagem do Caso nominativo ao DP *os amigos* em (19a) e *o amigo* em (19b). Outras línguas não são capazes de atribuir Caso nominativo, por possuir infinitivo impessoal, isto é, sem traços de concordância.

O espanhol, por exemplo, é uma língua que não possui infinitivo flexionado. Logo, a oração em (20) é agramatical em variantes não caribenhas:

- (20) *Compré leche para *mi mamá* hacer el pastel.

No entanto, vimos, em (12), que no EC é comum encontrar orações com cláusulas não finitas com sujeitos pré-verbais.

Então, a fim de fomentar melhor discussão sobre os sujeitos antepostos às orações não finitas no EC, continuaremos, nas próximas subseções, apresentando algumas discussões teóricas relevantes para o propósito desta dissertação.

⁴² Ortega (2003, p. 55), a fim de fundamentar a hipótese de concordância abstrata dos infinitivos, apresenta dados que em dialetos em que o verbo “hacer” concorda em singular e plural, tal concordância é transferida para o verbo principal (Parecían hacer *siglos* que no le veía / Parecía hacer *un siglo* que no le veía). Ver Ortega (2003), para melhores esclarecimentos.

4.4 AS CATEGORIAS VAZIAS

Uma entrada lexical típica consiste numa matriz fonológica e noutros traços, entre os quais traços categoriais N, V, e assim por diante (CHOMSKY; LASNIK, 1995). No caso de Ns, Caso e traços de concordância (pessoa, número, gênero). Para Chomsky e Lasnik (1993), cada símbolo primitivo é um complexo de traços. Concretamente, o autor considera que as categoriais lexicais são como (21) para os nomes, os adjetivos, as preposições e os verbos:

- (21) a. N= [+N, -V]
 b. V= [-N, +V]
 c. A= [+N, +V]
 d. P= [-N, -V]

O traço [+N] é o substantivo tradicional; o traço [+V], o predicado. Esses símbolos, que constituem a sequência terminal de um indicador sintagmático, são retirados do léxico; os outros são projetados a partir destes núcleos por operações do Sistema Computacional. Conforme Chomsky e Lasnik (1993), são esses os elementos que são projeções máximas. Nesse sentido, XP é, por exemplo, a projeção máxima do seu núcleo N, e assim sucessivamente.

Todos os traços são exatamente aqueles que distinguem os elementos visíveis. Supõe-se, numa primeira aproximação, que os NPs visíveis se distribuem pelas categorias anáforas (reflexivo, recíproco), pronome e expressão-r. Pode-se, portanto, assumir que têm-se dois traços, [anáfora] e [pronominal], cada um com dois valores. Assim, obtendo-se quatro categorias, como, em (22), abaixo:

- (22) a. [+anáfora, -pronominal]
 A Maria **se** adora.
 b. [-anáfora, +pronominal]
 A Maria adora **ela**.
 c. [-anáfora, -pronominal]
 A Maria não beijou **o João** na festa.
 d. [+anáfora, +pronominal]
 inexistente

Segundo Chomsky e Lasnik (1993), uma expressão [+anáfora] funciona referencialmente apenas em interação com o seu antecedente; a referência [+pronominal] pode ser determinada por um antecedente (mas a expressão refere). Assim, os reflexivos e os recíprocos pertencem à categoria (22a) e os pronomes à categoria (22b). A terceira categoria contém elementos que referem, mas não são referencialmente dependentes.

Portanto, da mesma forma que os elementos pronunciados, as categorias vazias nominais entram na mesma relação. De acordo com Chomsky e Lasnik (1993), as quatro categorias vazias (ECs) entram na seguinte tipologia juntamente com os respectivos exemplos abaixo:

- (23) a. [+anáfora, -pronominal] é Vestígio de NP
 O livro_i foi comprado ____i pelo professor
 b. [-anáfora, +pronominal] é *pro*
 João disse que ___ vem
 c. [-anáfora, -pronominal] é Vestígio de operador (variável)
 Que livro_i você comprou ____i?
 d. [+anáfora, +pronominal] é PRO
 João quer ___ comer o bolo.

Assim, conforme os autores o vestígio de NP é não-referencial; *pro* tem as propriedades de um pronome; e PRO pertence à categoria (23d).

No inglês, a EC com um elemento pronominal *pro*, como em (24), não é permitida em algumas posições⁴³:

- (24) a. the people that *pro* taught admired John
 b. **pro* admired John
 c. the people that he taught admired John
 d. *he admired John
 (CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 77)

Vemos, em (24b, d), que *pro/he* só é permitido nos contextos de orações em que o CP vem como antecedente. Em línguas de sujeito de sujeito nulo, podemos também notar esse tipo de estrutura.

Existe um curioso contraste entre as orações finitas e as orações não finitas (impessoais). Observemos os seguintes exemplos, em (25) e (26), abaixo:

- (25) a. Eu quero que [a Maria esteja em casa à meia-noite em ponto].
 b. Parece que [o Fittipaldi ganhou as 500 milhas de Indianápolis].

- (26) a. *Eu quero [a Maria estar em casa à meia-noite em ponto].
 b. *Parece [o Fittipaldi ter ganho as 500 milhas de Indianápolis].
 (RAPOSO, 1992, p. 347)

⁴³ (24) a. as pessoas que *pro* ensinou admirava o João
 b. **pro* admirava o João
 c. as pessoas que ele ensinou admiravam o João
 d. *ele admirava o João

De acordo Raposo (1992, p.347) “contrariamente às orações finitas, as orações infinitas não admitem um sujeito fonético”. Segundo o autor, a fonte deste problema reside diretamente na incompatibilidade de uma flexão não finita com a presença de um sujeito fonético.

Chomsky e Lasnik (1993) mostram que existem outros constituintes proposicionais nos quais nem PRO nem o complementador (atribuidor Casual) *for/para* podem aparecer. Vejamos a oração, em (27), abaixo⁴⁴:

(27) John believes [Bill to be intelligent]

Assim, em (27) não podemos ter *for Bill* ou PRO em vez de *Bill*. A oração encaixada em (27) contém I, logo contém IP; e, conforme os autores, não há evidência de que exista qualquer estrutura adicional. Todavia, para dar conta das diferenças entre (27) e os casos com CPs de infinitivos encaixados, Chomsky e Lasnik (1993) assumem que a oração encaixada é apenas IP, ou que existe um complementador EC (não pronunciado), ou seja, sem conteúdo fonético.

Por sua vez, a gramaticalidade das orações de (28), em que o sujeito da oração subordinada infinitiva é uma EC PRO, em (28a) e *t* (vestígio) em (28b), corrobora com esta hipótese:

- (28) a. Eu quero [PRO estar em casa à meia-noite em ponto].
 b. O Fittipaldi parece [*t* ter ganho as 500 milhas de Indianápolis].

Mioto, Figueiredo Silva e Lopes questionam sobre os complementos de infinitivos, especificamente se eles devem ou não conter uma projeção CP. Os autores, por conseguinte, apresentam os seguintes exemplos, em (29), a fim de se chegar a uma resolução:

- (29) a. A Maria [viu [CP que [IP os amigos riam]]]
 b. A Maria fez palhaçadas [para [CP que [IP os amigos rissem]]]
 (MIOTO; FIGUEIREDO SILVA; LOPES, 2007, p. 184)

Os autores postulam, então, que as sentenças não finitas (pessoais) são encabeçadas por um CP que deve ser nulo. No entanto, em sentenças com (29), o CP c-seleciona um IP finito e aparece realizado fonologicamente. Considera-se que nestes contextos oracionais há duas categorias de projeção CP e IP. Assim, em (29a), o sujeito da oração subordinada *os amigos* recebem Caso

⁴⁴ (27) O João acredita [o Bill ser inteligente]

acusativo do verbo da oração principal; e em (29b), o sujeito da oração subordinada *os amigos* recebe Caso oblíquo da preposição *para* na posição C.

Portanto, vimos nesta subseção que há restrição para realização das ECs, sobretudo PRO que se restringe às orações não finitas. Não podendo atravessar dois núcleos oracionais (CP e IP), como discute Kayne (1984) que as orações subordinadas encabeçadas por verbos não finitos não podem ter CP pronunciado, por violar duas fronteiras CP e IP e posteriormente Chomsky (1986b) apresenta a noção de barreiras.

Na próxima subseção, discutiremos melhor as categorias vazias do tipo [+pronominal], a fim de fomentar a discussão sobre elas.

4.4.1 A motivação da existência de *pro* e *PRO*

Conforme Chomsky e Lasnik (1993), a motivação da existência das categorias vazias *PRO* e *pro* provém de dois conceitos: o Princípio da Projeção Extendida (EPP) e o Critério Temático. Observemos, em (30), as seguintes sentenças:

- (30) a. Pedro mató a Juan.
 b. *Pedro mató.
 (ORTEGA, 2003, p. 9)

Conforme o Ortega (2003), verbo como *matar*, que possui dois argumentos em sua estrutura temática (aquele quem mata e a pessoa/coisa que é matada), ambos argumentos têm que estar presentes na estrutura sintática. Em (30a), tal condição se cumpre, mas não em (30b).

Em contraste, observamos a sentença, em (30), como gramatical no espanhol:

- (30) Mató a Juan.

Conforme Ortega (2003), a sentença em (30) é uma evidência da existência de um pronome nulo em função de sujeito da estrutura (*pro*, licenciado).

Dessa forma, em (31), se constata a presença de *pro* que, provavelmente, se dá pela rica concordância do verbo:

- (31) *pro* mató a Juan.

Em relação às sentenças de infinitivo, tanto o *Princípio da Projeção Extendida* (EPP) como o *Critério Temático* exigem a presença de uma categoria vazia (nula ou tácita) em posição de sujeito (ORTEGA, 2003). Observemos as sentenças, em (32), abaixo:

(32) Juan desea [PRO ir a casa]

Em (32), vemos um sujeito marcado por PRO que satisfaz o EPP e o *Princípio das Categorias Vazias*, em contexto de verbo não finito. Por preencher a posição de sujeito, PRO satisfaz EPP. E por ser [+anáfora], PRO satisfaz o Princípio das Categorias Vazias, dessa forma, permitindo que a posição de sujeita possa ser ocupada por PRO e estabelecendo relação de correferência com o sujeito da oração principal.

Constata-se, por conseguinte, nesses contextos oracionais, a existência de duas categorias vazias: *pro*, que recebe Caso como os DPs léxicos e aparece em orações finitas; e *PRO*, que aparece em contextos de orações não finitas.

Na próxima subseção, nos restringiremos apenas na discussão sobre PRO, dado que está relacionado com o problema de estudo do presente trabalho.

4.5 DISCUTINDO PRO

Vimos, no decorrer da seção, que a categoria vazia PRO é usada em contextos de orações não finitas. Vimos também que há certa restrição para realização de PRO: primeiro, PRO não pode ir precedido de um CP (realizado fonologicamente); PRO tem que ser anáfora do DP (sujeito) da oração principal para poder estabelecer relação de correferência entre o sujeito antecedente e PRO. Por último, vimos que PRO satisfaz EPP por ocupar uma posição de sujeito.

Seguiremos, portanto, nas próximas subseções, discutindo com mais profundidade a categoria vazia PRO.

4.5.1 O Teorema de PRO

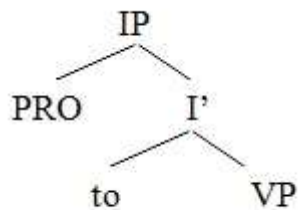
O Teorema de PRO é composto com alguns parâmetros para o seu uso. Seguindo, assim, com as seguintes especificações: (i) a definição de domínios vinculantes para os Princípios A e B da *Teoria de Encadernação* em termos de categoria regente; (ii) a especificação de PRO como categoria híbrida com propriedades anafóricas e pronominal (HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005). Observemos (33-35), abaixo:

- (33) a. Princípio A
Uma anáfora deve estar A-vinculada nesta categoria de regência
b. Princípio B
Um pronome não pode estar A-vinculado nesta categoria de regência.
- (34) Categoria de Regência
 α é uma categoria de regência para β se e somente se...
a. α é a projeção mínima XP que domina β e
b. α é regido por β .
- (35) PROperties (períodos)
PRO: [+an, +pro]

Dado (34) e (35), o único caminho para PRO satisfazer os requisitos dos Princípios A e B são fazê-los com vazio, ou seja, PRO pode cumprir os dois princípios se não cumprir os requisitos necessários para a sua aplicação. Se PRO não tem uma categoria de regência, por exemplo, os Princípios A e B serão inaplicáveis; PRO certamente irá cumprir com eles em virtude de não os violar. Em (34), um caminho para PRO ter uma categoria de regência é a falta de um regente; daí o *Teorema de PRO*, em (33). Por fim, uma vez que (33) é estabelecido, tem-se a conclusão de que PRO também não pode ser marcado em Caso, dado que a atribuição de Caso na GB deve ocorrer sob a regência. No entanto, Gallego (2011) propõe, sob a perspectiva minimalista, que as restrições de localidade e dependência referencial de PRO (sob controle) pode deduzir operações de concordância. Assim, PRO seria um elemento léxico que forma parte da numeração cujas propriedades incluem a de ser um elemento não referencial⁴⁵, porém com traços de Caso estrutural (PICALLO, 2016).

Em (36), abaixo, é representado a configuração típica de onde se encontra PRO.

(36)



⁴⁵ Abaixo, na subseção 3.4.2, discutiremos sobre PRO arbitrário.

Dado que PRO não está vinculado dentro de IP, PRO deve ser um pronome, em vez de uma anáfora. A interpretação anafórica de PRO em ambientes de controle obrigatório deve ser capturada não em termos do Princípio A, mas por algum outro meio, talvez o módulo de controle (HORNSTEIN; NUNES; GROHMANN, 2005).

Na literatura, são apontadas algumas hipóteses referentes às cláusulas infinitas, uma delas, (37), é o *Teorema de PRO*:

- (37) PRO Theorem (Teorema)
PRO não deve ser regido

A proposta, em (37), diz que PRO não pode aparecer em posições regida, ou seja, naquelas em que, com a forma verbal apropriada, o Caso pode ser atribuído ou um vestígio pode ser licenciado como em (38):

- (38) a. *nós achamos PRO
 *nós achamos [_{AP} PRO incompreensível]

PRO também não pode ocorrer em posições regidas, (39), em que o Caso não pode ser atribuído:⁴⁶

- (39) a. *they expressed the belief [_{IP} PRO to be intelligent]
 b. *we expected [there to be found PRO]
 c. *it was believed [PRO to be intelligent]
 d. *it seems [PRO to be intelligent]

(CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 138-139)

Em (39a), PRO é regido por *belief* e por *believed* em (39c), ainda que a marcação Casual não seja possível⁴⁷. Assim, (39a) não significa que “eles exprimiram a crença e que alguma ou outra pessoa é inteligente”, com PRO arbitrário, ou que “eles exprimiram a crença e que eles próprios são inteligentes”, com PRO ligado por *they*. Do mesmo modo, (39c) não significa que “se acreditava que alguma pessoa ou era inteligente”; a forma fonética só pode ser interpretada com *it* elevado, deixando um vestígio na posição de PRO. E (39b) não significa que “nós esperávamos que alguma pessoa ou outra fosse achada”, com PRO arbitrário (CHOMSKY; LASNIK, 1993).

⁴⁶ (39) a. *eles exprimiram a crença [_{IP} PRO ser inteligentes]
 b. *nós esperávamos [*expl* ser achado PRO]
 c. **expl* era acreditado [PRO ser inteligente]
 d. **expl* parece [PRO ser inteligente]

⁴⁷ Ver Chomsky e Lasnik (1993).

Vimos que o núcleo C quer visível quer nulo se comporta de modo bastante diferente dos demais núcleos. Podemos observar que, no exemplo em (40), PRO não é proibido em posições regidas por C⁴⁸:

(40) we decided [_{CP} e [_{IP} PRO to leave at noon]]
(CHOMSKY; LASNIK, 1993, p. 139)

Em (40), PRO não é proibido diante de um CP vazio. No entanto, vemos que a presença do CP realizado, em (41), causa proibição a PRO, que também é regido por C⁴⁹:

(41) *we decided [_{CP} that [_{IP} PRO to leave at no]]

Constata-se, portanto, que não é suficiente C ser visível/nulo para poder licenciar PRO, mas ser foneticamente não pronunciado. Observa-se que existe uma barreira que impede o licenciamento de PRO em contexto de um CP *that* (expletivo), foneticamente pronunciado.

Conforme Chomsky (1993;1995), PRO, numa construção de controle obrigatório, é controlado por um argumento da oração principal, ao qual chama-se *controlador* de PRO. A relação de controle é apresentada formalmente através da co-indexação de PRO com o seu controlador. E, aos verbos que entram em construções de controle, são denominados controlador de PRO. Por conseguinte, nesses contextos, PRO obrigatoriamente tem que ser correferente com o sujeito da oração principal, funcionando como uma espécie de pronome próximo, como *ele* em (42a):

(42) a. [O Pedro]_i disse que ele_i tinha comprado um carro.
b. [O Pedro]_i disse [PRO_i ter comprado um carro].

Em (42a) o pronome *ele* está coindexado ao DP *O Pedro*, ou seja, estabelecem relação de correferência. E o mesmo é esperado, em (42b), em contexto de CP não pronunciado. Neste contexto, PRO não pode ser arbitrário, mas sim correferente ao DP *O Pedro*, sujeito da oração principal.

⁴⁸ (40) nós decidimos [_{CP} e [_{IP} PRO sair ao meio-dia]]

⁴⁹ (41) *nós decidimos [_{CP} que [_{IP} PRO sair ao meio-dia]]

4.5.2 PRO arbitrário

O sujeito fonologicamente vazio PRO de uma oração de infinitivo não tem sempre um antecedente explícito que controle o seu valor referencial. De acordo com Picallo (2016), a interpretação arbitrária de PRO será possível quando não exista um antecedente explícito como, em (43), abaixo:

(43) Es necesario [PRO subir al autobús].

Conforme a autora, se interpreta este caso como um nominal indefinido (alguien, cualquiera, uno, etc.) e recebe interpretação arbitrária.

Em contexto em que PRO ocorre em oração sujeito, como (44), a sua relação com um controlador potencial é complexa (RAPOSO, 1992). Assim, PRO não necessita ser controlado:

(44) [PRO lançar a bomba atômica] seria uma catástrofe para o mundo inteiro.

(RAPOSO, 1992, p. 334)

Em (44), vemos que não existe sequer um possível controlador. Então, PRO toma um valor indefinido, definido como *arbitrário* em termos gerativistas. PRO, contudo, obedece a algumas restrições: ser necessariamente [+ humano], por exemplo.

Assim, (45) é impossível, porque PRO tem de referir-se, por exemplo, a um livro para que a expressão tenha coerência semântica:

(45) *[PRO ser lido pelo Papa] seria uma catástrofe mundial.

Vejamos os exemplos, em (46), elencados e analisados por Picallo (2016):

(46) a. Juan_i preguntó [cómo [PRO_{i/j} ocuparse de sí mismo_i/uno mismo_j en tales circunstancias]].

b. Los víveres fueron repartidos para [PRO ayudar a los refugiados].

c. Juan_i dice [que es posible [que sea necesario [PRO_{i/j} ocuparse de sí mismo_i/uno mismo_j]]].

(PICALLO, 2016, p. 471)

Conforme a autora, a interpretação arbitrária de PRO é possível também em complementos interrogativos em (46a), em adjuntos de finalidade de uma oração passiva na ausência de sujeito

em (46b) e em uma construção na qual o possível antecedente não seja local e não se encontre imediatamente na oração subordinante, como em (46c).

Assim, conforme os exemplos acima, PRO se caracteriza como uma anáfora pronominal. E sua interpretação anafórica só se produz se há um controlador referencial adequado na oração que subordina a oração de infinitivo.

4.5.3 PRO controlado

PRO se caracteriza como uma anáfora pronominal. E sua interpretação anafórica, por conseguinte, se produz se há um controlador referencial adequado na oração que subordina a oração de infinitivo. Observemos o exemplo, em (47), abaixo:

(47) Juana_i desea [PRO_{i/*j} comprar una bicicleta].

(PICALLO, 2016, p. 493)

Em (47), exemplificam-se bem os casos de controle obrigatório. Nestes casos, o sujeito PRO de uma oração sem marcas temporais recebe o valor referencial da oração subordinante.

Nestes contextos, como se sabe, o sujeito não pode se realizar fonologicamente, porque a posição de sujeito de uma oração não finita (sobretudo no espanhol) não permite verificar Caso estrutural. Assim, como comprova-se na sentença, em (48), abaixo:

(48) *Juana desea [Juana comprar una bicicleta].

Outro contexto de PRO controlado observamos em (49), quando o predicador da oração principal pertence à classe de adjetivos que inclui *difícil*, *impossível*, *prejudicial*. PRO é, então, controlado pelo objeto da preposição *para* (ou por um pronome dativo):

(49) a. É difícil para [os deputados]_i [PRO_i aceitar essa proposta].

b. É difícil [PRO aceitar essa proposta].

(RAPOSO, 1992, p. 335)

Em (49a), a presença da preposição *para* determina que PRO seja correferente ao DP *os deputados*; a inexistência, por outro lado, da preposição, como em (49b), torna PRO arbitrário. No entanto, (49b) é, de forma geral, interpretada como sendo correferente com um argumento implícito (não representado sintaticamente) do predicador principal, denotando um conjunto de pessoas arbitrárias, incluindo o falante.

De acordo com Raposo (1992), PRO, em uma oração sujeito, não necessita ter o seu controlador na oração superior àquela em que ocorre, como em (50a):

- (50) a. A Maria sabe [que ajudaria o Luís [PRO comportar-se bem em público]].
 b. Eu desejo [que ele queira [PRO estudar mais]].
 (RAPOSO, 1992, p. 335)

Assim, em (50a) o controlador de PRO tanto pode ser *o Luís*, na oração superior, ou *a Maria*, na oração principal. Já em (50b) essa situação é impossível, uma vez que PRO está contido em uma oração complemento. Por conseguinte, em (50b) apenas o pronome *ele*, na oração superior àquela que contém PRO, é o seu controlador legítimo (RAPOSO, 1992).

Para além do contexto de orações de complemento e oração sujeito, PRO pode ocorrer igualmente, em (51), em orações de natureza adverbial:

- (51) a. [Antes de [PRO_i aceitar a proposta]], [[os políticos_i] discutiram durante duas horas].
 b. Tu_i saíste de casa [sem PRO_i ver os teus irmãos]]?

De acordo com Raposo (1992), neste contexto, PRO é controlado pelo sujeito da oração principal.

Em (52), a impossibilidade de o objeto direto [a Maria] controlar PRO sugere que o antecedente de PRO na oração principal tem de c-comandar este elemento:

- (52) Eu encontrei [a Maria] [antes de [[PRO] sair de casa]].
 (RAPOSO, 1992, p. 336)

Conforme o autor, a única interpretação possível para (52) é aquela em que o controlador de PRO é o sujeito pronominal da oração principal. O pronome pessoal *eu*, então, c-comanda PRO, contrariamente ao DP *a Maria*.

4.6 PRINCÍPIO DA PROJEÇÃO EXTENDIDA (EPP)

O *Princípio da Projeção Extendida* (EPP) diz que [Spec, IP] é obrigatório, possivelmente devido a uma propriedade morfológica de I. Isto é, segundo este princípio todas as línguas humanas dispõem de uma posição de sujeito. A sua realização em uma oração dar-

se-ia conforme a gramática⁵⁰ particular de cada língua. O espanhol, por exemplo, que é caracterizada por ser uma língua *pro-drop*, possui orações, como em (53), em que os sujeitos podem ou não estar expressos.

- (53) a. (Yo/pro) voy a la playa.
b. (*Ello/pro) llueve.

Em (53a), vemos uma configuração que licencia a realização *pro*, e outra que também licencia a realização do sujeito forma explícita *Yo*. E, por sua vez, (53b) não é possível a realização expletiva de um sujeito por se tratar de verbos meteorológicos que, no espanhol e no português, é marcado por um *pro*⁵¹.

Entretanto, ao contrário do inglês e do francês, que é uma língua *no-pro-drop*, a realização do sujeito é obrigatória inclusive em contextos de verbos meteorológicos, que é marcado nestas línguas por um pronome expletivo neutro. Vejamos os exemplos, em (54), abaixo:

- (54) a. (*pro/I) go to the beach.
b. (*pro/Je) vais à la plage.
c. (*pro/It) rains.
d. (*pro/il) pleut.

Em (54a-b), *pro go to the beach/pro vais à la plage* são construções agramaticais (aqui representadas pela presença dos asteriscos) nessas línguas. O mesmo acontece em (54c-d) *pro rains/pro pleut*, que em línguas como português e espanhol são gramaticais, mas que no inglês e no francês a ausência do pronome expletivo torna a sentença agramatical.

Gutiérrez Maté (2013) apresenta a estrutura de uma língua *pro-drop* e não-*pro-drop* à luz da teoria Princípios e Parâmetros, em contraste com a língua espanhola e a língua inglesa:

Línguas pro-drop:

- 1) Possibilidade de omitir o pronome
- 2) Ordem SV e VS ('inversão livre')
- 3) Ordem VS com construções não finitas

Línguas não-pro-drop:

- 1) Não se pode omitir o pronome sujeito
- 2) Só ordem SV

⁵⁰ O termo *gramática* é empregado no sentido de língua-I, com base na GU (CHOMSKY, 1986)

⁵¹ Apesar de haver algumas discussões na literatura sobre a presença de um sujeito (neuro) expletivo, por exemplo, em orações como *Ello llueve* no espanhol caribenho e caso similar no português brasileiro.

- 3) Ordem SV com construções não finitas
- 4) Pronomes expletivos
- 5) Não existe a possibilidade de extração desde uma oração subordinada com *que*

Se fazemos corresponder cada uma das estruturas apresentadas acima com exemplos do espanhol e do inglês podemos contrapor melhor as línguas *pro-drop* as *não-pro-drop*:

Exemplos (espanhol vs. inglês):

- 1) Como una manzana/**Yo** como una manzana vs. I eat an apple/*eat an apple
- 2) Ha llegado Juan/Juan ha llegado vs. John arrived/*arrived John
- 3) Habiendo llamado tu hermano, nos fuimos/ *Tu hermano habiendo llamado, nos fuimos vs. Your brother having called, we left/*Having called your brother, we left (excluindo a interpretação na que *your brother* é objeto direto);
- 4) Llueve/*Ello llueve vs. It rains/*Rains
- 5) Quién dijo Juan que \emptyset había comprado el coche? vs *Who did John say that \emptyset has bought a car?

No entanto, observamos que há uma certa variação da estrutura de língua *pro-drop* no EC. Se estamos pensando no espanhol caribenho, faz-se necessário, por conseguinte, postular outra estrutura de língua *pro-drop*:

Línguas *pro-drop* em contexto EC

- 1) Possibilidade de omitir o pronome
- 2) Tendência para ordem SV, em vez de VS
- 3) Interrogativas sem inversão do sujeito
- 4) Ordem VS e SV com construções não finitas
- 5) Pronomes expletivos

Exemplos (EC):

- 1) Como una manzana/**Yo** como una manzana
- 2) **Juan** ha llegado/ Ha llegado **Juan**
- 3) ¿Qué **Juan** compró? vs ¿Qué compró **Juan**?
- 4) Antes que estaba **yo** nacido/ antes que estaba nacido **yo**
- 5) Llueve/**Ello** llueve

A necessidade de formular essa estrutura para o EC nasce dos dados empíricos dos trabalhos sobre o espanhol caribenho de Heriquez Ureña (1940); Lipski (1996); Toribio (2000) etc.

Vimos, portanto, nesta subseção que o Princípio da Projeção Extendida (EPP) exige que haja nas línguas naturais uma posição de sujeito. E esta, por sua vez, pode ser realizada ou não conforme a configuração (parâmetro) de cada língua.

Sairemos da discussão teórica até então apresada aqui. E apresentaremos, na próxima subseção, uma breve discussão sobre o sujeito das orações não finitas no espanhol caribenho (EC).

4.7 O SUJEITO DE INFINITIVO NO EC

Ao longo desta seção, vimos que o sujeito de infinitivo é marcado por um pronome da categoria vazia, PRO. E discutimos que sua realização dar-se-ia nos seguintes contextos: PRO sendo anáfora de um DP controlador e PRO arbitrário.

Vimos, também, que há contextos em que o sujeito de infinitivo pode aparecer realizado fonologicamente, como nas orações subordinadas. No entanto, em variedades não caribenhas do espanhol, o sujeito aparece em posição pós-verbal. Alguns autores, como Llorach (1999) e Hernanz (1999), discutem que esse sujeito tem uma função adjacente temática nessas orações.

Vandermeulen (2011), por sua vez, ressalta que as construções de infinitivos no espanhol apresentariam duas possibilidades 1) que por ser uma língua pro-drop, o sujeito não deve expressar-se foneticamente *La niña quiere PRO salir*; 2) quando o sujeito é léxico aparece obrigatoriamente depois do verbo *Al salir Paco, sonó el teléfono*. Assim, uma sentença como (55) é agramatical em variantes do ENC, mas gramatical em variantes do EC por todos os níveis socioeconômicos.

(55) Pasaron tres meses sin *él* volver a Venezuela.

(VANDERMEULEN, 2011, p. 32)

Vandermeulen (2011), em conformidade com De Mello (1995), salienta a presença das preposições, *para*, *de*, *al*, por e *sin* em contexto de orações de infinitivo preposição + sujeito + infinitivo (PSI)⁵². Outros autores, como Henríquez Ureña (1940), Lipski (1996), Vaquero (1996), Toribio (2000) apresentam dados empíricos de construções PSI no em outras regiões do EC:

1. para yo hacer eso (Puerto Rico; LIPSKI, 1996, p. 335)
2. ¿Qué tú me recomiendas para yo entender la lingüística? (Cuba; LIPSKI, 1996, p. 259)
3. antes de yo venir a Caracas (Venezuela; LIPSKI, 1996, p. 384)
4. al yo venir, al tú decirme eso, sin ella saberlo. (Porto Rico; VAQUERO, 1996, p. 63)
5. Ven acá para nosotros verte (República Dominicana; TORIBIO, 2000, p. 323)

⁵² Sigla apresentada por Vandermeulen (2001).

Cabe ressaltar que a construção PSI é comum nos dialetos do Caribe. Inclusive, Henríquez Ureñas (1940) já apresentava dados empíricos de PSI no EC, como, em (56), abaixo:

- (56) ... al *yo* venir
 ... sin *tú* decir nada
 ... al *yo* ceñir su talle (Porto Rico; UREÑA, 1940, p. 230)

O autor resalta que era comum também haver inversão “al venir *yo*” [preposição + verbo + sujeito] (PIS). E essa variação de uso de PSI e PIS segue no EC, porém com mais frequência para o uso de PSI. (DE MELLO, 1995).

No entanto, dados empíricos atuais do EC presentes no *corpus* PRESEEA (Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América), em (57), mostram outros contextos de sujeito em orações não finitas:

- (57) a. lo único para ser feliz es *yo* tener mi casa propia (PRESEEA, oral, VEN)
 b. para *uno* empezar a subir la montaña (PRESEEA, oral, VEN)

Em (57a), vemos uma construção de sujeito + infinitivo atípica das construções de PSI. Por sua vez, em (57b), vemos a presença de um pronome indefinido ocupando a posição de sujeito na oração não finita.

Assim, vemos que há uma certa assimetria entre a realização do sujeito de oração não finita no ENC e no EC. Além disso, constatamos a presença do sujeito realizado anteposto a uma oração não finita em (55), (56) e (57). Isso vai contra às discussões teóricas realizadas sobretudo nesta seção, uma vez que sabemos que a única possibilidade seria a marcação do sujeito com um PRO já que o verbo não finito não dispõe de traços de tempo/concordância para verificar o Caso nesses sujeitos.

Na próxima seção, então, apresentaremos dados empíricos atuais do sujeito de infinitivo no EC. Além disso, analisaremos à luz da Teoria do Caso os sujeitos pré-verbais de infinitivo no EC, a fim de explicitar o que licencia a realização desses sujeitos.

4.8 CONCLUINDO A SEÇÃO

Nesta seção, apresentamos uma breve discussão sobre o infinitivo, o sujeito realizado de infinitivo e as categorias vazias (ECs), dando ênfase ao sujeito da EC PRO que preenche o espaço do sujeito não realizado de uma oração não finita.

Vimos que o sujeito de infinitivo é marcado por um pronome da categoria vazia, PRO. Além disso, apresentamos e discutimos alguns contextos e princípios para a realização de PRO. Vimos que PRO que satisfaz EPP e o *Princípio das Categorias Vazias*, em contexto de verbo não finito, por preencher a posição de sujeito e por ser anáfora pronominal.

Por fim, vimos que há certa assimetria entre a realização do sujeito de oração não finita no ENC e no EC que vai contra às discussões teóricas realizadas neste trabalho, sobretudo da realização de PRO em contextos de orações não finitas.

5 ESPANHOL DE AMÉRICA, ESPANHOL CARIBENHO E DESCRIÇÃO DOS DADOS

Nesta seção, apresentaremos uma breve discussão sobre o espanhol de América e o espanhol do Caribe. Nos preocuparemos, aqui, especificamente com a diversidade linguística dessas duas variedades. E, por consequência, faremos uma breve discussão sobre o contato linguístico entre povos, a fim de melhor compreender os fatores extralinguísticos que puderam ser os causantes da mudança na estrutura da língua no EC. Por fim, apresentaremos o *corpus* utilizado para este trabalho e faremos as pertinentes descrições linguísticas sobre os dados, a fim de explicitar o fenômeno linguístico do sujeito pré-verbal das orações não finitas no EC.

5.1 SOBRE O ESPANHOL DE AMÉRICA

Conforme Lipski (1996, p. 11), “durante más de un siglo, la enorme diversidad del español de América ha estimulado tanto el interés popular como la atención académica”. De acordo com o autor, o espanhol de América recebeu contribuições linguísticas e culturais dos quatros continentes. Contribuições que vieram de herança patrimonial europeia e advinda do contato com a população indígena dos continentes americanos, além, é claro, do contato com as línguas de povos africanos que estiveram presentes, como escravos, na América Latina em período colonial.

De acordo com Fontanella de Weinberg (1993), por espanhol americano se entende uma entidade que pode ser definida geograficamente e historicamente. É o conjunto de variedades dialetais do espanhol faladas na América, que compartilham uma história comum, por tratar-se de uma língua transplantada a partir de um processo de conquista e colonização do território americano.

Sobre isso, Lope Blanch (1989) salienta que:

La lengua española sigue siendo el sistema lingüístico de comunicación común a veinte naciones, no obstante las particulares diferencias -léxicas, fonética y, en menor grado, morfosintácticas- que esmaltan el uso en unas y otras. Diferencias que se producen entre todos esos veinte países, sin permitirnos establecer dos grandes modalidades bien contrastadas -española y americana- por cuanto que, además, existe mayor afinad entre algunas modalidades americanas y españolas que entre ciertas modalidades hispanoamericanas entre sí. (LOPE BLANCH, 1989, p. 29)

Fontanella de Weinberg (1993), em conformidade com Lope Blanch (1989), acrescenta que:

[...] en una visión panorámica de los posibles rasgos característicos del habla americana, sólo podemos considerar unos pocos rasgos morfosintácticos como exclusivos -aunque no generales- del español americano frente al peninsular, entre los que se destacan el voseo y el uso peculiar de la preposición *hasta* con valor temporal restrictivo en determinadas regiones americanas. En lo fonológico hay un rasgo general a todo el español americano -el seseo- que es compartido también por el español del sur de España y de Canarias. [...] Con respecto al léxico, el español americano presenta amplias diferencias, tanto con respecto al español peninsular como entre las diferentes regiones americanas entre sí. (FONTANELLA DE WEINBERG, 1993, p. 15)

A autora ressalta que estas diferenças são perfeitamente esperáveis em uma língua de ampla extensão territorial e falada em mais de vinte países, como o espanhol.

Muitos especialistas discutiram/discutem sobre a grande variação do espanhol de América. Henríquez Ureña (1921)⁵³ já salientava que o espanhol de América não se tratava de uma modalidade dialectal, senão de uma entidade multiforme e variada. De acordo com este autor, o substrato indígena foi um dos fatores mais importantes na formação da língua espanhola. Henríquez Ureña (1921) propõe a seguinte classificação, na tabela 1, abaixo, com os possíveis substratos indígenas no espanhol de América:

Tabela 1. Classificação das línguas indígenas

México (Novo México e a maioria dos países da América Central)	Nahua
O Caribe (Antilhas e regiões costaneiras de Colômbia e Venezuela)	Caribe/Arahuaco
As terras altas da América do Sul, desde Colômbia a Bolívia e o norte do Chile	Quéchua
O centro e o sul do Chile	Mapuche/Araucano
Os países do Río de la Plata: Argentina, Uruguai e Paraguai	Guarani

Outro tipo de contato com o qual o espanhol teve na América foi com os povos africanos:

Además de la herencia patrimonial europea y de los frutos del contacto con poblaciones indígenas de los cuatros continentes americanos, el español entró en contacto con lenguas africanas, habladas por decenas de miles de africanos que constituyeron la mano de obra esclavizada del desarrollo colonial. (LIPSKI, 1996, p. 110)

⁵³ Apesar de Henríquez Ureña (1921) ter sido o primeiro a identificar o espanhol de América como uma modalidade dialectal multiforme, sua proposta recebeu diversas críticas. Rona (1964), Fontanella de Weinberg (1993) e Stanley (2016) argumentam que na época em que Henríquez Ureña (1921) escreveu seu artigo não se tinha suficiente informação sobre as diferentes variedades do espanhol, o que reflete no caráter incompleto e provisório da classificação das zonas dialectais do espanhol de América que propôs Henríquez Ureña (1921).

De acordo com Lipski (1996), pouco se comenta sobre o contato linguístico dos povos africanos como parte da evolução do espanhol de América:

Las tendencias postcoloniales en favor de la población blanca, tanto desde el punto de vista democrático, como a través del revisionismo histórico, han seguido impidiendo la evolución de la repercusión lingüística que han tenido los africanos en Hispanoamérica. (LIPSKI, 1996, p. 110)

Lipski (1996) ainda ressalta que atualmente não há nenhuma zona da América Hispânica onde exista um “espanhol negro” etnolinguisticamente identificável, em comparação ao inglês negro dos Estados Unidos. Conforme o autor, essa realidade advém das crenças populares de muitos países, onde os membros da elite urbana afirmam que os afro-americanos falam uma variedade distinta do espanhol. E, sobre isto, o autor problematiza:

Lo que sí hay es una fuerte correlación entre marginación sociolingüística y etnicidad, de manera que los hablantes de origen africano están desproporcionadamente representados en los estratos socioeconómicos más bajos. Esta distribución, junto con el mero prejuicio racial, es el responsable de las persistentes afirmaciones sobre la existencia de dialectos “negros” del español. (LIPSKI, 1996, p. 148)

De acordo com Lipski (1996), uma indiscutível influência na formação do espanhol de América é a das Ilhas Canárias, salientando que vários dos esquemas sintáticos encontrados na região caribenha podem ter origem nas Ilhas Canárias, como: a anteposição do advérbio “más” nas combinações *más nada, más nunca, más nadie*,⁵⁴ de uso habitual nos dialetos do Caribe e de Canárias (que se assimilam com construções galego/portuguesa). Outra variante sintática encontrada no Caribe (ainda no contexto de ordem sintática) são as interrogativas parciais sem inversão do sujeito, como “¿qué tú quieres?”, que são habituais em países como Cuba, Venezuela, Porto Rico e República Dominicana (LIPSKI, 1996).

5.2 SOBRE O ESPANHOL CARIBENHO

De acordo com Alba (1992), muitos investigadores consideram que as grandes Antilhas espanholas apresentam uma notável homogeneidade linguística. Assim, permitindo falar com propriedade sobre “o espanhol do Caribe” como uma entidade dialetal única. O autor salienta que:

⁵⁴ Outros dialetos do espanhol (o espanhol não caribenho) utilizam a ordem inversa *nada más, nunca más, nadie más*.

Las descripciones dialectales no cuantitativas señalan como rasgos unificadores en el nivel fonético, por ejemplo, la tendencia radical del consonantismo posnuclear, ejemplificada principalmente con el desgaste de la /s/, la posteriorización de la /n/, y la neutralización de las líquidas /l/ y /r/. En el campo morfosintáctico se citan fenómenos como la presencia del pronombre antepuestos a infinitivos (“al yo salir”) y al verbo en oraciones interrogativas (“¿cómo tú estás?”). Con respecto al léxico es constante la referencia al uso de arcaísmo, afronegrismo, indigenismo, anglicismos. (ALBA, 1992, p. 525)

Conforme Alba (1992), a impressão de uniformidade linguística no EC contrasta com as crenças dos próprios falantes caribenhos (cubanos, dominicanos etc.) para quem seus respectivos dialectos são inconfundíveis. O autor ressalta que os fenômenos linguísticos encontrados no EC são comuns entre os variados falantes:

Se sabe que no solo el hombre de la calle sino también los medios de comunicación (la televisión, la radio) a menudo utilizan con bastante eficacia una serie de fenómenos lingüísticos como índices caracterizados o identificadores de los nativos de cada país. Es normal, así, que un dominicano sea capaz de reconocer por su manera de hablar a un puertorriqueño o a un cubano, o, por lo menos, de identificarlos como no dominicanos. Lo mismo ocurre, naturalmente, en sentido inverso. (ALBA, 1992, p. 526)

Alba (1992) ainda ressalta que a noção de “homogeneidade” ou “unidade linguística” para o EC é formulada quando se percebe a realidade em seu conjunto, sem discriminar os detalhes ou os aspectos particulares de cada região:

Cuando los estudios dialectales de conjunto destacan la unidad lingüística antillana, se apoyan en consideración global de determinados hechos, como el debilitamiento consonántico o la presencia de elementos léxicos de origen mariner, indígena, africano. Suponen que tales procesos están presentes en las tres islas con la misma proporción y que el vocabulario arcaico, indígena, etc., está integrado por las mismas unidades. (ALBA, 1992, p. 567)

No entanto, ao que se refere aos estudos quantitativos das variedades do EC, Alba (1992) expressa que os estudos quantitativos de diversos fenômenos linguísticos revelam diferenças linguísticas nas três Antilhas. E que se se comparam, por exemplo, objetivamente os dialectos de Porto Rico e República Dominicana se constata divergências em todos os níveis de análises.

Pinto (2009), ressalta que o linguista (ou qualquer outra pessoa que se interesse pela diversidade do espanhol) deve saber que “comunicabilidade” e “diversidade” não são palavras sinônimas:

Además se dice que todos los hispanohablantes pueden comunicarse sin dificultades con cualquier otro hispanohablante de cualquier otra zona dialectal. Me parece, respecto de ese tema, que se está confundiendo *comunicabilidad* con *diversidad lingüística*. Aunque los caribeños y los demás hispánicos se comuniquen perfectamente, no es lo mismo decir “¿qué tú quieres?”, “tú, ¿qué quieres?” o “¿qué quieres tú?”. (PINTO, 2009, p. 62)

O autor, com isso, acaba ressaltando a heterogeneidade da língua espanhola. E, por consequência, mostrando que muitos desses fenômenos linguísticos (ainda que não afetem a comunicação entre os indivíduos hispânicos) são restritos e fazem parte da língua de uma determinada região de fala hispânica. Isto é, não faz parte da língua-I de todos os hispanofalantes (CHOMSKY, 1986).

5.2.1 Sobre alguns dos fenômenos linguísticos do EC

O EC possui uma rica variação dialetal nos diferentes níveis linguísticos (LIPSKI, 1996). Na sintaxe, nível linguístico que nos interessa aqui, vimos que os fenômenos mais frequentes encontrados no EC estão relacionados com a ordem de palavras (SVO quase fixa e obrigatória), perguntas WH com sujeito pré-verbal e sujeito pré-verbal em orações não finitas (objeto de estudo deste trabalho).

Henríquez Ureña (1940) foi um dos primeiros que observou esse fenômeno linguístico no espanhol caribenho, especificamente em Santo Domingos. Posteriormente, Lipisk (1996) nos presenteou com um rico trabalho sobre a variação dialetal do espanhol de América. Nele, o autor elencou as principais variações encontradas no espanhol americano, sobretudo a unânime presença do sujeito pré-verbal de infinitivo em terras caribenhas. Toribio (2000) apresentou um estudo sincrónico sobre a variação dialetal do espanhol da República Dominicana, evidenciando também a presença do sujeito pré-verbal em oração não finitas. Vandermeulen (2011) apresentou um estudo sobre o sujeito no espanhol caribenho, especificamente em Porto Rico e Venezuela. A autora, por sua vez, também observou a presença do sujeito de infinitivo nesses países. Gutiérrez Maté (2013) em seu estudo sobre a gramaticalização e/ou parcial obrigatoriedade do sujeito no espanhol caribenho observou a presença do sujeito pré-verbal nas orações não finitas do EC. Civitello (2014), estudando a ordem de palavras no espanhol de Cuba, também evidenciou a presença do sujeito pré-verbal de infinitivo.

Vaquero (1996) apresenta, também, algumas das características morfossintática do espanhol caribenho, como a frequência aparentemente injustificada de sujeitos pronominais, o uso frequente da forma pronominal *yo*⁵⁵.

De acordo com Vaquero (1996), em Porto Rico é frequente a expressão dos sujeitos pronominais antepostos às construções de infinitivo:

[...] *al yo venir, al tú decirme eso, sin ella saberlo*. Son especialmente interesantes las construcciones de infinitivo en oración final con sujeto no coincidente; en estos casos, la oración de infinitivo con *para* sustituye a la forma normativa de subjuntivo. Ejemplos: Cuando me empezaron a dar trabajo para yo hacer maquinilla...; Ustedes necesitan una piscina donde estas niñas bañarse. (VAQUERO, 1996, p. 63)

Segundo a autora, a grande frequência dessas estruturas em Porto Rico está motivada pela situação de contato direto com o inglês. No entanto, construções semelhantes e/ou iguais encontramos no PB que, assim como o EC, teve contato linguístico com povos africanos. Na literatura, há alguns trabalhos, como o de Lipski (1996), que discutem sobre o contato com línguas africanas como motivador desse fenômeno linguístico.

No espanhol peninsular, conforme Lipski (1996), os infinitivos com sujeitos antepostos não são desconhecidos em Andaluzia:

Por todo el Caribe aparecen construcciones en las que un infinitivo está precedido de un sujeto explícito, normalmente tras preposición, siendo *para* la preposición más usual: *para yo salir, parra ellos entender, antes de yo venir*. A diferencia de las preguntas sin inversión o de la palabra *guagua*, los sujetos antepuestos de los infinitivos no están limitados a las Antillas o al Caribe, aunque son muy comunes en esta zona. Al otro lado del Atlántico, tales construcciones son habituales en las Islas Canarias. En el español peninsular, los infinitivos con sujetos antepuestos no son desconocidos, aunque no son comunes. En Galicia aparecen esas construcciones en el español como traducción de esquemas sintácticos gallegos. (LIPSKI, 1996, p. 77)

De acordo com Vaquero (1996), além do andaluzismo, também foi postulado para o Caribe a chamada hipótese crioula, na qual o espanhol dessa zona parte de um sistema simplificado e crioualizado, que se desenvolveu desde o século XVI por contato entre distintas etnias africanas e o espanhol peninsular:

⁵⁵ Vaquero (1996) justifique a majoritária frequência do uso da forma pronominal “yo”, no espanhol de Porto Rico, como influência da língua inglesa.

El español antillano actual, después de cinco siglos de adaptaciones, adopciones, reajustes e influencias, presenta características dialectales que permiten describirlo como la modalidad caribeña insular, de base andaluza-canaria, hablada en Cuba, la República Dominicana y Puerto Rico. (VAQUERO, 1996, p. 53)

Conforme Lipski (1996), alguns dos principais fenômenos sintáticos encontrados dentro da variação dialetal do espanhol caribenho são:

- a. Os infinitivos com sujeitos pronominais, depois da preposição *para*: ¿Qué tengo que hacer para *tú* entender esto?
- b. Perguntas sem inversão do tipo ¿Qué *tú* dices?
- c. A elevada frequência dos pronomes sujeitos (de forma explícita) em alguns dialetos hispano-americanos.

Cuba, que pertence à zona dialectal do Caribe, é uma das variedades hispano-americanas mais estudadas. Conforme Lipski (1996, p. 251) “las manifestaciones afro-hispánicas de Cuba figuran de forma destacada en las teorías sobre la criollización y el influjo africano en el español de América”. Por sua vez, o espanhol de Venezuela também pertence à zona dialectal do Caribe e apresenta traços linguísticos semelhantes às outras zonas dialectais do espanhol caribenho. Mas, como discutido antes, embora ambas sejam de regiões caribenhas, pode haver diferenças nos demais níveis linguísticos nesses dois países. O que queremos ressaltar, aqui, é que embora tudo seja EC, há fenômenos específicos das ilhas que não são encontrados no continente.

Assim é frequente encontrar em Cuba e em Venezuela muitos dos fenômenos linguísticos elencados aqui, sobretudo quanto à realização do sujeito nominal/pronominal anteposto às orações não finitas:

- a. ¿Qué *tú* me recomiendas para *yo* entender la lingüística? (Cuba; LIPSKI, 1996, p. 259)
- b. antes de *yo* venir a Caracas (Venezuela; LIPSKI, 1996, p. 384)

Todos esses trabalhos evidenciam a presença do sujeito (nominal/pronominal) anteposto às orações não finitas no EC. No entanto, em nenhum deles o foco de estudo recai para este fenômeno. Os autores observam que existe tal fenômeno, porém não trazem uma explicação linguística sobre ele. Não respondem e tampouco formulam, por exemplo, a seguinte pergunta: Como é possível a presença do sujeito anteposto a uma oração não finita no EC, uma vez que o espanhol não possui infinitivo flexionado? Portanto, neste trabalho, especificamente nesta

seção, apresentaremos uma possível resposta (a melhor que se aproxima) à luz da Teoria do Caso para este problema.

Portanto, com base no que foi discutido até o presente momento, pode-se concluir que há considerável variação dialectal na língua espanhola⁵⁶, o que realça a heterogeneidade desta língua. Isto é, não há um espanhol de Espanha frente o espanhol de América, mas cada um com seu domínio específico, vinculado a fatores geográficos, sociais e históricos.

Na próxima subseção, apresentaremos uma breve discussão sobre alguns dos fatores sociolinguísticos que são pertinentes para pensar na variação dialetal do EC.

5.3 SOBRE O CONTATO ENTRE LÍNGUAS

Quando se pensa em contato entre línguas muitas das vezes se cogita a hipótese de "herança estrutural", buscando resultados do contato no idioma atual falado, com direcionamento quase sempre para o léxico, assim resultando em estruturas mistas, léxicos mistos e fonologias mistas. No ponto de vista da linguística gerativista (CHOMSKY, 1981, 1995), uma situação de contato poderia resultar em mudanças de gramática na medida em que provoque uma desestruturação (desordem) da situação ótima de aquisição da linguagem em uma língua em determinada população. Sobre isso, Paixão de Souza (2006) fomenta:

A situação de contato não será "detectável" pelo exame das suas pegadas nas estruturas da língua; mas pode ser concebida como uma atuação no processo de formação das possibilidades de se gerarem essas estruturas, como resultados imprevisíveis. (PAIXÃO DE SOUSA, 2006, p. 38)

Seria o caso da estrutura de língua, isto, a mudança no valor de um único parâmetro poder alterar profundamente a lógica das possibilidades de geração de estruturas, reorganizando e possibilitando uma nova gramática.

Muitos são os fatores para identificar que diferentes comunidades tenham estado em contato entre línguas: expedições marítimas (com fins coloniais ou comerciais), tráfico de escravos da África etc. E, por conseguinte, a través desses fatores socio históricos poder explicar muitos dos fenômenos linguísticos advindos do contato entre línguas, especificamente sua origem. Assim, a convivência de línguas é um fato natural e cotidiano da humanidade, podendo ocasionar complexas situações de uso de uma, duas ou mais línguas que poderão trazer

⁵⁶ Fontanella de Weinberg (1992) apresenta um estudo sobre a variação dialectal do sistema pronominal usado no mundo hispânico.

problemas relacionados com bilinguismo, diglossia, dentre outros fatores linguísticos (MEDINA LÓPEZ, 1997).

Conforme Weinreich, Labov e Herzog (1968), a definição de contato de língua estaria atrelada ao fator de uso de duas ou mais línguas, alternativamente, pelas mesmas pessoas. Para os autores, o bilinguismo é o uso alternativo de duas línguas. Um bom exemplo é o das comunidades na Península Ibérica, a situação de bilinguismo existente em Galícia e entre outras comunidades. Observa-se, em Galícia, o uso da língua galega e da língua castelhana alternativamente pelos falantes desta região.

Com a situação do bilinguismo instaurada em uma comunidade linguística, pode-se falar de interferência/transferência ou convergência. Isso, conforme Medina López (1997), dar-se-ia quando uma língua A começa mostrar sinais (fonéticos, léxicos, gramaticais ou sintáticos), que se distanciam da estrutura própria de sua norma, para tomar ou assimilar estruturas próprias da língua de contato, a língua B. Por conseguinte, quando essa transferência ocorre, resulta em estrutura agramatical para língua A, em virtude de ir contra a norma *estândar* de sua língua.

Possivelmente, isso é o que ocorreu no espanhol do Caribe, que sabemos que é uma região que esteve em contato com diversos povos⁵⁷.

De acordo com Fontanella de Weinberg (1993), um dos processos que tiveram importante papel na configuração do espanhol de América foi a koinização. Conforme Medina López (1997), geralmente se emprega o termo *koiné* para se referir a situações históricas nas que, por diversas circunstâncias sociais, entram em contato grupos humanos de diferentes origens. E estes grupos, por consequência, podem apresentar duas alternativas linguísticas:

- a. Que sejam falantes de uma mesma língua, porém com variedades dialetais distintas (por exemplo, castelhanos, andaluzes, canários etc.).
- b. Que além do primeiro contexto, acrescentaria uma presença importante de falantes de outras línguas (italiano, alemão, francês etc.).

De acordo com Gambhir (1981, p. 183), o contato dialetal devido a um processo de migração é considerado especialmente favorável ao surgimento de *koinés* “cuando hablantes de diferentes dialectos o aun lenguaje se encuentran en un punto geográfico, tienden a formar una comunidad de habla, al tiempo que se desarrolla una koiné que reemplaza al dialecto anterior”.

⁵⁷ Ver Lipski (1996) para maior aprofundamento sobre o tema.

No entanto, o fato de que uma *Koiné* seja o resultado do contato dialectal não exclui que em sua constituição predomine uma das variedades em contato. Fontanella de Weinberg (1993) salienta que:

En cuanto al español de América, no cabe duda de la especial relación que existe con el andaluz, que le lleva a compartir rasgos en el plano morfosintáctico y especialmente en el fonológico, algunos con generalidad y otros en modo parcial. En lo fonológico, encontramos el seseo, el yeísmo, la aspiración y pérdida de /s/ final y el debilitamiento de /d/ intervocálica. También en el nivel morfosintáctico, la pérdida generalizada de vosotros en América es compartida con gran parte de Andalucía. (FONTANELLA DE WEINBERG, 1993, p. 44)

A autora ainda ressalta que a diferença que se observa entre variedades do espanhol americano em que aparecem por totalidade estes traços e outras em que só aparecem alguns deles, se deve aos distintos fatores que intervirem na koinização, já que como se trata de processos regionais não se pode falar de koinização geral, senão de processos simultâneos (FONTANELLA DE WEINBERG, 1992).

Na América hispânica, o contato da língua espanhola com a língua dos povos africanos durou quase 400 anos. Foram identificadas dúzias de palavras de origem africana nos dialetos regionais do espanhol, desde o Caribe ao Cone Sul. Atualmente, a população de origem africana domina demograficamente grande parte do Caribe e a costa oeste da América do Sul (LIPISKI, 1996).

Na próxima subseção, apresentaremos algumas análises sobre sujeito pré-verbal de infinitivo no EC a fim de responder à pergunta que tanto se faz no decorrer deste trabalho: O que está licenciando o sujeito pré-verbal em orações não finitas no EC? Além disso, analisaremos também os contextos de realização do sujeito de infinitivo com o objetivo de melhor delimitá-los.

5.4 O CORPUS

Para uma análise linguística dos sujeitos antepostos às orações não finitas no EC, trabalhamos com os dados do *Corpus PRESEEA (Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español de España y de América)*⁵⁸. Assim, analisamos dados do espanhol de Caracas e Havana, a fim de identificar a presença dos sujeitos pré-verbais de infinitivo nessas variedades e poder explicitar os contextos e a realização desses sujeitos. Não analisamos Porto Rico e

⁵⁸ PRESEEA é um projeto para a criação de um *corpus* de língua espanhola falada no mundo hispânico em sua variedade geográfica e social.

República Dominicana porque não estão disponíveis no PRESEEA. Cabe ressaltar que essa comparação é oportuna para indicar traços que podem ser contrastivos entre o EC insular e continental.

Por conseguinte, como procedimentos metodológicos e critérios linguísticos, decidimos separar e analisar todas as orações não finitas com sujeito realizado e não realizado. Desse modo, separando os tipos de orações (subordinadas), com o objetivo de controlar os contextos em que o sujeito aparece realizado.

Vale ressaltar que, aqui, só nos detemos à análise do sujeito pré-verbal de infinitivo. Encontramos, entretanto, alguns dados de orações canônicas⁵⁹, como discute Hernanz (1999), em que o sujeito aparece pós-verbal, como em (1), abaixo:

- (1) a. [...] vaya llegar **usted** o voy a llegar **yo** (Caracas, oral, PRESEEA)
 b. [...] al fallecer **mi papá** (Havana, oral, PRESEEA)

Em (1), vemos dois contextos canônicos de orações não finitas com sujeito pós-verbal. Observamos, em (1a), que os sujeitos pronominais *usted* e *yo* aparecem explícitos e pós-verbais em contextos usuais de foco-contrastivo⁶⁰, assim como é reconhecido pela Real Academia Espanhola (RAE)⁶¹. Por sua vez, em (1b), vemos um contexto de oração subordinada temporal em que o sujeito costuma aparecer à direita do verbo não finito, como discutido na seção 4.1.1.

No entanto, o que nos interessa neste trabalho para uma análise formal dos dados de Caracas e Havana são os contextos em que o sujeito precede às formas verbais nas orações não finitas já que estes dados estão pendentes de explicação linguística. Portanto, nesta seção, vamos nos deter aos sujeitos pré-verbais das orações não finitas no EC.

Sobre o critério sociolinguístico, observamos falantes de baixa escolaridade (por melhor refletir o vernáculo) e de média escolaridade. Dessa forma, observamos, em Caracas, oito falantes com a faixa etária de 24 a 74 anos; em Havana cinco falantes, com a faixa etária de 31 a 57 anos. Abaixo, segue codificação de cada falante conforme sua localidade:

⁵⁹ Uso o adjetivo “canônicas” a fim de explicitar que são oração que não são excepcionais e e que fazem parte da gramática dos falantes nativos de espanhol.

⁶⁰ Ver Marta Luján (1999) para maiores esclarecimentos sobre o assunto.

⁶¹ A RAE impõe a regra geral para o uso de pronomes de forma explícita “que só poderão ser utilizados por motivos de ênfase, contraste, ambiguidade e enfocado, que requer um contexto discursivo que justifique a ênfase que esta forma expressa” (LUJAN, 1999, p. 1289).

CARACAS - BAIXA / MÉDIA ESCOLARIDADE - HOMEM / MULHER

CARA 01: informante homem, baixa escolaridade, 48 anos;

CARA 02: informante homem, baixa escolaridade, 74 anos;

CARA 03: informante homem, baixa escolaridade, 21 anos;

CARA 04: informante mulher, baixa escolaridade, 53 anos;

CARA 05: informante mulher, baixa escolaridade, 71 anos;

CARA 06: informante mulher, média escolaridade, 24 anos;

CARA 07: informante homem, média escolaridade, 34 anos;

CARA 08: informante mulher, média escolaridade, 43 anos.

HAVANA - BAIXA / MÉDIA ESCOLARIDADE - HOMEM / MULHER

HAVA 01: informante homem, baixa escolaridade, 46 anos;

HAVA 02: informante homem, baixa escolaridade, 36 anos;

HAVA 03: informante homem, média escolaridade, 31 anos;

HAVA 04: informante homem, média escolaridade, 50 anos;

HAVA 05: informante mulher, média escolaridade, 57 anos.

5.4.1 Sobre o método

O trabalho se caracteriza metodologicamente a partir da perspectiva hipotético-dedutiva porque partimos de uma hipótese prévia e pretendemos validar esta hipótese.

Assim, neste trabalho, partimos da hipótese que o Caso do sujeito das orações não finitas no EC é realizado por um Caso *default*, uma vez que o infinitivo no espanhol não tem flexão para atribuir nominativo e que o sujeito não é marcado com Caso oblíquo, que seria atribuído pela preposição subordinante. E, por consequência, olharemos como os dados do *corpus* PRESEEA mostram o fenômeno.

Nas próximas subseções, analisaremos os contextos em que aparecem os sujeitos pré-verbais nas orações não finitas do EC.

5.5 SOBRE OS DADOS ANALISADOS

Como parte do procedimento metodológico, separamos todas as orações não finitas encontradas nos dados de Caracas e Havana. Depois, as classificamos em dois grupos: orações não finitas sem sujeito realizado e orações não finitas com sujeito pré-verbal realizado. O

cômputo geral das orações não finitas soma um total de 1.410 (um mil quatrocentos e dez) orações, que se dividem na tabela 2, abaixo:

Tabela 2. Cômputo geral das orações

Orações não finitas sem sujeito	Orações não finitas com sujeito
Caracas - 872 orações	Caracas - 17 orações
Havana - 538 orações	Havana - 7 orações

Assim, foram encontradas 872 (oitocentos e setenta e duas) orações realizadas sem sujeito por informantes de Caracas e 538 (quinhentos e trinta e oito) orações realizadas sem sujeito por informantes de Havana. Mas só foram analisadas 17 (dezessete) orações com sujeito realizado em Caracas e 7 (sete) orações realizadas com sujeito em Havana, somando um total de 24 (vinte e quatro) orações não finitas com sujeito realizado.

Cabe ressaltar que estes dados, à primeira vista, podem parecer insuficientes para sustentar uma análise, já que sua frequência não é alta no presente *corpus*. No entanto, isso não implica que eles não são gerados pela gramática da língua em estudo e, conseqüentemente, considerados possíveis por seus falantes.

5.5.1 Tipo de oração

Tivemos nos dados de Cuba e de Caracas como critério analítico os contextos oracionais dos sujeitos das orações não finitas. Controlamos, especificamente, os tipos de orações em que o sujeito de infinitivo aparece realizado. Assim, conforme análise realizada, dividimos as orações em dois grupos: grupo 1 - orações subordinadas adverbiais; grupo 2 - orações completivas (uma vez que não encontramos outro contexto de realização do sujeito).

Vejamos na tabela 3, abaixo, a classificação do primeiro grupo:

Tabela 3. Classificação das orações do grupo 1

ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL	DADO
1. MODAL	a. [...] fui con el papelito a la farmacia, y me dieron medicamento como para dos meses <u>sin yo</u> pagar ni un bolívar (CARA 07, PRESEEA)

2. TEMPORAL	b. [...] me costaron trescientos sesenta mil bolívares, que ahora son trescientos sesenta bolívares fuertes [...] <u>antes de yo</u> comprar esos zapatos yo les vi los zapatos de ella (CARA 01, PRESEEA)
3. FINAL OU INTENCIONAL	c. [...] oye me ha costado muchísimo <u>para yo</u> tener mi casa y todavía no la he tenido (CARA 08, PRESEEA) d. [...] cuando uno tiene no sé compenetración <u>para uno</u> sentirse bien no tiene que uno que ir (HAVA 05, PRESEEA) e. [...] tú sabes, no dejaban pues <u>a uno</u> salir así con cualquiera no (CARA 05, PRESEEA)

Na tabela 3, apresentamos três contextos oracionais (modal, temporal, final/intencional) em que se encontra os sujeitos de orações não finitas no EC.

Conforme Hernanz (1999), essas orações costumam ir precedidas por uma marca (preposição) subordinante (*para, por, a⁶², después de, sin, antes de, a pesar de, etc.*), compatível habitualmente com um verbo em forma pessoal. Na literatura, é mais recorrente encontrar contexto do tipo 3 (finalidade/intenção) seguido com maior uso da preposição *para*. Nos dados de Cuba, por exemplo, só encontramos este último contexto de construção. Por outro lado, encontramos os três contextos nos dados de Caracas.

Vejamos na tabela 4, abaixo, o segundo grupo:

Tabela 4. Classificação das orações do grupo 2

ORAÇÃO COMPLETIVA	DADO
1. SUJEITO	a. [...] entonces, lo único para ser feliz es yo tener mi casa propia (CARA 01, PRESEEA) b. [...] son muchos más baratos, pero el problema es que tiene que uno caminar y caminar para ver dónde está más barato (CARA 03, PRESEEA) ⁶³

⁶² Conforme Hernanz (1999), a preposição “a” faz parte dos nexos com valor final e/ou intencional. O autor salienta que o contexto de inserção da preposição “a” costuma depender de um verbo de movimento, bem seja transitivo ou intransitivo.

⁶³ Nesta oração, em especial, observamos um fator linguístico bastante interessante. Observe que o sujeito “uno” deveria ter sido alçado para posição pré-verbal do verbo modal finito “tiene” (*uno tiene que caminar*), já que faz

<p>2. COMPLEMENTO</p>	<p>c. [...] para allá no quiero llevar a mis hijas porque de sacarlas de aquí que es un sitio tan hermoso para llevarlas a un sitio así no. Nunca lo voy a hacer [...] es una cosa que no las voy a sacar de El Pedregal. No pienso yo salir de ahí tampoco (CARA 01, PRESEEA)</p>

Na tabela 4, vemos que os sujeitos de infinitivo não vão precedidos de uma preposição, uma vez que estão em contexto de oração substantiva e, por não terem, por conseguinte, nexos explícitos (ZAGONA, 1999). Sobre o caráter de regência destes infinitivos, observamos que são regidos. Assim, em 1, temos orações completivas com função de sujeito; e, em 2, temos uma oração completiva com função de objeto direto.

No EC, o grupo 2 não é tão comum como o grupo 1, conforme os trabalhos de Lipski (1996), Toribio (2000), Vandermeulen (2011) etc., que apontam incidência maior de sujeitos do grupo 1. O sujeito de infinitivo, até então, aparecia sempre contextos de orações não regidas, isto é, do grupo 1. Ter encontrado este novo contexto oracional (o grupo 2) de realização de sujeito anteposto de infinitivo (doravante SAI)⁶⁴, nos possibilita delimitar alguns contextos oracionais (alinhado aos dois grupos) para a realização de SAI:

- a. encontra-se SAI precedido de preposição;
- b. encontra-se SAI sem estar precedido preposição;
- c. encontra-se SAI com orações subordinadas adverbiais;
- d. encontra-se SAI com orações subordinadas substantivas;
- e. encontra-se SAI com verbos regidos e não regidos;

5.5.2 Sobre o tipo do sujeito de infinitivo

Sobre a frequência de realização do tipo de sujeito nas orações não finitas no EC, De Mello (1995) comprova que são majoritariamente pronominais, e que predominam, enquanto à pessoa, *yo* e *él*. No entanto, não encontramos nos dados de Caracas e Havana a presença do sujeito pronominal *él*. Encontramos, sim, a predominância do sujeito pronominal de 1ª pessoa *yo* nestes dados. Vejamos a tabela 4, abaixo:

parte de uma construção perifrástica. No entanto, o verbo modal “tiene”, que indica obrigação, acaba ficando em cima sozinho e o sujeito embaixo.

⁶⁴ Faço uso, temporário, desta sigla por questões metodológicas.

Tabela 5. Classificação dos sujeitos de infinitivo

TIPO DE SUJEITO	DADO
<p>1. SUJEITO PRONOMINAL 1^ªS. (YO)</p>	<p>a. [...] para allá no quiero llevar a mis hijas porque de sacarlas de aquí que es un sitio tan hermoso para llevarlas a un sitio así no. Nunca lo voy a hacer [...] es una cosa que no las voy a sacar de El Pedregal. No pienso yo salir de ahí tampoco (CARA 01, PRESEEA)</p> <p>b. [...] oye me ha costado muchísimo para yo tener mi casa y todavía no la he tenido (CARA 08, PRESEEA)</p>
<p>2. SUJEITO PRONOMINAL DE 2^ªS. (TÚ)</p>	<p>c. [...] tenían la bomba de gasolina ahí [...] que es la última bomba que había de gasolina para tú subir tenías que llevar bastante gasolina (CARA 02, PRESEEA)</p> <p>d. [...] tocaban grupos musicales en la playa aquí en el Malecón, o sea que había una diversidad para tú poder escoger (HAVA 04, PRESEEA)</p>
<p>3. SUJEITO PRONOMINAL INDEFINIDO (UNO)</p>	<p>e. [...] en verdad, no me recuerdo ahorita qué fecha es el día del Carmen, pero también se pasan tarjetas para uno colaborar para la Cruz (CARA 01, PRESEEA)</p> <p>f. [...] cuando uno tiene no sé compenetración para uno sentirse bien no tiene que uno que ir (HAVA 05, PRESEEA)</p>
<p>4. SUJEITO PRONOMINAL DE 3^ªS. (ÉL)</p>	<p>g. [...] que me puse de lo más contenta después que nos pusimos a hacer el recuento [...] y a él decirme de dónde es que yo lo conocía porque imagínate tú la gente cambia (HAVA 05, PRESEEA)</p>
<p>5. SUJEITO PRONOMINAL DE 3^ªP. (ELLOS)</p>	<p>h. [...] bueno de mis hijos ahí criando como se dice. Llevando la misma etapa que uno deja ya y ellos empezarla otra vez (CARA 04, PRESEEA)</p> <p>i. [...] No mejor preparación porque los profesores están preparados porque son maestros, pero sino los medios para ellos poder enseñar (HAVA 02, PRESEEA)</p>
<p>6. SUJEITO NOMINAL</p>	<p>j. [...] Dios me de vida y salud para ver a mis hijos crecer sanos y fuertes (CARA 06, PRESEEA)</p>

Na tabela 5, vemos os tipos de sujeitos pré-verbais de oração não finitas encontrados nos dados de Havana e Caracas do *corpus* PRESEEA. Classificamos estes sujeitos conforme sua predominância nos dados analisados e apresentamos amostras da realização em cada variedade analisada. Assim, majoritariamente o sujeito pronominal *yo* tem predominância nas orações não finitas. O que, por sua vez, corrobora com De Mello (1995). Em seguida, vemos que o sujeito indefinido *uno* (que não havia aparecido em trabalhos anteriores aqui citados) ocupa a segunda posição referente à predominância. E, por último, as formas pronominais *tú* (de 2ª do singular), *él* (de 3ª do singular), *ellos* (de 3ª do plural), bem como a forma nominal *mis hijos*, ocupam as últimas posições.

Cabe ressaltar que encontramos amostra de sujeito (nominal) pré-verbal apenas em Caracas (uma das variedades do EC estudadas aqui). No entanto, não podemos encarar isso como algo negativo e cometer o erro de postular uma hipótese de que não há sujeito nominal em Havana. Apenas não o encontramos nos dados do *corpus* PRESEEA, que foi utilizado para esta análise.

Toribio (2000) apresenta dados de sujeito nominal pré-verbal no espanhol da República Dominicana (outra variedade do EC):

- (2) Yo lo dudo que Carmen venga... ella vive enferma, sin los médicos **encontrarle** nada.
(TORIBIO, 2000, p. 323)

Precisamos, então, ver se há algum contraste da realização do sujeito nominal de infinitivo em outras variedades caribenha do espanhol. Assim, necessitariam ser feitas maiores investigações empíricas.

Na próxima subseção, analisaremos o sujeito pré-verbal de orações não finitas orações à luz da Teoria do Caso, a fim de explicar a realização do sujeito anteposto às orações não finitas.

5.6 O SUJEITO DE ORAÇÃO NÃO FINITA NO EC

Primeiramente, vale explicitar que na literatura encontramos quase sempre o sujeito de infinitivo precedido de uma preposição (*para, de, sin, al*). O que, por consequência, sugere que há uma certa padronização de realização da estrutura desse fenômeno: preposição + sujeito + infinitivo (PSI). Sendo, por outro lado, a posição preposição + infinitivo + sujeito (PIS) a

estrutura que estaria “fora de problema”, isto é, que seria comum a todas variedades de linguísticas do espanhol.

No entanto, ao analisar dados do EC, especificamente do espanhol da Venezuela, encontramos o sujeito pré-verbal de infinitivo não precedido por nenhuma preposição. Esse achado, por conseguinte, possibilitará uma explicação formal dos contextos em que se encontra esse fenômeno, assim como outras explicitações futuras sobre ele.

Portanto, nas próximas subseções, apresentaremos os dados encontrados em Caracas (Venezuela) e em Havana (Cuba) dos sujeitos antepostos de orações não finitas, observando todo o contexto de realização. Registramos dois tipos de construções de sujeitos em orações não finitas: Preposição + Sujeito + Infinitivo (PSI) e Sujeito + Infinitivo (SI). Vamos tratar primeiro da construção PSI, depois trataremos da construção SI.

5.6.1 Preposição + Sujeito + Infinitivo (PSI)

Como dito anteriormente, os sujeitos pré-verbais de orações não finitas costumam aparecer quase sempre em contexto de PSI. Em Cuba e em Venezuela, ao analisarmos alguns dados de fala oral, observamos construções PSI nesses dois países. Observemos os dados, em (3), abaixo:

(3) a. [...] la carretera no era buena hasta la Ochenta y Ocho [...] que es para uno **empezar a subir** la montaña (CARA 02, PRESEEA)

b. [...] No mejor preparación porque los profesores están preparados porque son maestros, pero sino los medios para ellos **poder enseñar** (HAVA 02, PRESEEA)

c. [...] esa es mi meta, antes de yo **morirme** (CARA 01, PRESEEA)

d. [...] fui con el papelito a la farmacia, y me dieron medicamento como para dos meses sin yo **pagar** ni un bolívar (CARA 07, PRESEEA)

e. [...] Dios me de vida y salud para ver a mis hijos **crecer** sanos y fuertes (CARA 06, PRESEEA)

Em (3), vemos que todos os sujeitos antepostos às orações não finitas vão precedidos de uma preposição. Nos dados de Caracas e Havana, em (3a,b), a preposição *para*; em (3c), a preposição *de* em Caracas; em (3d), a preposição *sin* em Caracas; em (3e), a preposição *a* nos dados de Caracas.

Esses dados não nos mostram só as preposições, mas outros elementos linguísticos. Vemos, por exemplo, em (3e) a presença do sujeito pronominal indefinido, *uno*, anteposto às orações não finitas de Caracas e Havana. Este achado foi de grande revelação, pois, não encontramos, em nenhum dos trabalhos que aqui citamos ao longo desta dissertação, dados contendo este tipo de sujeito.

Outro fator curioso, é a presença do sujeito pré-verbal em contexto de perífrases, como em (3a). Em geral, não há não é comum encontrar um sujeito acompanhado de uma construção perifrástica, como em (3a) (HERNANZ, 1999). Mas o que mais nos chama à atenção, nesses dados, é a presença do pronome *ellos* em 3ª do plural, em (3b), e o sujeito nominal “mis hijos” em (3e) porque comprova o caráter não flexionado do infinitivo no espanhol.

Sabe-se que o espanhol é uma língua que não possui infinitivo flexionado. Assim, sentenças como em (3) são agramaticais⁶⁵ em variedades não caribenhas do espanhol. O português brasileiro (PB), língua que possui flexão do infinitivo, permite sentenças como, em (4), abaixo:

- (4) a. O João viu o amigo **rir**.
 b. O João viu os amigos **rirem**.

Em (4a), vemos que o sujeito “o amigo” (que se encontra no singular) está anteposto a uma oração não finitas “rir”. Por sua vez, em (4b), observamos que o sujeito “os amigos” (que se encontra no plural) também está anteposto à uma oração não finita. No entanto, notamos certa assimetria nestes infinitivos (que só se observa em contraste com o segundo infinitivo “rirem”): o morfema de flexão *em* no segundo infinitivo. A flexão não é visível no primeiro infinitivo “rir” porque este recebe morfema zero, diante de um sujeito (pronominal, nominal em singular). E, por outro lado, segundo infinitivo “rirem” dispõe do morfema “em” que indica concordância com o sujeito na oração.

⁶⁵ Lembrando aos leitores que o conceito de “agramaticalidade” que utilizamos aqui é voltado para o falante, isto é, se uma sentença é aceitável ou não para um falante nativo (um conceito intuitivo), como propõe Chomsky (1957).

No EC, como se observa, é bem comum encontrar construções similares a de (4a), ou seja, com o sujeito no singular. E, também, encontrar cláusulas como (4b). Vejamos a sentença, em (5), abaixo:

- (5) Me gusta la forma de ellos **hablar**.
(TORIBIO, 2000, p. 323)

Em (5), vemos o sujeito pronominal *ellos* (3ª pessoal do plural), anteposto à oração não finita *hablar*. Nesta sentença, observamos que o verbo não apresenta nem marca de flexão (rechaçando uma possível hipótese de infinitivo flexionado no EC). O que, então, nos leva à hipótese de que esse sujeito não ocupa uma posição argumental, isto é, de concordância com o verbo. Então, mais uma vez: o que licencia esse sujeito no EC?

Carvalho (2008), sobre o Caso nas orações infinitivas encaixadas no PB, discute que o Caso aos DP na posição de sujeito de orações não finitas não é verificado por um T infinitivo como propõe Botelho Pereira e Roncaratti (1993) e Salles (2000), para as sentenças abaixo:

- (6) a. Ela deu o livro para *eu* ler.
b. Ela deu o livro para *mim* ler.
(CARVALHO, 2008, p. 139)

De acordo com Carvalho (2008), a análise de Botelho Pereira e Roncaratti (1993) e Salles (2000) para a atribuição casual nominativo/oblíquo para os DPs de (6), em que o DP *eu* recebe Caso nominativo de um T infinitivo, enquanto o DP *mim* receberia o Caso oblíquo da preposição *para*, apresenta certa inconsistência, quer pela afirmação de um elemento atribuidor do Caso nominativo apenas em (6a), sendo (6b) uma sentença idêntica, quer pela impossibilidade de generalizações de tais propostas quando confrontadas com outros exemplos (CARVALHO, 2008). Observemos as seguintes sentenças, em (7), abaixo:

- (7) a. Ela deu um presente pra *eu*.
b. Você não tinha falado com *eu*.
c. Ela puxou na cabeça *deu*.
(CARVALHO, 2008, 139)

Observamos que os DPs *eu*, em (7), aparecem depois de uma preposição e sem estar diante de nenhum verbo infinitivo, como em (6), e seu traço nominativo é verificado.

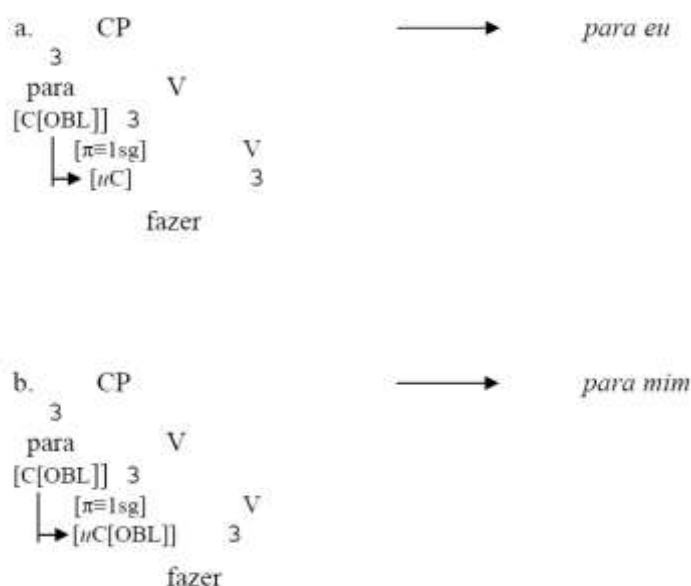
Assim, Carvavalho (2008, p. 139) salienta que “a presença da forma pronominal *eu* ou *mim* depende tão somente da composicionalidade do pronome que aparece na posição sujeito

de uma oração encaixada e da conseqüente verificação de seus traços”. O autor, por conseguinte, assume que a variação das formas do pronome de primeira pessoa do singular, em (6), é causada pelo processo de valoração de traços destes pronomes pela preposição *para*, não havendo necessidade de se apelar para nenhum elemento Casual presente no verbo não finito (CARVALHO, 2008).

Carvalho (2008) ainda ressalta que, assim como a forma *for* (no inglês), a preposição *para* sofreu um processo de reanálise em algum momento de seu percurso histórico e consolidou-se na língua como um complementizador, assim como *que*. No entanto, diferentemente dos outros complementizadores em PB, *para* ainda carrega traços oblíquos, o que possibilita a concordância deste com pronomes mais especificados nesta língua.

Abaixo, em (8), segue representação da configuração das sentenças em (7), conforme proposta de Carvalho (2008, p. 140):

(8)



De acordo com Carvalho (2008), as sentenças em (7) têm a mesma configuração e os traços de Caso do pronome são verificados por P. Assim, conforme o autor, a variação decorre da subespecificação de traços de Caso do pronome, como representa-se em (8).

Carvalho (2008) ainda ressalta que a possibilidade de flexão do verbo não finito nas pessoas do plural, tanto em PB quanto em português europeu (PE), pode ser explicada pela

presença dos traços $[\pi]$ e $[\#]$ no verbo infinitivo, que não está condicionado à presença dos traços de Caso⁶⁶. Vejamos as representações, em (9), abaixo:

- (9)
- a. *fazerem* → $[\pi=3; \#=\text{pl}]$
 - b. *fazermos* → $[\pi=1; \#=\text{pl}]$
 - c. *fazer* → $[\pi=\emptyset; \#=\emptyset]$

(CARVALHO, 2008, p. 141)

Assim, conforme Carvalho (2008), as formas não flexionadas seriam as maximamente subespecificadas, não carregando traços para as categorias pessoa e número, como em (9c), enquanto a forma flexionada é especificada para estes traços como em (9a,b).

Aqui, tomaremos a proposta de Carvalho (2008) para tentar explicar a realização do sujeito pré-verbal em orações não finitas no EC. Observemos, então, a sentença abaixo:

- (10) a. Me ha costado muchísimo para yo **tener** mi casa y todavía no la he tenido.
(CARA 08, PRESEEA)
- b. No mejor preparación porque los profesores están preparados porque son maestros, pero sino los medios para ellos **poder enseñar**.
(HAVA 02, PRESEEA)

Em (10a,b), vemos que os DPs *yo* e *ellos* aparecem seguidos de uma preposição e antepostos a um verbo infinitivo, tal como em (7) em construções do PB. Vemos, que como não há possibilidade de flexão do verbo infinitivo nas pessoas do plural no espanhol, o verbo não carrega os traços $[\pi]$ e $[\#]$, isto é, de pessoa e número. Assim, propomos para estas sentenças que os DPs *yo* e *ellos* checam traços de Caso do núcleo P, da subespecificação de traços de Caso do pronome, tal como propõe Carvalho (2008).

Ao assumir esta proposta, descartamos a hipótese inicial de que o Caso do sujeito pré-verbal no EC é licenciado pelo Caso *default* (SHÜTZE, 2001), uma vez que as formas de Caso default são usadas para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de atribuição de Caso ou, de outra forma, determinados por mecanismos sintáticos, como se discutiu na seção 3.3. Além disso, observamos que os contextos de Caso default estão

⁶⁶ Ver Carvalho (2008).

Observamos em (12b), (13b), (14b) e (15b) orações agramaticais no ENC por conta da inversão (SV) do sujeito nesses contextos discursivos. Zubizarreta (1999) resalta que para determinar se uma certa ordem de palavra é adequada em um discurso dado, se deve ter em conta as propriedades entonativas associadas a essa ordem particular.

Zubizarreta (1999), seguindo os trabalhos de Chomsky (1971, 1976) e Jackendoff (1972), define o *foco* como a parte não pressuposta da oração. Conforme a autora:

La parte presupuesta de la oración es la información compartida por el hablante y el oyente en el momento en que se emite tal oración en un discurso dado. El discurso es un proceso dinámico y un acto de comunicación crea, típicamente, una incrementación o modificación en la información compartida. De un modo más preciso, las presuposiciones, en un momento dado del discurso, están constituidas por un grupo de preposiciones que el hablante y el oyente consideran verdaderas, y estas puede ser modificadas o incrementadas subsecuentemente. (ZUBIZARRETA, 1999, p. 4224)

Para corroborar essa definição, Zubizarreta (1999, p. 4224) usa o teste perguntas-repostas para identificar a divisão de uma oração em termos de foco e pressuposição. Vejamos os exemplos, em (16), abaixo:

- (16) a. ¿Qué ocurrió?
 b. ¿Qué se comió el gato?
 c. ¿Qué hizo el gato?

Conforme a autora, a pressuposição de uma pergunta encabeçada por um pronome interrogativo pode parafrasear-se substituído o pronome interrogativo por um indefinido. Observemos os exemplos, em (17), abaixo:

- (17) a. Algo ocurrió.
 b. El gato se comió algo.
 c. El gato hizo algo.

Zubizarreta (1999, p. 4225) ainda salienta que essas paráfrases podem ser representadas por meio da quantificação existencial, em (18), abaixo:

- (18) a. Existe un x (x = un evento), x ocurrió.
 b. Existe un x (x = un individuo), el gato se comió x .
 c. Existe un x (x = un evento), el gato hizo x .

Assim, na medida em que a pergunta e a resposta correspondente compartilham a mesma pressuposição, pode-se identificar o foco de uma proposição como aquela parte da proposição que substitui ao pronome interrogativo (ZUBIZARRETA, 1999).

Dessa forma, a oração declarativa de (19) pode funcionar como resposta a qualquer das três perguntas de (16):

(19) El gato se comió un ratón.
(ZUBIZARRETA, 1999, p. 4225)

Conforme Zubizarreta (1999), isso implica que a oração de (19) é totalmente ambígua no que diz respeito ao âmbito do foco.

Observemos as representações, em (20), abaixo:

(20) a. [_F El gato se comió un ratón].
b. El gato [_F se comió un ratón].
c. El gato se comió [_F un ratón].
(ZUBIZARRETA, 1999, p. 4225)

Assim, toda cláusula de (20) pode funcionar como foco (caso funcione como resposta a (16a)), o predicado verbal (caso funcione como resposta a (16b)) ou o objeto direto (caso funcione como resposta a (16c)). O âmbito do foco fica marcado na estrutura sintática pelo traço [F] de F(oco) (ZUBIZARRETA, 1999).

Zubizarreta (1999, p. 4226) ressalta que podemos supor que as estruturas-F de (20) estão associadas com uma estrutura propositiva que consta de duas proposições ordenadas: A₁ e A₂. Vejamos os exemplos, em (21), abaixo:

(21) a. A₁: Existe un x (x = evento), x ocurrió.
A₂: El x (tal que x ocurrió) = el gato se comió un ratón.
b. A₁: Existe un x (x = un evento), el gato hizo x .
A₂: El x (tal que el gato hizo x) = se comió un ratón.
c. A₁: Existe un x (x = un individuo), el gato se comió x .
A₂: El x (tal que el gato se comió x) = ratón.

As estruturas propositivas em (21a), (21b) e (21c) estão associadas às estruturas propositivas de (20a), (20b) e (20c). Vemos que a primeira proposição, A₁, codifica a pressuposição dada pela pergunta correspondente e a segunda, A₂, estabelece uma relação de identidade entre a variável introduzida em A₁ e um valor dado.

Zubizarreta (1999) explicita que há dois tipos de foco: o foco neutro e o foco contrastivo. O primeiro, o *foco neutro*, se encontra em contexto interrogativo (como o que apresentamos nos exemplos anteriores), devendo ser identificado pelo acento neutro. O segundo, o *foco contrastivo*, tem como contexto, em lugar de uma pergunta, uma asserção, devendo ser identificado pelo acento enfático.

Conforme Zubizarreta (1999, p. 4229), o acento nuclear neutro se coloca na última palavra do constituinte melódico. Assim, no caso do exemplo (20), repetido aqui em (22), o acento nuclear neutro vai sobre *ratón*:

(22) El gato se comió un ratón.

Em (22), indicamos a posição do acento neutro por meio do DP sublinhado.

No entanto, se o acento nuclear se coloca em outra posição, por exemplo sobre o sujeito, este é enfático. Vejamos o exemplo, em (23), abaixo:

(23) El GATO comió un ratón.

Em (23), indicamos com maiúscula o acento nuclear enfático para distingui-lo do acento nuclear neutro.

Assim, conforme Zubizarreta (1999, p. 4230), o foco contrastivo pode ser identificado pelo acento nuclear enfático. A autora ainda ressalta que o acento enfático existe independentemente do foco. E que a relação entre foco contrastivo e acento nuclear enfático é regida pela seguinte lei, em (24), abaixo:

(24) Ley de correspondencia entre foco y acento nuclear enfático

Conforme tal lei, o foco identificado pelo acento nuclear enfático requer que a palavra que recebe o acento enfático esteja contida em todos os sintagmas marcados com o traço F, isto é, por todos os sintagmas que forma parte do foco.

Vejamos os exemplos, em (25) e (26), abaixo:

(25) El gato de botas ROJAS comió un ratón.

(26) a. ... y no el de botas AZULES.

b. ... y no el de corbata VERDE.

c. ... y no el perro de sombrero AZUL. (ZUBIZARRETA, 1999, p. 4230)

Assim, observamos que (25) é compatível com todos os contextos de (26).

Sobre a ordem básica de foco em espanhol, Zubizarreta (1999, p. 4233) explica que pode ser SVO ou VSO, já que ambas admitem uma interpretação com foco amplo:

- (27) a. El gato se comió un ratón. (SVO)
 b. Se comió el gato un ratón. (VSO)

Zubizarreta (1999) ainda adverte que no caso em que se tenha a ordem SVO como básica, VOS se obtém por meio do reordenamento dos constituintes [S] e [VO]; e se se tem a ordem VSO como básica, VOS se obtém por meio do reordenamento dos constituintes [S] e [O].

5.6.3 Uma prévia análise dos dados

Ordóñez (2000) sugere que os sujeitos pré-verbais no espanhol estão deslocados à esquerda, por meio de movimento do constituinte. O autor explica que o espanhol é uma língua SVO que permite que seus sujeitos apareçam pós-verbais antes ou depois dos objetos, assim exibindo a ordem VSO e VOS.

Conforme Ordóñez (2000), a ordem VSO é atestada tanto em orações interrogativas quanto em orações declarativas. Vejamos os exemplos, em (28) e (29), abaixo:

- (28) ¿A quién le prestó Juan el diccionario?
 (29) Espero que te devuelva Juan el libro.
 (ORDÓÑEZ, 2000, p. 26)

De acordo com Ordóñez, a ordem VOS também é atestada em orações interrogativas e declarativas. Vejamos os exemplos, em (30) e (31), abaixo:

- (30) ¿A quién le prestó el diccionario Juan?
 (31) Espero que te devuelva el libro Juan.
 (ORDÓÑEZ, 2000, p. 26)

Ordóñez (2000) explica que, pragmaticamente, as ordens VSO e VOS diferem em relação à sua interação com o foco. Sobre isso, Zubizarreta (1999) aponta que a ordem VSO pode ser associada a várias estruturas de foco diferentes. Ordóñez (2000), para deixar mais visível as propriedades discursivas da ordem VSO, utiliza o teste pergunta-resposta, em (32) e (33), abaixo:

(32) ¿Qué compró Juan?

(33) a. Resposta: #Ayer compró Juan un libro.

b. Resposta: Ayer, Juan compró un libro.

(ORDÓÑEZ, 2000, p. 27)

Assim, para uma pergunta como (32) na qual o sujeito é introduzido no discurso, uma resposta com uma ordem VSO, como em (33a), será considerada inadequada. Apenas uma resposta como (33b), com a ordem SVO, é possível.

Por outro lado, Ordóñez (2000) ressalta que a ordem VSO pode ser uma resposta a uma pergunta do tipo “o que aconteceu?”, como em (34), abaixo:

(34) a. ¿Qué pasó?

b. Resposta: Ayer ganó Juan **la lotería**.

(ORDÓÑEZ, 2000, p. 27)

O autor salienta que nesse tipo de construção o sujeito não precisa receber o foco da sentença principal e, portanto, não precisa ser entendido como o único foco nessas ordens.

No EC, encontramos dados como, em (35), abaixo:

(35) Esa es mi meta, antes de yo **morirme**.

(CARA 01, PRESEEA)

Modificado para nível de explicação, em (36), abaixo:

(36) Antes de YO **morirme**, esa es mi meta.

Em (35), vemos que estamos diante do contexto de oração subordinada adverbial de infinitivo. Constatamos isso pela presença do nexos “antes de”, característico de cláusulas subordinadas adverbiais temporais, antes da oração não finita. Observamos que o sujeito pronominal de 1ª pessoal do singular *yo* está em posição pré-verbal, atendendo à ordem SV que é presente no EC (TORIBIO, 2000). Em (36), propomos que a oração subordinada deslocada à esquerda em (35), e que o sujeito está focalizado (TORREGO, 1998).

Mas qual seria, então, a motivação da ordem SV (em contextos de orações infinitivas e interrogativas) e o valor discursivo desse sujeito?

De acordo com Toribio (2000), o EC se configura como uma língua SVO, diferentemente do ENC. O ENC, por exemplo, requer a posposição do sujeito em interrogativas parciais:

- (37) a. ¿Qué compró Juan?
 b. *¿Qué Juan compró?
 (ZUBIZARRETA, 1999, p. 4217)

Em (37a), vemos uma construção VS que é requerida para este contexto de orações interrogativas no ENC. Entretanto, em (37b), vemos que o descumprimento da ordem VS para atender a ordem SV provoca agramaticalidade da sentença no ENC.

No entanto, no EC, nesses mesmos contextos de interrogativas parciais o sujeito permanece na ordem SV e a oração resulta gramatical:

- (38) Papi, ¿qué ese letrado dice?
 (cf. Papi, ¿qué dice ese letrado?)
 (TORIBIO, 2000, p. 322)

Nos dados de Havana, observamos a realização do sujeito em posição pré-verbal em oração interrogativa. Vejamos o dado, em (39), abaixo:

- (39) ¿tú quieres cosa más grande de la vida que uno tener un hijo?
 (cf. ¿tú quieres cosa más grande de la vida que tener uno un hijo?)
 (HAVA 05, PRESEEA)

Em (39), vemos que o sujeito pronominal indefinido “uno” se encontra anteposto à oração não finita interrogativa. Este contexto oracional, como vimos na subseção 5.6.2, requer a posposição do sujeito em variedades do ENC para que a oração seja aceitável. Parece, então, que o EC já não teria inversão do sujeito por ser uma língua SVO mais rígida, como indica Toribio (2000), devido à perda da propriedade do sujeito nulo (pro-drop).

Portanto, postulamos que a motivação da ordem SV do sujeito pode estar relacionada com a própria configuração SVO do EC, uma vez que em contextos discursivos, em que se requer a ordem VSO, como marcação de foco (ZUBIZARRETA, 1999; ORDÓÑEZ, 2000), o sujeito permanece na ordem SVO.

Sobre o valor discursivo do sujeito das orações não finitas, Piera (1987) considera que é enfático. Vejamos os exemplos, em (40), abaixo:

- (40) a. Telefonar tú primero sería un error.
 b. María quería [PRO telefonar ella].

Conforme o autor, esses pronomes enfáticos possuem um valor referencial. Vemos, então, em (40a,b) que esses pronomes, diferentemente das construções similares no EC, se encontram em posição pós-verbal tendo um valor enfático.

Conforme Torrego (1998), quando o sujeito precede o infinitivo, a ordem das palavras traz uma interpretação especial do foco para o sujeito. A autora ainda salienta que a cláusula adverbial precisa aparecer antes da cláusula principal como, em (41), abaixo:

- (41) Al EL JUEZ leer el veredicto, todo el mundo se levantó.
 (TORREGO, 1998, p. 207)

Em (41), observamos que o sujeito pré-verbal de infinitivo é focalizado, tendo sido deslocado de uma posição argumental para uma posição não argumental.

Vejamos o dado, em (42), abaixo:

- (42) Antes de yo comprar esos zapatos yo les vi los zapatos de ella.
 (CARA 01, PRESEEA)

Em (42), vemos o sujeito pronominal de 1ª do singular *yo* anteposto a um verbo não finito *comprar*, e, como não há possibilidade de flexão do verbo infinitivo nas pessoas do plural no espanhol, o verbo não carrega os traços de pessoa e número. Assim, propomos para esta sentença que o DP *yo* checa traço de Caso do núcleo P, tal como ocorre na sentença em (10). Além disso, propomos que o sujeito de infinitivo pode estar focalizado com acento enfático. Vejamos a representação de (42), em (43), abaixo:

- (43) Antes de YO comprar esos zapatos yo les vi los zapatos de ella.

Em (43), indicamos com maiúscula o acento enfático. Vemos que a oração de (42) é bastante similar a oração em (41). Além disso, em ambas orações a oração subordinada precede a oração principal, denotando um valor enfático ao sujeito da oração não finita (TORREGO, 1998). Assim, o sujeito focalizado checa os traços da preposição e se move para uma posição mais alta em CP para checar os traços de foco.

Seguiremos, na próxima subseção, apresentando outros contextos em que se encontram as os sujeitos de orações não finitas, a fim de melhor delimitá-los.

5.6.4 Sujeito + Infinitivo (SI)

Até então vimos que os sujeitos de infinitivo no EC aparecem (quase por totalidade) precedido de uma preposição. E sobre o caráter do verbo não finito, observa-se que é mais frequente não ser regido. Ou seja, estão com maior frequência em contexto de oração subordinada adverbial (de causa, tempo, condição, finalidade, etc.), como nos exemplos de (12), da seção 4.2.2, repetidos, aqui, em (44):

- (44) a. Al ella **hablar**, el silencio crecía.
 b. Antes de Juan **conocerte** a ti, se la pasaba vagando.
 c. Este saló es para la gente **bailar**.
 (HERNANZ, 1999, p. 2306)

Nestes contextos, em (44), por não haver regência do infinitivo e de não haver um DP que determine a referência do sujeito da oração infinitiva, não se pode estabelecer uma relação de correferencialidade com o sujeito de infinitivo. No entanto, quando a posição do sujeito é ocupada pela categoria vazia PRO, há um domínio de vinculação entre o sujeito da oração finita principal e o sujeito da categoria vazia PRO.

Todavia, nos dados do espanhol de Caracas encontramos contextos oracionais em que o sujeito de infinitivo não vai precedido de uma preposição e o verbo é regido. Vejamos as sentenças, em (45), abaixo:

- (45) a. [...] entonces, lo único para ser feliz es yo **tener** mi casa propia.
 (CARA 01, PRESEEA)
 b. [...] para allá no quiero llevar a mis hijas porque de sacarlas de aquí que es un sitio tan hermoso para llevarlas a un sitio así no. Nunca lo voy a hacer [...] es una cosa que no las voy a sacar de El Pedregal. No pienso yo **salir** de ahí tampoco.
 (CARA 01, PRESEEA)

Em (45), vemos o infinitivo isento de preposição e seu caráter regido. Observamos que estes contextos divergem dos contextos anteriores (o das subordinadas adverbiais). No que diz respeito à classificação das orações, em (45), ambas são classificadas como orações completivas. A primeira, em (45a), é uma oração completiva com função de sujeito; a segunda, em (45b), é uma oração subordinada substantiva com função de objeto direto. Sobre o sujeito pré-verbal de infinitivo nessas orações, tal como o DP nominativo verifica o Caso pelo núcleo P (CARVALHO, 2008) nas orações PSI, de forma semelhante acontece com os DPs *yo* pela subespecificação de traços do núcleo I, em (45).

Postulamos, então, que são dois os contextos em que há realização de sujeitos pré-verbais de infinitivos: orações subordinadas adverbiais e orações completivas.

5.6.5 Sobre a representação do sujeito de infinitivo

Sabemos que para o Gerativismo (CHOMSKY, 1993), a representação do sujeito de infinitivo é a categoria vazia “PRO”, em línguas que não permitem realização de sujeito em orações não finitas, como discutido na subseção 4.4 da presente dissertação. Assim, tal representação estaria determinada pela presença de um DP que c-comande *PRO*, estabelecendo uma relação de correferencialidade entre a categoria vazia e o DP que é seu controlador.

No entanto, conforme Hernanz (1999) e Picallo (2016), o sujeito fonológico de infinitivo nem sempre tem um antecedente explícito que controle seu valor referencial. Quando isso ocorre, se interpreta como um sujeito indefinido que, em geral, denota a seres humanos e recebe interpretação arbitrária. Vejamos a sentença, em (44), abaixo:

- (46) Es necesario [**PRO** subir al autobús].
(PICALLO, 2016, p. 471)

Em (46), observamos que o sujeito da categoria vazia *PRO*, neste contexto, pode ser “*alguien, cualquiera, uno, él, tú etc.*”, isto é, um sujeito que não estabeleça correferência, arbitrário.

Discutimos, na subseção 4.5.1, que a categoria vazia, *PRO*, obedece aos seguintes princípios abaixo:

- a. Princípio A
Uma anáfora deve estar A-vinculada nesta categoria de regência
- b. Princípio B
Um pronome não pode estar A-vinculado nesta categoria de regência.

Vimos que *PRO* é uma categoria híbrida com propriedades anafóricas e pronominal, e que o único caminho para *PRO* satisfazer os requisitos dos Princípios A e B são fazê-los com vazio. Sendo, assim, a violação desses princípios o resultado de má formação sintática, o que poderia resultar em uma formação de sentenças agramaticais.

5.6.6 Sobre o Caso do sujeito de infinitivo

Na seção 2, sobre a Teoria do Caso, apresentamos uma breve discussão sobre Caso. Vimos, ao discorrer sobre o *Filtro do Caso*, que existem alguns núcleos que possuem a

capacidade de estabelecer dependência sintática com o DP e licenciar Caso. De forma geral, os seguintes núcleos, em (47), estabelecem uma relação de checagem de Caso:

- (47) a. T_{finito}
 b. O predicado verbal (léxico)
 c. A preposição

Assim, nas sentenças em (48), abaixo, teríamos a seguinte descrição de como funciona o Filtro de Caso:

- (48) a. El niño trajo un balón para su hermanito.
 b. Él lo trajo para mí.
 (LÓPEZ, 2016, p. 154)

Em (48a), vemos que cada DP é licenciado por um Caso. O sujeito *El niño* é licenciado pelo tempo finito, I, (a concordância de pessoa e número revela que há uma dependência entre o tempo finito e o sujeito). O objeto *un balón*, por sua vez, é licenciado pelo predicado verbal. E, por último, *su hermanito* é licenciado pela preposição *para*. E isso melhor visto em (48b), com a substituição pronominal.

De acordo com o filtro de Caso de Chomsky e Lasnik (1993, p. 173): “Todo DP foneticamente realizado tem de um Caso”. A ideia seria que o DP realizado não pode ser interpretado por PF a menos que tenha Caso. Vejamos a sentença, em (49), abaixo:

- (49) a. Juan_i no sabe qué **PRO**_i traer.
 b. *Juan_i no sabe qué **Juan**_j traer.

Assim, vemos, em (49a) uma oração gramatical que atende ao *Filtro do Caso*, uma vez que cada DP checa um Caso (não podendo checar dois Caso) e a categoria vazia *PRO* ter correferencialidade com seu antecedente, refletindo seu Caso e cumprindo a função semântica de ser o *agente* de *traer*. O que, outro lado, não acontece em (49b) já que em lugar de *PRO* há um sujeito explícito, que não pode checar Caso nesse contexto oracional. Além disso, a sentença em (49b) vai contra ao Princípio de Interpretação Plena (CHOMSKY; LASNIK, 1993) que diz que as interfaces (PF e LF) não devem possuir elementos que não possam ser interpretados aos sistemas de performance.

Todavia, em outros contextos oracionais (como de orações subordinadas adverbiais e completivas) vemos sujeitos explícitos de infinitivo, como os que encontramos no *corpus*

PRESEEA, especificamente nos dados de Caracas e Havana. Vejamos, abaixo, em (50), algumas dessas orações:

(50) a. [...] fui con el papelito a la farmacia, y me dieron medicamento como para dos meses sin yo pagar ni un bolívar.

(CARA 07, PRESEEA)

b. [...] No mejor preparación porque los profesores están preparados porque son maestros, pero sino los medios para ellos poder enseñar.

(HAVA 02, PRESEEA)

Nestes dados, em (50), observamos que o sujeito aparece diante de um verbo não finito, com ausência de morfemas de concordância e de tempo (próprios do verbo). Em (50b), especificamente, vemos o sujeito pronominal *ellos* (com marcas de plural) diante de uma oração não finita. O que, por conseguinte, comprova (pela própria forma do sujeito) que ele não estabelece nenhuma relação de concordância com o verbo não finito. Além disso, vimos na subseção 5.6.2, que esses sujeitos têm um valor enfático (ZUBIZARRETA, 1999).

Sobre o Caso dos sujeitos pré-verbais de infinitivo no EC, assumimos a proposta de subespecificação de traços de Caso (CARVALHO, 2008), em que os DPs pré-verbais em infinitivas checam traços de Caso do núcleo P e do núcleo I, passando pelo processo de valoração de traços.

Portanto, descartamos a hipótese inicial de que o Caso do sujeito pré-verbal no EC é licenciado pelo Caso *default* (SHÜTZE, 2001), uma vez que as formas de Caso default são usadas para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de atribuição de Caso ou, de outra forma, que não é o caso das sentenças analisadas aqui do EC. E, sobre a relação entre a função discursiva dos sujeitos pré-verbais de infinitivo no EC, vimos que possuem uma marcação do foco, na estrutura sintática, pelo traço [+F] de F(oco) nessas construções oracionais.

5.7 CONCLUINDO A SEÇÃO

Nesta seção, discutimos sobre a diversidade linguística do espanhol de América e do Caribe. Vimos que o espanhol se caracteriza por ser uma língua heterogênea, apresentando variação em todos os níveis linguísticos. Vimos, também, que essas variações se deram/dão por diferentes fatores: sociais, histórico, geográficos etc. Fizemos, por consequência, uma breve discussão sobre o contato entre línguas a fim de melhor compreender os fatores extralinguísticos que puderam ser os causantes da mudança na estrutura da língua no EC.

Apresentamos, posteriormente, o *corpus* PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español*) que foi utilizado para análise e descrição linguística dos dados aqui apresentados. Encontramos um total de 1.410 (um mil quatrocentos e dez) orações não finitas com sujeito realizado e 24 (vinte e quatro) orações não finitas com sujeito pré-verbal realizado. Nos detivemos à análise e classificação somente das orações não finitas com sujeitos pré-verbais realizados, visto que o objeto de estudo deste trabalho (que estava pendente de explicação) é o sujeito pré-verbal de infinitivo.

Por fim, fizemos as descrições linguísticas pertinentes dos dados e constatamos que hipótese do Caso *default* para explicar os sujeitos pré-verbais de infinitivo no EC não é satisfatória, sobretudo quando há o núcleo P nas sentenças do EC. Portanto, assumimos a proposta de Carvalho (2008) de subespecificação de traços de Caso para os DPs pré-verbais em infinitivas no EC.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, no nível mais amplo, ratifica a grande diversidade linguística presente no espanhol caribenho (EC), que se configura por si só como uma variedade distinta às demais variedades do espanhol. E, no nível mais específico, explicita como se dá a realização de um determinado fenômeno linguístico no EC.

O EC, como foi discutido aqui, possui uma rica variação dialetal nos diferentes níveis linguísticos (LIPSKI, 1996; TORIBIO, 2000). Na sintaxe do EC, nível linguístico que nos interessou aqui, os fenômenos mais frequentes estão relacionados à ordem de palavras, perguntas WH com sujeitos pré-verbais e sujeitos pré-verbais em orações não finitas. Este último fenômeno foi o objeto de estudo da presente dissertação.

Assim, para explicitar a realização dos sujeitos pré-verbais em orações não finitas no EC, adotamos como referencial teórico o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995) e partimos dele para lançar luz sobre a variação dialetal do espanhol em perspectiva paramétrica. Nosso objetivo foi de descrever e explicar, sob a luz da Teoria do Caso, a realização dos sujeitos pré-verbais no EC.

Logo, na seção 2, referente ao marco teórico do presente trabalho, fizemos uma breve revisão sobre as bases teóricas da Gramática Gerativa, sobretudo no que tange à aquisição da linguagem e as teorias que a torneiam. Assim, apresentamos uma breve discussão sobre alguns dos princípios teóricos presentes na Teoria de Princípios e Parâmetros (Teoria X-barra, Teoria da Regência, Teoria do Caso).

Por sua vez, na seção 3, fizemos uma breve revisão sobre a Teoria do Caso, explicitando, sobretudo, a marcação canônica e não canônica de Caso. Além disso, introduzimos a noção sobre o Caso *default* (SCHÜTZE, 2001), e vimos que este Caso é usado para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de verificação de Caso (ou seja, que não estão determinados por mecanismos sintáticos).

Na seção 4, apresentamos uma breve discussão sobre o infinitivo, o sujeito realizado de infinitivo e as categorias vazias (ECs), dando ênfase à categoria vazia PRO. Então, vimos que o sujeito de infinitivo (em línguas que não possuem infinitivo flexionado) é marcado pela categoria vazia PRO, que é responsável por preencher a posição do sujeito de uma oração não finita.

Por último, na seção 5, discutimos sobre a diversidade linguística do espanhol de América e do Caribe. Vimos que o espanhol se caracteriza por ser uma língua heterogênea, apresentando variação em todos os níveis linguísticos. Vimos, também, que essas variações se deram/dão por diferentes fatores: sociais, histórico, geográficos. Posteriormente, apresentamos

o *corpus* PRESEEA (*Proyecto para el Estudio Sociolingüístico del Español*) que foi utilizado para análise e descrição linguística dos dados apresentados.

Sobre a análise dos dados, vimos que foram encontradas um total de 1.410 (um mil quatrocentos e dez) orações não finitas com sujeito não realizado e 24 (vinte e quatro) orações não finitas com sujeito realizado. Nos detivemos à análise e classificação somente das orações não finitas com sujeito pré-verbal realizado no EC. Fizemos as pertinentes descrições linguísticas dos dados. E, conseqüentemente, assumimos a proposta de subespecificação de traços de Caso (CARVALHO, 2008) para os sujeitos pré-verbais de orações infinitivas no EC. Vimos que os DPs pré-verbais em infinitivas checam traços de Caso do núcleo P e do núcleo I, passando pelo processo de valoração de traços.

Assim, negamos a hipótese inicial de que o Caso do sujeito pré-verbal no EC é licenciado pelo Caso *default* (SHÜTZE, 2001), uma vez que as formas de Caso *default* são usadas para DPs pronunciados que não estão associados a nenhum recurso de atribuição de Caso ou, de outra forma, que não é o caso das sentenças analisadas aqui do EC. E, sobre a relação entre a função discursiva dos sujeitos pré-verbais de infinitivo no EC, vimos que possuem uma marcação do foco, na estrutura sintática, pelo traço [+F] de F(oco) nessas construções oracionais.

Este trabalho, no entanto, não representa um cerre sobre o fenômeno dos sujeitos das orações não finitas no EC, pelo contrário. Partimos de uma hipótese prévia do Caso *default* (a que mais se aproximava à explicação do fenômeno) e trabalhamos a fim de validá-la ou negá-la, por meio de um *corpus* específico. Logo, acreditamos que esta pesquisa servirá para trabalhos futuros e que, conseqüentemente, a discussão sobre os sujeitos das orações não finitas poderá ser mais bem refinada.

REFERÊNCIAS

- ALBA, O. *El español del Caribe: unidad frente a diversidad dialectal*. Revista de Filología Española 72 (3/4): 525-539, 1992.
- ALEXIADOU, A.; ANAGNOSTOPOULOU, E. *Parameterizing AGR: word order, V movement and EPP-checking*. Natural Language and Linguistic Theory, v.16, p. 491-539, 1998.
- BIERWISCH, M. Syntactic features in morphology: general problems of so-called pronominal inflection in German. In *To honour Roman Jakobson*, 239-270, 1967.
- BOTELHO-PEREIRA M. A & C. A. RONCORATI. *O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por 'para' no português do Rio*. In Revista D.E.L.T.A., vol. 9, 1993.
- BURZIO, L. *Italian Syntax. A government-binding approach*. Dordrecht: Reidel Publish Company, 1986.
- CARVALHO, Daniel. *A estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro*. Tese de doutorado, Maceió, Universidade Federal de Alagoas, 2008.
- CHOMSKY, N. Novos Horizontes no Estudo da Linguagem. *DELTA* [online]. 1997, vol.13, p. 51-74.
- _____. *The Minimalist Program*. Cambridge: Mass, MIT Press, 1995. Tradução de Eduardo Raposo; O Programa Minimalista. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.
- _____. *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris, 1981.
- _____. *Knowledge of language: its nature, origin and use*. New York: Praeger, 1986a.
- _____. *Barriers*. Cambridge, Mass: The MIT Press, 1986b.
- _____. *Conditions on rules of grammar*. Linguistic Analysis, n.2, p.303-351, 1976.
- _____. *Language and Mind*. Harcourt Brace Jovanovich, New York, 1972.
- _____. *Deep structure, surface structure and semantic interpretation*. In: STEINBERG, D.; JAKOBOVITS, L. (Ed.). *Semantics: an interdisciplinary reader in philosophy, linguistics and psychology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p.183-216
- _____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge, MA: MIT Press, 1965.
- _____. *Syntactic Structures*. New York, Berlin: Mouton de Gruyter, 1957.
- CHOMSKY, N. e H. LASNIK. *The Theory of Principles and Parameters*. In N. Chomsky (1995), *The Minimalist Program*. Cambridge, MA: MIT Press: 1993, p. 13-127.
- _____. 1977. Filters and Control. *Linguistic Inquiry* 8:425-504

CIVITELLO, A. L. *Variación microdialectal: el orden de palabras en el español cubano*. Tesis de maestría, Universidad de Puerto Rico, 2014.

DE MELLO, George. "Preposición + Sujeto + Infinitivo: Para yo hacerlo", *Hispania*, vol. 78, 825-836, 1995.

FONTANELLA DE WEINBERG, M. B. *El español de América*. Madrid. Mapfre, 1992.

GAMBHIR, S. The East Indian speech community in Guyana: A sociolinguistic study with special reference to koine formation. Pennsylvania, 1981, p. 1983.

GALLEGO, Á. *Control through multiple agree*. *RRL LVI*, 4, 2011, p. 313-346.

GUTIÉRREZ MATÉ, M. *Pronombres personales sujeto en el español del Caribe*. Variación e historia, Tesis de doctorado, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2013.

HALLE, Morris.; VAUX, Bert. *Theoretical aspects of Indo-European nominal morphology: the nominal declension of Latin and Armenian*, 1997.

HENRÍQUEZ UREÑA, P. *El español en Santo Domingo*. Casa editora Coni, Buenos Aires, 1940.

HERNANZ, M. L. *El infinitivo*. Gramática descriptiva de la lengua española (volumen tres). Ed. Ignacio Bosque y Violeta Demonte. Madrid: Espasa, p. 2197-2356, 1999.

HORNSTEIN, N.; NUNES, J.; GROHMANN, K. K. *Understanding Minimalism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005, p. 111-140.

JACKENDOFF, R. *Semantic interpretation in generative grammar*. Cambridge: The MIT Press, 1972.

KAYNE, R. S. *Connectedness and Binary Branching*. Foris, Dordrecht, 1984.

KENEDY, E. *Curso básico de lingüística gerativa*. São Paulo: Contexto, 2013.

LABOV, William. *Methodology*. In: W. DINGWALL, William Orr (Ed.). *A survey of Linguistic Science*. Maryland: University of Maryland Press, 1971.

LAGUNILLA, F. M. *Los infinitivos con sujeto léxico en español*. Sintaxis de las lenguas románicas. Ed. Violeta Demonte y Marina Fernández Lagunilla. Madrid, Arquero, p. 125-147, 1987.

LUJÁN, M. *Expresión y omisión del pronombre personal*. In: MUÑOZ, Ignacio, Bosque; BARRETO, Violeta, Demonte. *Gramática Descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso*. Madrid: Espasa Calpe, p. 1276-1315, 1999.

LIPSKI, M, J. *El español de América*. Madrid, Cátedra, 1996, 446 p.

LÓPEZ, L. *Caso Abstracto y dependencias sintácticas*. In: *Perspectivas de sintaxis formal / coord. por Angel J. Gallego*, 2016, ISBN 978-84-460-4240-2, págs. 149-176.

LOPE BLANCH, J. M. *Estudios de Lingüística Hispanoamericana*. México, UNAM, 1989.

LUJÁN, M. *Expresión y omisión del pronombre personal*. In: MUÑOZ, Ignacio, Bosque; BARRETO, Violeta, Demonte. *Gramática Descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso*. Madrid: Espasa-Calpe, p. 1276-1315, 1999.

MEDINA LÓPEZ, J. *Lenguas en contacto*. Madrid: Arco/Libros, 1997.

MCFADDEN, Thomas. Default case and the status of compound categories in Distributed Morphology, *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics*: Vol. 13: Iss. 1, Article 18, 2007.

MENSCHING, G. *Infinitive constructions with specified subjects: a syntactic analysis of the Romance languages (Oxford Studies in Comparative Syntax)*. Oxford: Oxford University Press, p. 146-154, 2000.

MIOTO, C.; SILVA, M. C. F.; LOPES, R. E. V. *Novo manual de sintaxe*. Florianópolis: Insular, 3ª ed, 2007, 280 p.

ORDÓÑEZ, Francisco. *The clausal structure of Spanish: a comparative study*. New York: Garland Pub, 2000.

ORTEGA, I. *Los sujetos léxicos de infinitivo en español: Concordancia abstracta y el principio de proyección extendida*, Tesis de máster, Universidad de Arizona, 2003.

PAIXÃO DE SOUSA, Maria Clara. *Linguística Histórica*. In: NUNES, José Horta; PFEIFFER, Claudia. (Orgs.): *Introdução às Ciências das Linguagens: Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006. p.11-48.

PICALLO, M. Carme. *Ligamiento y control*. In: *Perspectivas de sintaxis formal / coord. por Angel J. Gallego*, 2016, ISBN 978-84-460-4240-2, págs. 463-511.

PIERA, Carlos. *Sobre la estructura de las cláusulas de infinitivo*. *Sintaxis de las lenguas románicas*. Ed. Violeta Demonte y Marina Fernández Lagunilla, Madrid: Arquero, 1987, 148-166.

PINTO, C. F. Los criterios sintácticos en la división del español. In: PINTO, C. F; IRALA, V. B (Orgs.) *Um dossiê de estudos linguísticos hispânicos*. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2009. P. 61-97.

PRESEEA: Corpus del Proyecto para el estudio sociolingüístico del español de España y de América. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá. Disponible em: <<http://preseea.linguas.net/>>

RADFORD, Andrew. *Minimalism Syntax: Exploring the structure of English*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

Real Academia Española y Asociación de Academias de la Lengua Española. *Rústica*. Madrid: Espasa Libros, S. L., 2010.

RAPOSO, E. *Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem*. Lisboa: Editorial Caminho, 1992.

_____. *Case Theory and Infl-to-Comp: The inflected Infinitive in European Portuguese*, *Linguistic Inquiry*, 18:1, 85-110, 1987.

RIBEIRO, Ilza. *O papel do traço [+ Acordo] em construções com o infinitivo flexionado*. Dissertação de Mestrado, UFBA, 1988.

RIGAU, Gemma. The properties of the temporal infinitive constructions in Catalan and Spanish. *Probus*, 1995, 7:279-301.

RONA, J. P. *El problema de la división del español americano en zonas dialectales*. *PFLE*, 1964, p. 215.

SALLES, H.M.M. Preposição para introdutora de orações infinitivas. *Boletim da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN)*, Florianópolis -SC, v. 1, 2000, p. 1061-1067.

SCHÜTZE, Carson. On the nature of default case. *Syntax* 4:205–238, 2001.

STANLEY, S. P. El problema de las variedades del español americano en la quinta zona lingüística según la clasificación de Henríquez Ureña. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 2016.

TORREGO, Esther. Government and Proper Government of Verbal Projections. Tesis Doctoral, University of Washington, Seattle, 1998.

TORIBIO, A. J. Setting parametric limits on dialectal variation in Spanish. *Lingua*, v. 10, p. 315-341, 2000.

_____. *Observaciones sobre el español de América*. *Revista de Filología Española*, 1921.

VANDERMEULEN, N. *El pronombre personal sujeto en el español caribeño*. Un estudio comparativo entre el puertorriqueño y el venezolano. Tesis de maestría, Universidad de Gante, 2011.

VAQUERO, M. *El español de América*, 2 vols. Madrid: Arco/Libros, 1996.

ROUVERET, A.; VERGNAUD, J. R. *Specifying reference to the subject. French causatives and conditions on representations*. *Linguistic Inquiry* 11, pp. 97-202, 1980.

VIOTTI, E. C. *O Caso default no português do Brasil: Revisitando o Caso dos inacusativos*. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, MG, v. 13, n.2, p. 53-71, 2005.

WEINREICH, U; LABOV, W & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. University of Texas Press, Austin-London, 1968. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

ZAGONA, K. *Sintaxis generativa del español*. Trad. Heles Contreras e Conxita Lleó. Madrid: Visor Libros, 2006.

ZUBIZARRETA, L. M. *Las funciones informativas: tema y foco*. In: MUÑOZ, Ignacio, Bosque; BARRETO, Violeta, Demonte. *Gramática Descriptiva de la lengua española: entre la oración y el discurso*. Madrid: Espasa-Calpe, p. 4217-4242, 1999.